

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

TRABALHO, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O PROGRAMA
JOVEM APRENDIZ NO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE/PR

Kelli Damer Pogorzelski

Francisco Beltrão- PR

2018

KELLI DAMER POGORZELSKI

**TRABALHO, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O PROGRAMA
JOVEM APRENDIZ NO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –
Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Nível de
mestrado – Área de concentração: Educação, Linha de
pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação, da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Suely Aparecida Martins

Francisco Beltrão - PR
2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Pogorzelski, kelli Damer
Trabalho, juventude e educação profissional : o
Programa Jovem Aprendiz no município de Santa Izabel
do Oeste/PR / kelli Damer Pogorzelski;
orientador(a), Suely Aparecida Martins, 2018.
145 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão,
Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em Educação, 2018.

1. Educação. 2. Trabalho. 3. Juventude. 4.
Educação Profissional. I. Martins, Suely Aparecida.
II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

KELLI DAMER POGORZELSKI

TÍTULO DO TRABALHO: TRABALHO, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL: O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ NO MUNICÍPIO DE SANTA
IZABEL DO OESTE/PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e
aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título
de Mestra em Educação a autora.

COMISSÃO EXAMINADORA



Suely Aparecida Martins
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)



Alessandro de Melo
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)



Franciele Soares dos Santos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)



José Luiz Zanella
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)

Francisco Beltrão, 23 de abril de 2018

AGRADECIMENTOS

É o momento de agradecer as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu chegasse à conclusão desta pesquisa.

Aos meus pais, Edeson e Maria, por ensinarem o verdadeiro sentido da vida, da dignidade e da humildade; sem terem frequentado muitos anos de escola, são exemplos de grande sabedoria.

Ao meu marido Rony, por estar ao meu lado nesses 18 anos de companheirismo e, principalmente, por acreditar em mim, da graduação ao mestrado, sempre me amparando e me dando forças para prosseguir o caminho... Mesmo quando as forças já estavam se acabando! Eu te amo...

Às minhas filhas Maria Eduarda e Ana Laura; razões da minha vida e de todos os meus esforços. Maria Eduarda, filha amada! Obrigada por compreender minha ausência e pelo ombro de melhor amiga nos momentos de cansaço e esgotamento psicológico. Obrigada por existir e pela pouca idade, assim tão jovem, saber falar justamente àquilo que eu precisava escutar. Obrigada por segurar forte minhas mãos, quando elas não tinham mais forças pra me levantar e, também, por enxugar minhas lágrimas, quando na verdade eu deveria enxugar as suas... Duda, minha filha, obrigada por sempre acreditar em mim e por ser exatamente como você é...

Ana Laura, minha pequena! Agradeço-te em especial pela grande compreensão que tem tido comigo, mesmo tão pequenina já compartilhava da minha ausência e mesmo com os olhos rasos d' água acenava a mãozinha pra mamãe ir estudar. Hoje, com 9 anos ainda, sente minha ausência em virtude dos afazeres incansáveis do trabalho e da dissertação. Não tem sido fácil, mas necessário. Um dia entenderás. Agradeço eternamente pela sua paciência. Agora sim, sou sua!!! Podemos brincar ainda, mais um pouco? Minhas amadas filhas eu as amo de todo o meu coração...

À minha orientadora, professora Suely Martins, pela atenção prestada desde o início, nos momentos de fraqueza, estava sempre disposta a me dar forças! Obrigada por tornar minha caminhada possível e, principalmente, por acreditar em mim!

Ao professor José Luiz Zanella, pelos ensinamentos na época de aluna especial e como aluna regular nas disciplinas que ministrou. Especialmente, pelas considerações na minha qualificação!

À professora Franciele Soares, pelas sugestões apontadas na dissertação. Com certeza contribuíram pra eu chegar até aqui!

Ao meu professor Alessandro de Melo por fazer parte deste trabalho desde o início, quando decidi fazer o mestrado. Mesmo tendo sido sua aluna em 2007, se propôs a me ajudar! Obrigada por aceitar fazer parte da minha banca e ter contribuído, significativamente, para que eu chegasse até aqui! Para sempre, serei grata!

Aos demais professores do PPGEFB pelos momentos de estudo e contribuições.

A todas as amigas que construímos no decorrer do mestrado, em especial a Géssica e a Kally, pelas palavras de conforto nos momentos de desânimo.

A secretária mais atenciosa que já conheci, Zelinda, a você, meu sincero reconhecimento! Precisamos de mais pessoas humanas, iguais a você!

Aos sujeitos desta pesquisa – os jovens, fonte da minha inspiração, os quais se dispuseram a participar voluntariamente e fazer com que a pesquisa acontecesse. Obrigada!

Enfim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho e as quais esqueci, injustamente, de mencionar... Muito obrigada!

Kelli Damer Pogorzelski

RESUMO

POGORZELSKI, Kelli. Damer. Trabalho, Juventude e Educação Profissional: o Programa Jovem Aprendiz no município de Santa Izabel do Oeste/PR. 2018. 145f. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE. Francisco Beltrão, 2018.

Esta pesquisa analisa a efetivação do Programa Jovem Aprendiz no município de Santa Izabel do Oeste/PR e sua contribuição na vida profissional do jovem. A Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000 regulariza a contratação de aprendizes entre 14 a 24 anos em estabelecimentos de qualquer natureza, cuja formação demandar a qualificação profissional. No campo investigado, o Programa é executado pela Associação de Proteção à Maternidade e Infância (APMI), instituição que desenvolve a formação profissional dos jovens e sua inserção no mercado de trabalho. Para tanto, a pesquisa teve como base filosófica os estudos do materialismo histórico dialético, o qual deu suporte para desvelarmos as contradições existentes entre o que se propunha fazer a Lei e o que ocorre na sua concretude, mais precisamente no cenário endereçado. Fundamentamo-nos nas escritas e estudos de Gramsci (1999), Saviani (2007), Frigotto (2004), Kuenzer (2007), Pochmann (2004) e entre outros autores que contribuíram significativamente nos desvelamento da história e das entrelinhas expressas no âmbito das políticas públicas de formação profissional juvenil. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, a qual permite ao pesquisador um enlace da quantificação dos dados com a qualificação do resultado coletado, com entrevistas semiestruturadas com dez jovens egressos do Programa em 2015. No primeiro capítulo apresentamos a dupla face do trabalho, de um lado seu caráter formativo e sua relação com os processos educativos e de outro, sua negação sob o domínio do capital. O trabalho enquanto categoria real que expressa o modo de ser do ser social manifesta seu caráter formativo e sua relação direta com os processos educativos, daí a importância de historicizar a educação profissional no Brasil oferecida aos filhos da classe trabalhadora e contrapor a educação profissional pautada numa perspectiva da politecnia. O segundo capítulo apresentamos os sujeitos da nossa pesquisa e sua relação com o mercado de trabalho, trazemos ainda dados relacionados aos jovens e o mercado de trabalho destes em nível nacional e estadual. Posteriormente considerações acerca das políticas públicas e, em especial, damos destaque às políticas de juventude, enfatizando aquelas direcionadas a formação do jovem trabalhador e sua inserção no mercado de trabalho, com ênfase ao Programa Jovem Aprendiz. Por fim, no terceiro capítulo dialogamos com os jovens e apresentamos nossa análise, a qual pauta-se num pressuposto de que o Programa apresenta contradições, principalmente no que tange a política pública do Programa e a particularidade do município, ainda os resultados nos revelaram que, embora o Programa contribua na vida pessoal e profissional do jovem, reforça um processo formativo para a adequação do comportamento do jovem aos interesses do capital.

Palavras-chave: Trabalho, Juventude, Educação Profissional.

ABSTRACT

POGORZELSKI, Kelli. Damer. Work, Youth and Professional Education: the Young Apprentice Program in Santa Izabel do Oeste/PR– PR town. 2018. 145f. Dissertation (Master). Master in Education Program. State University of Western Paraná. UNIOESTE. Francisco Beltrão, 2018.

This research analyzes the effectiveness of the Young Apprentice Program in the Santa Izabel do Oeste/PR– PR town and its contribution to the youth professional life. The Apprenticeship Law 10.097/2000 regulates the recruitment of apprentices among 14 and 24 years old in establishments of any nature, whose training demands the professional qualification. In the field investigated, the Program is implemented by the Association for Protection of Motherhood and Childhood (APMI), an institution which develops vocational training for young people and their insertion in the labor market. For this, the research was based on philosophical studies of dialectical historical materialism, which gave support to unveil the contradictions between what was proposed to make the Law and what happens in its concreteness, more precisely in the scenario addressed. We focus on the writings and studies of Gramsci (1999), Saviani (2007), Frigotto (2004), Kuenzer (2007), Pochmann (2004) and among other authors who contributed significantly to the unveiling of history and the public policies for youth vocational training. This is a qualitative-quantitative research, which allows the researcher a link to the quantification of the data with the qualification of the collected result, with semi-structured interviews with ten young graduates of the Program in 2015. In the first chapter we present the double face of work, on one hand its formative character and its relationship with educational processes and on the other, its negation under the dominion of capital. The work as a real category that expresses the social being's way of being manifests its formative character and its direct relation with the educational processes, hence the importance of historicizing the professional education in Brazil offered to the children of the working class and opposing the professional education based on a politecnic perspective. The second chapter presents the subjects of our research and their relationship with the labor market, we also bring data related to the youth and the labor market of these at the national and state level. Subsequently, considerations about public policies and, in particular, we emphasize youth policies, emphasizing those directed to the formation of the young worker and their insertion in the labor market, with emphasis on the Young Apprentice Program. Finally, in the third chapter, we talked to the young people and presented our analysis, which is based on the assumption that the Program presents contradictions, especially in what concerns to the public policy of the Program and the particularity of the municipality, yet the results revealed that, although the Program contributes to the personal and professional life of the youth, reinforces a formative process for the adaptation of the young's behavior to the capital interests.

Keywords: Work, Youth, Professional Education.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. População residente – Brasil.....	57
GRÁFICO 2. Juventude e suas ocupações – Brasil.....	59
GRÁFICO 3. População residente – Paraná.....	61
GRÁFICO 4. Juventude e suas ocupações – Paraná.....	62
GRÁFICO 5. População residente – Santa Izabel do Oeste/PR.....	79
GRÁFICO 6. Juventude e suas ocupações – Santa Izabel do Oeste/PR.....	88
GRÁFICO 7. Renda dos jovens Egressos.....	89
GRÁFICO 8. Renda familiar mensal.....	90
GRÁFICO 9. Atuação Profissional dos Jovens.....	91
GRÁFICO 10. Endereço dos Jovens.....	99
GRÁFICO 11. Contribuição do Programa.....	123

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Frequência escola X Situação de ocupação (2010) – BRASIL.....	60
TABELA 2. Não frequentavam escola X Situação de ocupação (2010) – BRASIL.....	60
TABELA 3. Frequência escola X Situação de ocupação (2010) – PARANÁ.....	63
TABELA 4. Não frequentavam escola X Situação de ocupação (2010) – PARANÁ...	63
TABELA 5. TURMA II – 2013/2015 14/09/2013 à 15/08/2015.....	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Percentuais da população em Santa Izabel do Oeste / PR conforme sexo e localização.....	78
QUADRO 2. Distribuição do Produto Interno Bruto de Santa Izabel do Oeste/PR – 2010, por setor de atividade.....	80
QUADRO 3. Números de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas 2016.....	80
QUADRO 4. Condição de atividade economicamente ativa e com nível de instrução (2010).....	81
QUADRO 5. Quadro de profissionais.....	102

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1.	Roteiro das entrevistas com os jovens egressos do Programa.....	142
APÊNDICE 2.	Termo de consentimento livre esclarecido – TCLE.....	143
APÊNDICE 3.	Termo de compromisso para uso de dados em arquivos.....	144
APÊNDICE 4.	Lista de dissertações de mestrado sobre o Programa jovem aprendiz.....	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTDJ – Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude
APMI – Associação de Proteção à Maternidade e Infância
BM – Banco Mundial
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAI – Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
CCQ – Círculo de Controle de Qualidade
CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CNI – Confederação Nacional da Indústria
COMATRA – Comércio de Máquinas e Tratores
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
CPA – Centro do Pequeno Aprendiz
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EPEM - Equipe de Planejamento do Ensino Médio
ESFL – Entidades sem Fins Lucrativos
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIES – Fundo de financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MD – Ministério da Defesa
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
ME – Ministério do Esporte
MEC – Ministério da Educação
MJ – Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPT - Ministério Público do Trabalho
MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa

PIA - População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PIPMO – Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra

PLANFOR - Programa Nacional de Formação profissional

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNPE – Programa Nacional de Estímulo a Primeiro Emprego

PNQ – Plano Nacional de Qualificação

PNUD – Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos

PROEMPREGO – Programa de Emprego

PROGER – Programa de Geração de emprego e renda

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovem

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROTEC – Programa de Extensão e Melhoria do Ensino

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RAIS - Relação Anual de informações Sociais

SEDH – Secretaria de estados de direitos humanos

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/Educação profissional para trabalhadores rurais

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do cooperativismo

SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I.....	23
TRABALHO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL SOB A ÉGIDE DO CAPITAL	23
1.1 A dupla face do trabalho: afirmação e negação.....	23
1.2 Considerações sobre a formação profissional no Brasil.....	28
1.3 Fundamentos da relação Trabalho e Educação.....	44
CAPÍTULO II.....	52
JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO	52
2.1 Conceituando Juventudes!?!?	53
2.2 Os jovens brasileiros.....	57
2.3 Políticas públicas de juventude.....	64
2.4 Política Pública: o Programa Jovem Aprendiz	71
CAPÍTULO III.....	76
PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES	76
3.1 Breve história do município de Santa Izabel do Oeste/PR.....	76
3.2 O Programa Jovem Aprendiz na realidade endereçada	82
3.3 Perfil dos entrevistados: os egressos do Programa Jovem Aprendiz.....	86
3.4 O Programa Jovem Aprendiz: sonhos e dificuldades	93
3.5 Trabalho pedagógico e metodologias: uma análise no Programa jovem Aprendiz ..	100
3.6 Programa, empresa e escola: como acontece esta relação?	111
3.7 O Programa Jovem Aprendiz na avaliação dos jovens.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS:	136
APÊNDICES.....	142

INTRODUÇÃO

A pesquisa analisa a efetivação do Programa Jovem Aprendiz no município de Santa Izabel do Oeste/PR e sua contribuição na vida profissional, haja visto que os discursos das políticas públicas de juventude tem-se intensificado nos últimos anos, mais precisamente, a partir da década de 1990, cenário motivado pelas profundas transformações de ordem econômica, produtiva e fortemente influenciado pela crise do trabalho assalariado. O cenário propício reforçou a procura por qualificação profissional e, ao mesmo tempo, acentuou a escassez no emprego brasileiro.

As tensões proeminentes do contexto social vigente desencadearam, dentre outras questões, uma disputa acirrada na conquista e no “malabarismo” de manter-se no próprio trabalho. Afirmativa esta que agrava ainda mais a situação do jovem, visto que ele se torna frágil frente à necessidade de formação e experiência profissional. Além de carregar consigo marcas de exclusão social ao longo do percurso que vai do seu reconhecimento tardio às políticas públicas de baixa qualidade à superexploração na forma assalariada, este segmento enfrenta outros determinantes que os situa numa condição não favorável socialmente e digna de intervenções.

Sobre este tema, Abramo (2005), ressalta a relevância de se atentar para as condições do jovem no Brasil contemporâneo, enfatizando as diferenças e desigualdades, considerando os atributos socioculturais, que vão além da concepção tradicional da mera passagem da infância para vida adulta. Portanto, pensar em políticas públicas é pensar na multiplicidade de espaços da vivência juvenil, intervenções em diversas áreas, com o intento de uma formação integral, com a experimentação e participação do jovem. Mas, de que jovem estamos falando?

Os jovens a que nos referimos nesta análise têm “rosto definido”. Pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade, em regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas [...] (FRIGOTTO, 2004, p. 181).

É justamente para estes jovens que se voltam os discursos e as políticas públicas de educação profissional, tornando este campo, em especial o Programa Jovem Aprendiz, alvo de análises e compreensões relacionadas aos seus fracassos e sucessos na vida profissional dos jovens.

O Programa Jovem Aprendiz, objeto da pesquisa, é uma parceria do governo federal com as empresas privadas e instituições públicas, regido pela Lei 10.097/2000 que juntamente com o decreto federal nº 5.598/2005 determina:

Art. 2º Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Art. 3º Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias à essa formação. Art. 4º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. Art. 6º Entendem-se por formação técnico-profissional metódica, para os efeitos do contrato de aprendizagem, as atividades teóricas e práticas metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. Art. 9º Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional (BRASIL, 2005).

O município de Santa Izabel do Oeste/PR, vem desenvolvendo o Programa Jovem Aprendiz – Curso de Auxiliar administrativo - desde julho de 2011, contando com duas turmas já formadas e quatro turmas em andamento. A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI) é a instituição autorizada e executora do Programa no município, realiza os trâmites legais (documentação, matrícula e inscrição no ministério do trabalho) e orienta o jovem para a participação no curso, uma vez por semana, em horário contrário ao do ensino regular.

A procura pelo Programa, no município de Santa Izabel do Oeste/PR, tem aumentado nos últimos anos, o que gerou a ampliação de turmas e uma significativa lista de espera. Embora, alguns menores iniciam o curso empregados, outros e/ou a maioria aguardam esperançosos uma chamada para o primeiro emprego. Diante da realidade exposta, quais as contribuições e os limites do Programa na formação profissional do jovem?

Na tentativa de respondermos esta indagação faz-se necessário historicizar, desvelar as contradições, as relações de forças materiais e as lutas hegemônicas que por longos anos se travaram no contexto social, cultural e econômico. Estas questões

influenciaram a estrutura da atual sociedade capitalista bem como, direta e indiretamente, a realidade do município de Santa Izabel do Oeste, o que reflete em sua base econômica, social e política, e é nesta realidade concreta que o Programa Jovem Aprendiz se materializa.

O interesse pelo tema: “a formação do jovem e sua inserção no mercado de trabalho”, surgiu a partir da experiência com menores aprendizes, enquanto orientadora pedagógica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Ampére / PR (2011/2014), e como professora do Programa, há mais de seis anos, no município onde resido Santa Izabel do Oeste/PR. Nesse período, muitas dificuldades, desafios e embates foram os principais companheiros dessa caminhada, tanto por mim quanto pelos próprios aprendizes. Quando falamos dos entraves encontrados no percurso do Programa nos referimos a determinados fatores envolvidos no processo, que implicitamente influenciam desde a implantação, perpassando o seu desenvolvimento e o resultado que este tem proporcionado aos jovens na sua carreira profissional.

O tema se tornou ainda mais cativante a partir da busca às produções acadêmicas referentes à temática¹, isso nos aproximou do objeto e revelou a carência de discussões em Ciências Humanas, na área da Educação. O banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES) nos permitiu o mapeamento das pesquisas, delineando os caminhos já seguidos e fundamentando a estrutura da pesquisa a seguir.

Para a busca das contribuições teóricas utilizamos os seguintes descritores: “Trabalho”, “Juventude”, “Educação Profissional” e “Lei 10.097/2000”. A pesquisa nos revelou que o tema não tem sido alvo das teses de doutoramento, na área da Educação. Quanto às dissertações foi possível perceber um percentual expressivo; porém, ainda carente de pesquisas. Foram 9 dissertações² na área da Educação que, direta ou indiretamente, estão relacionadas com a presente pesquisa. Constatamos uma preocupação dos pesquisadores quanto à efetivação do Programa, embora a análise esteja voltada a diferentes categorias, há um ponto convergente entre elas: a contribuição do Programa na vida dos jovens brasileiros. As leituras nos proporcionaram conhecer diferentes realidades e concepções, que vão desde a contribuição do Programa como ferramenta de inserção do jovem no mercado de trabalho à sua exclusão. A dicotomia entre as considerações teóricas nos levam a

¹ Essa ação foi realizada nos meses de março e abril de 2017 e buscou resultados para as teses e dissertações defendidas a partir de 2013.

² Lôbo (2014); Pfaffenseller (2014); Rockenbach (2015); Capuchino (2015); Almeida (2013); Amorin (2014); Luz (2015); Souza (2014); Pires (2013).

proposição de uma educação profissional comprometida com a formação do jovem brasileiro.

Toda pesquisa enquanto construção científica deve embasar-se numa fundamentação epistemológica que explicita o posicionamento teórico do pesquisador e, para conseguirmos responder as contradições existentes entre o que a Lei nº 10.097/00 determina e sua concretização no município, nos fundamentamos no materialismo histórico dialético. O método na visão de Marx implica uma posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa, conforme afirma Netto (2009, p. 53): “aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele suas múltiplas determinações”. A contribuição do marxismo permitiu-nos compreender que os fatos humanos são instituições sociais e históricas produzidas não pelo espírito e pela vontade livre dos indivíduos, mas pelas condições objetivas, nas quais as ações e o pensamento humano devem se realizar.

A pesquisa precisa, de fato, tornar-se relevante tanto científica como socialmente. Desta forma, entendemos que o materialismo histórico dialético se torna um método apropriado para desvelar a realidade, pois procura desvendar as contradições existentes na história para chegar à essência do concreto pensado, evidenciando assim, as possíveis soluções para a problemática possibilitando a transformação social e a relevância da pesquisa. Eis os conceitos que devem ser levados em consideração numa pesquisa fundamentada no método do materialismo histórico dialético:

O pesquisador que segue uma linha teórica baseada no materialismo dialético deve ter presente em seu estudo uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer. Estes princípios básicos do marxismo devem ser completados com a ideia de que existe uma realidade objetiva fora da consciência e que esta consciência é um produto resultado da evolução do material, o que significa que para o marxismo a matéria é o princípio primeiro e a consciência é o aspecto secundário, o derivado. Sobre estes fundamentos o pesquisador deve considerar as categorias e leis da dialética. Não é possível, porém, para o pesquisador, imbuído de uma concepção marxista da realidade, realizar uma investigação no campo social, e especificamente na área educacional, senão tem ideia clara dos conceitos capitais do materialismo histórico: estruturadas formações socioeconômicas, modos de produção, força e relações de produção, classes sociais, ideologia, que é a sociedade, base e superestrutura da sociedade, história da sociedade como sucessão das formações socioeconômicas, consciência social e consciência individual, cultura como fenômeno social, progresso social, concepção do homem, ideia da personalidade, da educação etc (TRIVIÑOS, 1987, p. 73).

A metodologia adotada será a pesquisa quali-quantitativa, a qual permite ao pesquisador um enlace da quantificação dos dados com a qualificação do resultado coletado. Portanto, “[...] o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa” (MINAYO; SANCHEZ, 1993, p. 247).

A pesquisa quantitativa dar-se-á por meio da apresentação e análise dos dados referentes ao total de jovens no Brasil, no Paraná e no município, bem como a ocupação e frequência escolar desse segmento. A partir dos resultados chegamos à análise da contribuição do Programa Jovem Aprendiz na vida juvenil, o que indica a passagem da quantidade para a qualidade, isto é – “a mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento uma mudança qualitativa. A quantidade transforma-se em qualidade” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p 104).

Os dados numéricos referentes à situação ou condição dos jovens brasileiros e do contexto em que a pesquisa está endereçada nos possibilita reconhecer a efetividade da política de formação profissional na vida dos jovens. Isto será realizado também por meio da inferência e da aplicabilidade da pesquisa qualitativa, a qual permitirá uma análise da qualidade do Programa.

De acordo com BODGAN (1994), a pesquisa qualitativa trata-se de um campo em que o pesquisador mergulha no ambiente em que se observam os fenômenos que lhe interessam, incidindo em dados recolhidos nos comportamentos naturais das pessoas. O autor prossegue com generosas contribuições afirmando que a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada de cinco formas: primeiramente, a fonte direta dos dados é o ambiente natural, as informações recolhidas são transcritas, ideia de que nada é trivial (tudo pode servir como forma de compreensão), o pesquisador se interessa mais pelo processo do que pelo resultado, análise indutiva (sem prever ou se posicionar ao resultado) e grande ênfase na pesquisa (o pesquisador procura desvelar o movimento do concreto). Todavia, entendemos que esse sentido só pode ser analisado a partir da materialidade social.

A caracterização que BODGAN (1994), expõe na citação acima, vem ao encontro aos ideais propostos pela presente pesquisa, uma vez que o contato direto com o objeto de pesquisa nos possibilitará recolher informações pertinentes sobre a contribuição do mesmo na vida dos jovens izabelenses. Os investigadores da pesquisa qualitativa se preocupam com o contexto, por isso, da identificação com essa abordagem, pois não teríamos outra forma de analisar o Programa, a não ser por meio da coleta de dados e informações para substanciar a pesquisa e seus resultados

oportunizando assim, futuras reflexões acerca da qualificação profissional dos jovens contemporâneos.

Para conseguirmos alcançar nossos objetivos, utilizaremos técnicas de coletas de dados que Lakatos (2003, p. 174), pontua como sendo “[...] um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”. Partindo desse pressuposto, sentimos a necessidade de explicitarmos em linhas gerais o que é e como a técnica contribuirá na pesquisa.

A entrevista de acordo com Lakatos (2003), diz respeito a uma investigação social para a coleta de dados que visa contribuir numa determinada questão. Este procedimento se dá no encontro entre duas pessoas em forma de conversa e de maneira metódica. O autor supracitado complementa que se a entrevista tem por objetivo a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto, é necessário que se leve em consideração os tipos de entrevistas, uma vez que estas variam de acordo com o propósito de cada pesquisador. Neste contexto, a presente pesquisa julga ser pertinente o trabalho com entrevistas semiestruturadas, que segundo Triviños (1987, p. 146), é:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Apoiados neste pressuposto, julgamos que as entrevistas nos possibilitaram resultados pertinentes e significativos sobre os limites e alcances do Programa na vida profissional dos jovens, além de proporcionar uma visão mais clara em relação à educação profissional brasileira e os desafios dos jovens na luta pelo primeiro emprego.

Para atendermos nossos objetivos nos apoiamos em diversos autores como: Antunes (2009), Ciavatta (2014), Frigotto (1999), Gramsci (1999), Kuenzer (2007), Marx & Engels (2008), Marx (1983), Pistrak (2009), Pochmann (2013), Saviani (2015), Spósito (2005), entre outros. Além do suporte teórico, acima mencionado, buscamos analisar alguns documentos tais como: leis, decretos, estatutos, estatísticas cedidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros documentos referentes

aos órgãos responsáveis pela juventude³ no Brasil e município de Santa Izabel do Oeste/PR.

O primeiro capítulo compõe-se de referencial teórico que embasa o estudo sobre trabalho e educação, como esta relação tem-se manifestado na sociedade capitalista, quais são os determinantes que influenciaram, influenciam e que, indubitavelmente, influenciarão na qualidade do ensino e, conseqüentemente, na vida do trabalhador brasileiro e izabelense. O trabalho é a categoria central para análise do objeto de estudo, tanto no seu caráter ontológico e formativo quanto em caráter mutilador sob a égide do capital. Considerando que essa categoria deve ser a referência, enquanto processo de formação humana na busca pela superação da educação unilateral, é que tecemos as considerações da educação profissional emancipatória pautada na educação omnilateral ou politecnia formadora de sujeitos autônomos.

No segundo capítulo, buscamos aporte teórico para apresentar a concepção de juventude. Destacamos como é ser jovem no Brasil contemporâneo, bem como realizamos uma breve discussão acerca do reconhecimento dos jovens na agenda pública a partir dos anos 1990. Neste capítulo, apresentamos o Programa Jovem Aprendiz, suas diretrizes e condicionalidades determinadas pelo Ministério do Trabalho e pela instituição executora do Programa no município – a APMI. Na sequência, trouxemos dados do IBGE do último censo 2010 exibindo o índice de trabalhos dos jovens no Brasil e no Paraná.

No terceiro capítulo, apresentamos o *lôcus* da pesquisa por meio dos dados oferecidos sobre a ocupação do jovem izabelense e a caracterização dos aprendizes no cenário pesquisado; evidenciando os procedimentos metodológicos na realização da pesquisa. Neste capítulo, apresentamos as entrevistas com 10 alunos egressos de 2015 e a análise das mesmas, as quais buscaram o objetivo primordial: as contradições (limites e possibilidades) na vida dos jovens izabelenses.

Vale destacar que as entrevistas foram gravadas com autorização prévia dos jovens e para manter a ética e o respeito dos entrevistados, não fizemos uso dos nomes reais, optamos por nomes fictícios mantendo assim, o sigilo de suas identidades.

Assim sendo, a pesquisa está estruturada em três momentos: no primeiro, a relação entre educação e trabalho e como essa relação se manifesta na sociedade capitalista. Em seguida, identificamos as dificuldades enfrentadas pelos jovens na

³ ANT DJ - Agenda Nacional de trabalho Decente para a Juventude; ECA- Estatuto da criança e do adolescente; SINAJUVE- Sistema Nacional de Juventude; SNJ- Secretaria Nacional de Juventude; CONJUVE- Conselho Nacional de Juventude.

conquista pelo primeiro emprego e a política pública da juventude focada na inserção do jovem aprendiz e, por fim, a análise nas entrevistas buscando avaliar a materialização do Programa.

Neste contexto, a pesquisa tem relevância social por abordar um tema visto pela comunidade em geral como “a salvação do jovem”. E, esperamos que possa contribuir para que autoridades da nossa região reavaliem a operacionalização do Programa, tendo conhecimento das falhas, das inconsistências, dos antagonismos, rompendo assim, com a visão mercadológica de formação para o mercado de trabalho imediatista. Esperamos também, o entendimento da importância na produção científica, por não ter sido um tema muito explorado e, que esta, sirva como base para outras pesquisas que vierem a ser tecidas nesse viés.

CAPÍTULO I

TRABALHO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL SOB A ÉGIDE DO CAPITAL

Este capítulo tem por objetivo apresentar a dupla face do trabalho. De um lado, seu caráter formativo e sua relação com os processos educativos, daí a importância do resgate ontológico. De outro, sua negação sob o domínio do capital. O trabalho enquanto categoria real que expressa o modo de ser do ser social, manifesta seu caráter formativo e sua relação direta com os processos educativos - como a escola e a formação profissional.

Partimos do pressuposto de que a instituição escolar torna-se o *locus* estratégico da classe dominante, onde se constituem as bases que alicerçam a forma histórica escolar capitalista que institui a educação dualista e unilateral presente nos processos educativos de formação profissional dos trabalhadores. Diante disso, buscamos trazer neste capítulo, considerações acerca da história da educação profissional no Brasil oferecida aos filhos da classe trabalhadora e contrapor à educação profissional pautada numa perspectiva da politecnia, a qual demonstramos afinidade teórica e julgamos ser uma educação formadora de sujeitos autônomos. Para tanto, buscamos embasar nossas escritas em autores que desvelam por meio de estudos a totalidade dos fatos e chegam a compreender o concreto, a realidade a qual nos dispusemos pesquisar.

Falar de educação sem discutir o trabalho se torna, indubitavelmente, um processo inválido e irrelevante, uma vez que ambos os termos na sua materialidade se relacionam e se influem mutuamente; isto é, o trabalho é e deve ser o princípio educativo. Ora, se o trabalho é a base fundante da formação humana, do desenvolvimento intelectual do homem, como pode ele ser negado sob a égide do capital?

1.1 A dupla face do trabalho: afirmação e negação

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e a natureza, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao

modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...] (MARX, 1996, p. 297).

O homem ao atuar sobre a natureza à modifica para atender suas necessidades; portanto, o trabalho é atributo da racionalidade humana e o que diferencia o homem dos demais seres. Dizia Braverman (1987), os animais se apoderam da natureza tal como ela é, o homem, por sua vez, a utiliza e a transforma. A partir do momento que o homem transforma a natureza por meio do seu trabalho, “o homem é, é-o pelo seu trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico” (SAVIANI, 2007, p. 154). Este processo nada mais é que a própria formação do homem, ao passo que “ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua existência. Portanto, a produção do homem é um processo educativo” (SAVIANI, 2007, p.155). O trabalho executado pelo homem é, inicialmente, ideado por ele, planejado antes de se tornar um fim; isto é, ao término do processo de trabalho tem-se um resultado, o qual já existia na imaginação do trabalhador. Portanto, “o trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo” (BRAVERMAN, 1987, p. 50).

Evidenciamos que o processo do trabalho proporciona ao homem sua própria formação, uma vez que ele formula perguntas e, ao mesmo tempo, procura solucioná-las - consequentemente, o produto final é sua criação. Assim, toda vez que o ser humano enseja resolver um problema, o mesmo se permite, neste processo complexo, a construção do seu conhecimento. Partindo desse pressuposto é que Antunes (2012, p. 16), afirma a importância do trabalho no processo educativo:

É então, exatamente em virtude dessas características constitutivas do complexo do trabalho – tanto como aquilo que desencadeia o processo de humanização “o animal tornado humano através do trabalho” (lukacsiano) como aquilo que garante e assegura a continuidade e complexificação desse processo, por meio da transmissão de suas aquisições históricas – que o processo formativo, educacional, do ser social não pode do trabalho ser separado: ou seja, existe uma conexão ineliminável, ontológica, entre as esferas do trabalho e da educação.

Pressupomos, portanto, que o homem deve participar de todo o processo do trabalho: da criação ao consumo de uma mercadoria e, é justamente este processo que se encontra truncado, uma vez que o homem produz, embora numa participação limitada, não usufrui da sua criação, porque essa cabe à outra pessoa. Conforme afirma Konder (2004, p.29):

As condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada introduziram um "estranhamento", entre o trabalhador e o trabalho, na medida em que o produto do trabalho, antes mesmo do trabalho se realizar, pertence a outra pessoa que não o trabalhador. Por isso, em lugar de realizar-se no seu trabalho, o ser humano se aliena nele; em lugar de reconhecer-se em suas próprias criações, o ser humano se sente ameaçado por elas, em lugar de libertar-se, acaba enrolando em novas opressões.

Antunes (2012, p. 30), define alienação “como aquilo que historicamente obstaculiza a relação de mediação direta que se estabelece entre ser humano e natureza, como tudo aquilo que interpõe nesta relação”. Assim, o homem passa a não se reconhecer no seu trabalho, este passa a ser estranho, o fim produzido (objeto, coisa), não pertence ao homem, quebrando ou dilacerando o vínculo existente entre homem e natureza. Dessa forma, passamos a análise da categoria central da pesquisa – o trabalho sob a égide do capital.

Dando início ao diálogo sobre a negatividade do trabalho e seu caráter mutilador sob as formas de relações capitalistas, utilizamo-nos de Braverman (1987, p. 54-55):

A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornaram-se generalizadas através de toda a sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo lugar, os trabalhadores estão livres de contrições legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista. O processo de trabalho começa, portanto, como um contrato ou acordo que estabelece as condições de venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador.

Podemos inferir que o vínculo entre trabalho e educação é rompido quando submetido às formas de relações capitalistas de produção. A ênfase no trabalho fragmentado, a venda da única mercadoria – o trabalho e a exploração do capitalista sobre a forma assalariada é, em geral, um processo criador de valores, mas principalmente, um processo para criação e reprodução do capitalismo.

Vale destacar como bem lembra Braverman (1987), que embora o processo de compra e venda de mercadorias tenha existido desde a antiguidade, no qual baseava-se no capitalismo mercantilista (troca de mercadorias excedentes), ela não se tornou

numericamente relevante como no capitalismo industrial no século XVIII (trabalho assalariado).

Marx (2008) em o “Manifesto do Partido Comunista” esclarece a assertiva acima sobre os tempos que antecederam o capitalismo industrial, a mercantilização (Índia e China), o comércio com as colônias (navegação e a indústria). A forma tradicional (feudal), fez emergir a manufatura e mais tarde a maquinaria. “No lugar da manufatura surgiu a grande indústria moderna; no lugar dos pequenos produtores, os industriais milionários, os chefes de exércitos industriais inteiros, os burgueses modernos” (MARX 2008, p.10).

Ora, o trabalhador para o capital se torna fonte de mais valia, pois ao vender sua força de trabalho, recebe o equivalente à sua sobrevivência. Como qualquer outra mercadoria, o valor pago pela força de trabalho, comprada pelo capitalista, é determinado pela quantidade de trabalho necessário para sua produção. Ou seja, para manter-se vivo o homem precisa trabalhar e é esse o valor pago pela sua mercadoria; o equivalente para manter-se vivo. Vale destacar que o valor pago não condiz com o que o homem produz no processo de construção de uma mercadoria e, justamente, este excedente é o que sustenta o capitalismo, como pontua Netto e Braz (2009, p. 100), “o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho não o valor criado por sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro”. Portanto, a força de trabalho desenvolvida pelo trabalhador, durante sua jornada de trabalho, produz um valor superior àquele para sua produção/reprodução. Sobre mais-valia, Kuenzer destaca:

O produto é propriedade do capitalista, não do produtor, que só recebe o valor diário da força de trabalho, que corresponde aos meios necessários para à sua subsistência, ou seja, que garante a sua reprodução como assalariado. Ao trabalhar além do necessário para se reproduzir, o trabalhador gera um excedente quantitativo de trabalho – mais-valia; a extração da mais-valia é a forma capitalista de produção de mercadorias. Ou seja, no capitalismo, o trabalho assalariado é a fonte geradora de mais-valia, e nesse sentido, de reprodução das suas próprias condições de exploração, na medida em que, reproduzindo o capital em escala ampliada, reproduz também o operário (KUENZER, 2001, p. 37).

O distanciamento entre trabalho e educação, afirmado por Saviani (2007), num período de ascensão da propriedade privada, acaba por banir a relação essencial entre trabalho e educação. Processo que é agravado com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que introduz novas relações de trabalho entre proprietários e não

proprietários. O trabalhador passa a vender sua força-de-trabalho em troca de um salário que é pago pelo capitalista, dono dos meios de produção; trabalha com instrumentos que não lhe pertence, produz mercadorias que não serão suas.

De acordo com Suchodolski (1976), Marx desmascara a sociedade capitalista e afirma que a educação é um instrumento nas mãos da classe dominante que determina o seu caráter de acordo com seus interesses de classe. Suchodolski (1976, p. 11) avança ainda mais na sua reflexão e afirma que “a educação não é elemento de igualdade social; é, pelo contrário, um elemento da hierarquia social burguesa moderna”. É sabido que o ensino contemporâneo é diversificado, aos pobres um ensino técnico desqualificado e aos filhos da burguesia um ensino de qualidade. Suchodolski (1976, p. 12) afirma:

O ensino nacional, especialmente o ensino operário, é um elemento necessário da produção. No entanto, no capitalismo tem a tarefa exclusiva de formar forças de trabalho baratas e nunca ultrapassar os limites que os interesses da produção capitalista exigem. Uma análise detalhada do caráter do ensino operário demonstra isto muito claramente.

Além do ensino em “doses homeopáticas” que é oferecido às classes mais pobres, é possível perceber que a burguesia utiliza dos discursos de que a partir da educação o ser humano se renova e, que com ela, consegue melhorar sua condição de vida. A burguesia veicula o ideário acerca da educação de que somente ela será o “remédio” dos pecados sociais. Por sua vez, Suchodolski (1976), mostra que a educação no capitalismo serve aos interesses da burguesia e somente as mudanças nas relações sociais poderão constituir uma nova educação vinculada aos interesses das classes trabalhadoras.

De fato, o trabalho torna o homem um ser social capaz de desenvolver suas condições vitais logo, é por meio do trabalho que o homem se faz homem. Porém, com o surgimento da propriedade privada e a divisão no trabalho, rompe-se a relação essencial entre trabalho e educação. A escola como instituição formadora se adapta às novas formas requeridas pela industrialização vigente. Se a escola inicia um processo de institucionalização para atender aos anseios do capitalismo, como se apresenta a educação profissional, a qual está diretamente relacionada à formação da classe trabalhadora?

1.2 Considerações sobre a formação profissional no Brasil

Neste item, discutimos os caminhos da educação profissional no Brasil apontando as mudanças no mundo que alteraram a relação capital e trabalho, principalmente, por meio dos processos de reestruturação produtiva, financeirização da economia, bem como a difusão de um novo projeto societário pautado na ideologia neoliberal. O novo cenário instiga novas estratégias para a manutenção da hegemonia capitalista atingindo, principalmente, os trabalhadores e de várias formas.

De acordo com Fonseca (1961), nas fazendas ao lado da casa-grande se encontravam as oficinas onde as ferramentas necessárias davam continuidade e equilíbrio à vida rural. Eram nestas oficinas que se transmitiam os conhecimentos profissionais, todavia, num contexto em que a necessidade delineou a aprendizagem de ofício.

As fazendas de açúcar cresciam e rendiam lucros aos fazendeiros, o que distanciou ainda mais dos elementos que viviam à sombra e proteção e, por outro lado as aprendizagens passaram a ser ministradas aos escravos, o que chamou a atenção dos brancos, os quais desprezaram a aprendizagem de ofícios.

Evidenciamos assim, o início de uma mentalidade aversiva às formas de aprendizagem profissional no contexto brasileiro, uma vez que estas passaram a ser ensinadas aos escravos, logo, vista e entendida como uma forma de ensinar as classes mais pobres e excluídas. Em consequência disso:

Vem, pois, dos primeiros tempos de nossa civilização a mentalidade de desprezo pelos trabalhos que requerem o uso das mãos. Agravaram-na o fato de ter sido o desempenho das profissões manuais entregue aos escravos e o ensino de ofício ministrado aos índios e africanos, enquanto o de humanidades era destinado a uma camada mais elevada da sociedade (FONSECA, 1961, p. 19).

É fundamental entendermos esse período como um marco histórico brasileiro em que o ambiente educacional é caracterizado pelo artesanato e operado pelos mestres artesãos e seus aprendizes⁴.

No Brasil não há registro que afirmam a data de início das corporações de ofício, mas sua abolição ocorreu com D. Pedro I, em 1824, data que outorgou a Constituição ao país. No entanto, com o cultivo da cana-de-açúcar e a descoberta do ouro, fez-se necessário o ensino de ofícios; porém, as aprendizagens se diferenciavam quanto ao público destinado. Primeiramente, aos escravos no trabalho nos engenhos e, posteriormente, aos brancos, filhos dos empregados da própria casa das moedas, os quais deveriam conceber os ensinamentos por seis anos e, posteriormente, demonstrarem suas habilidades à uma banca examinadora para receberem a certificação.

De acordo com Fonseca (1961), em 1808, com a abertura dos portos e a autorização do comércio estrangeiro, D. João VI foi uma figura importante no desenvolvimento econômico e cultural do país, criando o primeiro Colégio das Fábricas destinado a atender artistas e aprendizes vindos de Portugal, haja vista que neste período, a família Real se encontrava no Brasil.

Em 1854, o papel dos ofícios ficava reservado aos menores abandonados, os quais receberiam a instrução do primeiro grau e, posteriormente, seriam enviados às oficinas públicas ou privadas para aprenderem um ofício, estas chamadas de asilos.

Com a proclamação da República em 1889, nascia a esperança de modificar o cenário do ensino de ofícios, o qual deveria atender aos anseios da classe trabalhadora, excluindo os vínculos assistencialistas que permeavam as escolas profissionais da época.

Vale destacar que o governo de Nilo Peçanha desenvolveu um papel importantíssimo no desenvolvimento de escolas de profissionalização no Brasil. Em 1910, contabilizava dezenove centros de aprendizagem que, dentre outras carências, necessitavam de professores especializados e de espaço físico adequado. O ensino

⁴ De acordo com Rugiu (1998), mestre era “um verdadeiro patriarca na comunidade formativa que às vezes se estendia da oficina à própria casa, aonde vinham ‘colegiados’ aprendizes e auxiliares” (Rugiu 1998, p.39). Portanto, se tratava da pessoa que transmitia o conhecimento. O aprendiz denominado por Rugiu (1998) como discípulo do mestre, aquele que aprende o ofício e constrói sua aprendizagem, por meio da capacidade de adivinhar, induzir e por iniciativa própria. A maneira como eram ensinados os aprendizes muitas vezes superavam os conhecimentos oferecidos pelos mestres. Desprovidas de uma metodologia científica, as oficinas eram caracterizadas por uma diversidade de aprendizes (rapazes, jovens e idosos) que conviviam e cooperavam mutuamente, mas respeitavam a idade e o nível de conhecimento. O trabalho ia muito além das oficinas, nas horas vagas prevaleciam às experiências de socialização.

oferecido era aos “deserdados de fortuna”; isto é, aos filhos dos trabalhadores (PEREIRA; LIMA, 2008).

As décadas de 1920 e 1930, marcaram a expansão das ferrovias no Brasil e, com isso, a mão de obra especializada:

As estradas de ferro tiveram grande importância na introdução, no Brasil, do ensino de ofícios associando oficina e escola. Este ensino dispensou o longo e incerto padrão de aprendizagem herdado do artesanato, que consistia no trabalho do menor, como praticante, ao lado do mestre do ofício. Desde o início do século, as empresas ferroviárias mantinham escolas para a formação de operários destinados à manutenção de equipamentos, veículos e instalações (CUNHA, 2005, p. 24).

Com o crescimento das estradas de ferro em São Paulo e a expansão do café em Santos, criaram-se condições para a unificação das atividades de ofícios das empresas ferroviárias. A parceria do ensino unificado se dava entre a Escola Profissional Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e as empresas ferroviárias.

Quatro empresas ferroviárias que operavam nesse estado fizeram um acordo com o liceu, pelo qual cada uma enviaria dois aprendizes para frequentarem um curso de quatro anos, realizando estágio nas oficinas de uma delas, situada na capital. O ensino de ofícios apresentava duas inovações que vieram a ser difundidas posteriormente: a utilização das séries metódicas de aprendizagem e a aplicação de testes psicotécnicos para seleção e orientação de candidatos aos diversos cursos (CUNHA, 2005, 24).

Portanto, os anos 1930 e 1940, foram marcados por grandes transformações políticas, econômicas e educacionais na sociedade brasileira. A partir de então, o desenvolvimento industrial e tecnológico:

[...] foi marcado pelo embate entre um projeto de desenvolvimento autônomo e outro associado e subordinado ao grande capital. Esse tenso equilíbrio foi rompido e deslocado em favor do capital estrangeiro no governo de JK (RAMOS, 2014, p 25).

Reitera a autora que a formação dos trabalhadores:

[...] é tratada como uma necessidade da expansão industrial, porém, à parte da política educacional. Na reforma educacional implementada por Francisco Campos em 1931, cuja normatividade é consagrada pela

Constituição de 1934, o governo federal compromete-se com o ensino secundário, dando-lhe conteúdo e seriação própria. Porém, o caráter enciclopédico dos currículos manteve a característica elitista desse ensino, enquanto os ramos profissionais foram ignorados, criando-se dois sistemas independentes. Ainda que se tenha regulamentado o ensino profissional comercial, nenhuma relação entre eles foi estabelecida. No momento em que a ideologia do desenvolvimento começava a ocupar espaço na vida econômica e política do país, sequer houve qualquer preocupação consistente com o ensino técnico, científico e profissional, oficializando-se o dualismo configurado por um segmento enciclopédico e preparatório para o ensino superior e outro profissional independente e restrito em termos da configuração produtiva e ocupacional (RAMOS, 2014, p. 25-26).

Cunha (2005), nos lembra que os últimos cem anos que antecederam a Revolução de 1930, o Brasil desenvolvia uma economia integrada ao capitalismo internacional, como exportador de matérias-primas e importador de bens industrializados “até que as contradições geradas por esse desenvolvimento determinaram a progressiva substituição de importações por manufaturados locais” (CUNHA, 2005, p. 17). Com a atuação do Estado em 1937, na economia brasileira, intensifica-se o processo de industrialização.

A Constituição Brasileira de 1937 foi a primeira a tratar do ensino técnico e industrial, especificando em seu artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público” (BRASIL, 1937, p. 4).

No primeiro momento, é possível constatar o dever do Estado como órgão responsável pelo ensino profissionalizante, subsidiando as iniciativas dos municípios e dos indivíduos ou ações voltadas à escola de educação profissional. Na sequência, a figura do Estado transfere sua responsabilidade às indústrias e empresários, fato evidente nos dias atuais.

As escolas passam a se chamar Liceus Profissionais, destinadas ao ensino profissional de todos os ramos e graus. Em 1941, com a Reforma Capanema, o ensino

profissional no Brasil passou a ser considerado de nível médio, e em 1942, com o decreto nº 4.125, as antigas escolas de artífices passam à Escolas Industriais e Técnica, as quais mais tarde, se tornaram Centros Federais de Educação Profissional (CEFETs).

Em 1942, temos a criação do SENAI e em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ambas instituições, pensadas para atender a demanda industrial. O intuito era formar a mão de obra para a crescente ordem econômica, visto que o Brasil passava por grandes transformações com o processo de industrialização.

Cunha (2005), chama a atenção para duas estratégias para a formação do trabalho durante o Estado Novo (1937-1945):

A primeira consistia na defesa da formação dos operários em escolas, procurando-se reproduzir nela o ambiente fabril, como se tentava fazer desde as escolas de aprendizes artificies criadas em 1909. A segunda estratégia se opunha-se à primeira, na medida em que procurava deslocar a escola profissional para dentro do ambiente fabril, definindo como destinatários preferenciais os menores que já trabalhavam na indústria (CUNHA, 2005, p. 151).

Reitera o autor, que as duas estratégias mantinham o curso básico industrial fora da produção e admitia a formação paralela da aprendizagem industrial para os operários menores de idade. A assertiva acima leva-nos inferir a existência de um planejamento direcionado a educação profissional dos operários e de seus filhos.

Em 1938, o Ministério da Educação, através da Divisão do Ensino Industrial, elaborou um anteprojeto de regulamento do dispositivo constitucional. Estipulava a criação de escolas de aprendizes industriais mantidas e dirigidas pelos sindicatos dos empregados e pelos estabelecimentos industriais. As escolas teriam oficinas próprias destinadas à prática dos aprendizes, isto é, trabalhadores maiores de 14 e menores de 18 anos. Os cursos durariam de 8 a 16 horas semanais, em horário coincidente com o período de trabalho, remunerando-se a atividade produtiva do menor. Cada empresa industrial teria a obrigação de empregar um número de menores trabalhadores igual ou superior a 10% do efetivo total de operários. Caberia ao governo a tarefa de manter escolas de aprendizes onde os sindicatos e as indústrias não fossem capazes de fazê-los. Os ministérios da Educação e do Trabalho fiscalizariam a aplicação do dispositivo e aplicariam sanções aos infratores (CUNHA, 2005, p. 29).

Ainda de acordo com o autor, no mesmo período, o Ministério da Educação elaborou outro anteprojeto voltado aos não trabalhadores de 11 a 14 anos, que ficaria sob a responsabilidade dos sindicatos de empregados. O objetivo era atender os irmãos e filhos de operários sindicalizados que tivessem terminado o ensino primário, mas não

tivessem atingido idade mínima para a força de trabalho. No entanto, o anteprojeto não chamou atenção do empresariado, primeiro por demandar um investimento financeiro pelo pagamento de mestres, aprendizes, oficinas e máquinas e segundo por não atender aos interesses imediatos do capitalista. Foram muitos os empasses, regulamentações, implementações até chegarem a uma conclusão imposta por Vargas, os quais deveriam aceitar os termos básicos da legislação e arcar com a formação profissional prevista pela Constituição. Vale situar o objeto da presente pesquisa – o Programa Jovem Aprendiz, o qual se apoiaria mais tarde, nas nuances vindas das escolas de aprendizes marcadas fortemente pelo conteúdo ideológico ligado ao assistencialismo.

A partir de 1940, acentua-se a dualidade educacional com a criação das leis orgânicas direcionadas ao setor produtivo, de um lado o ensino secundário e formação propedêutica para a universidade e de outro, a formação profissional destinada exclusivamente para a produção capitalista.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), promulgada durante o Estado Novo, na gestão do Ministro Gustavo Capanema, acentuava a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático. Predominava a função propedêutica voltada para o ensino superior, sob a égide de uma Constituição (1937) que fortaleceu o ensino privado. Juntamente com esta, o conjunto de leis orgânicas que regulamentou o ensino profissional nos diversos ramos da economia, bem como o ensino normal, significou um importante marco na política educacional do Estado Novo. Entretanto, se havia organicidade no âmbito de cada um desses segmentos, a relação entre eles ainda não existia, mantendo-se duas estruturas educacionais paralelas e independentes (RAMOS, 2014, p. 26).

Vale destacar que o modelo de produção estava estritamente vinculado ao taylorismo/fordismo, o qual permanecia entrelaçado à acumulação de capital e contou com a presença do Estado como aparelho mediador dos conflitos existentes entre capital e trabalho⁵.

Para atender a nova ordem organizacional, a escola unificada pautava-se nos ideais de Frederick Winslow Taylor, a concepção taylorista baseava-se no controle do trabalho na produção capitalista. De acordo com Braverman (1987, p. 83), “Taylor ocupava-se dos fundamentos da organização dos processos de trabalho e o controle sobre eles”. Enfático nas suas afirmativas de que a ciência do trabalho deve ser

⁵ Trata-se do Estado de Bem Estar Social ou Welfare State que se desenvolveu em países europeus e nos EUA, especialmente, a partir da crise econômica de 1929. Baseado na filosofia social de John Maynard Keynes, o Estado de Bem Estar Social, refere-se à intervenção estatal na economia de modo a regulamentar o mercado, tentando assim moderar as crises econômicas e sociais provocadas pelo capitalismo. O Estado de Bem Estar Social também se caracteriza por aliar políticas econômicas com políticas sociais, através da garantia pelo Estado dos direitos sociais básicos (MORAES, 2001, p. 29-30).

desenvolvida pela gerência, Taylor contribuiu significativamente na exploração do trabalho sobre o capital. Braverman (1987), expõe três princípios que emergiram da teoria de Taylor, a saber: a negação e dissociação do vínculo com o ofício do trabalhador, separou o trabalho mental e manual (concepção e execução) e forçou intuitivamente o controle sob o domínio da gerência.

A centralidade do poder nas mãos da gerência afastava a classe trabalhadora de princípios voltados aos seus interesses e destruía os vínculos existentes entre os trabalhadores e seus ofícios. Braverman (1987), fala sobre a habituação do trabalhador ao modo capitalista de produção:

A transformação da humanidade trabalhadora em uma “força de trabalho”, em “fator de produção”, como instrumento do capital, é um processo incessante e interminável. A condição é repugnante para as vítimas, seja qual for o seu salário, porque viola as condições humanas do trabalho; e uma vez que os trabalhadores não são destruídos como seres humanos, mas simplesmente utilizados de modos inumanos, sem faculdades críticas, inteligentes e conceptuais permanecem sempre, em algum grau, uma ameaça ao capital, por mais enfraquecidas ou diminuídas que sejam (p. 125).

Como se não bastasse a autoridade predominante na gerência científica da teoria de Taylor, caracterizado pela organização do tempo que acelerava o índice de produção, Ford inaugura, em 1914, a esteira rolante, a qual ampliou a produção, fragmentou o trabalho e dilacerou ainda mais os ofícios dos trabalhadores. Com a invenção, o trabalhador não precisava sair do lugar para produzir, ao passo que a esteira tornava o trabalho mais produtivo. De outro lado, a desqualificação do trabalhador se intensificou em virtude da fragmentação e simplificação das tarefas na fábrica fordista. Sobre o assunto, Rodrigues (1998, p. 51) afirma: “dado o alto grau de especialização e simplificação dos postos de trabalho, a qualificação dos operários montadores reduziu-se a alguns minutos de treinamento na linha de montagem”.

Rodrigues (1998), prossegue com as análises e afirma que a simplificação das tarefas na condição em que se encontrava o trabalhador – modelo fordista - destruía as qualificações ligadas ao antigo modo de produção; expandia fortemente a produção e alavancava, extraordinariamente, a acumulação do capital sustentada pelos ganhos vindos da produção.

É o ideário taylorista-fordista que passa a orientar a educação profissionalizante no Brasil, especialmente a partir de 1930, cenário de vários acontecimentos no contexto brasileiro, como: a criação do Ministério da Educação (governo de Vargas), Manifesto

dos Pioneiros da Educação (1932) e a segunda Constituição Federal (Educação direitos de todos, responsabilidade da família e Estado). Neste período, evidenciamos o papel do Estado⁶ como órgão responsável pela Educação brasileira (CUNHA, 2005).

O novo quadro de industrialização exigiu uma qualificação maior de mão de obra e com isso, nova organização escolar e administrativa. O decreto nº 47.038/1959 definiu as Escolas Técnicas que comporiam a rede federal de ensino técnico, transformando-as em autarquias e em Escolas Técnicas Federais. Verifica-se também, o papel do Estado frente à qualificação dos trabalhadores.

Cunha (2005), destaca que o ensino primário era considerado comum a todos, porém com diferenças relacionadas aos conteúdos; isto é, entre a escola pública e privada. Neste contexto, “o ensino de ofícios deveria estar colocado todo em nível pós-primário, embora continuasse existindo escolas de ofícios de caráter assistencial e/ou correcional para menores analfabetos ou de escolarização precária” (CUNHA, 2005, p. 42).

Para a educação profissional o fato mais relevante foi à equivalência entre este e o ensino médio. Organizado em dois ciclos – o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos – ambos compreendiam o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores). A partir disto, os concluintes do colegial técnico podiam se candidatar a qualquer curso de nível superior. Quebrou-se, também, a rigidez das normas curriculares, abrindo-se a possibilidade de os Estados e os estabelecimentos anexarem disciplinas optativas ao currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação (RAMOS, 2014, p. 28).

Da era Vargas para o governo de Juscelino Kubitschek (JK), foi possível constatar o abandono de uma política voltada ao capital Nacional para uma orientada pelo capitalismo dependente⁷. O plano de metas (1956-1960), com JK é marcado com a

⁶ Estado numa noção ampliada que abarca sociedade política e sociedade civil e na qual a luta de classes está presente. Gruppi (1996), num diálogo sobre a concepção de Estado, afirma que Engels já dissera que o Estado surge a partir de um determinado grau econômico e da divisão de classe, surge em consequência desse antagonismo e com ela, a luta de classes. Acrescenta Engels, que o Estado é a expressão de dominação de classe sobre outra e ao mesmo tempo o necessário equilíbrio entre as classes. A questão de hegemonia é timidamente tratada por Engels, “o Estado não é somente um poder brutal, mas é também a busca de um equilíbrio jurídico, embora contraditório, provisório, transitório (quando um Estado cai é preciso construir outro)” (GRUPPI, 1996, p. 31). O tema hegemonia é destacado por Gramsci. É a partir das metamorfoses capitalistas que “Gramsci elabora sua teoria “ampliada” do Estado, indicando que o poder estatal, nesse novo contexto, não se expressa apenas por aparelhos coercitivos, mas também mediante uma nova esfera do ser social que é a sociedade civil” (SIMIONATTO, 1998, p. 53).

⁷ Esse conceito faz referência à formação social, política e econômica brasileira. Florestan Fernandes (1975) demonstrou que historicamente a burguesia nacional subordinou-se aos mandos da burguesia internacional, forjando o que o sociólogo chamou de capitalismo dependente, o que impediu a formação de uma cultura democrática e de participação popular, bem como a não construção de uma nação independente e autônoma, resultando na continuação de um padrão de dominação burguesa. Na

abertura das multinacionais e da ideologia desenvolvimentalista. Desse modo, formou-se a burguesia brasileira subordinada à burguesia internacional. O Estado como mediador entre as forças sociais desenvolve mercadorias e serviços, principalmente infraestruturais (RAMOS, 2014).

É nesse contexto que, em 1965 é criada a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) no âmbito do Ministério da Educação. Sua existência é paralela ao Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra (PIPMO), desenvolvido pelo Ministério do Trabalho. Enquanto este último voltava-se à preparação de operários qualificados, a EPEM destinava-se a assessorar os Estados na formulação de planos para o Ensino Médio. A organização do ensino técnico industrial contou com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), constituída com a 30 colaboração de órgãos americanos como a USAID e a Aliança para o Progresso, no contexto do Acordo Brasil e Estados Unidos firmado ainda em 1946, com o objetivo de fornecer equipamentos, assistência financeira e orientação técnica às escolas técnicas brasileiras (RAMOS, 2014, p. 29-30).

A Lei 5692/1971 colocou como compulsória a profissionalização em todo o ensino de 2º grau, com o intento de adequar a educação conforme os ditames do grande capital. Destaca Ramos (2014, p. 30), a contradição que aparece nesse quadro, porém, é a crescente função propedêutica do ensino técnico contrapondo-se ao propósito contenedor de acesso ao Ensino Superior.

Vale destacar ainda, que na década de 1970, as escolas técnicas tiveram incentivo nacional e internacional na formação da mão de obra para o trabalho na indústria brasileira. As reformas buscaram, impreterivelmente, criar condições para o Brasil enfrentar a competição moderna. A presença dos organismos internacionais, como agências de financiamento (Banco Mundial e Banco Interamericano), subsidiavam os projetos e de investimentos produtivos, aumentando a dívida brasileira.

A partir de 1980, a qualificação para o trabalho expresso na Lei 5.692/71 foi substituída pela preparação para o trabalho. A legislação complementar à Lei nº 7.044/82, dispensou o ensino profissionalizante, dando ênfase à educação geral. Neste contexto, as escolas federais desempenharam sua função de formarem técnicos de 2º grau.

Após esse longo período de acumulação, a partir dos anos 1970, o capitalismo apresentou dimensões da crise estrutural, que de acordo com Antunes, evidenciou-se: a

atualidade, essas relações não se alteram, mas sim a dependência é aprofundada e, cada vez mais, subordinada aos interesses hegemônicos do capital financeiro internacional.

queda da taxa de lucro, o esgotamento do padrão de acumulação do modelo de produção vigente, hipertrofia da esfera financeira, maior concentração de capitais, incremento acentuado das privatizações. Em resposta a crise,

[...] iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...] (ANTUNES, 2009, p. 33).

O ideário do capitalismo, nesse período, era reestruturar o modo de produção e resgatar a acumulação do capital, como nos anos que antecederam a crise. Concomitante ao cenário em decadência, os trabalhadores tomam forças e reivindicam as condições em que são expostos no trabalho fabril.

[...] tendo perdido a identidade cultural da era artesanal e manufatureira dos ofícios, esse operário havia se ressocializado de modo relativamente “homogêneo”, quer pela parcelização da indústria taylorista/fordista, pela perda da destreza anterior ou ainda pela desqualificação repetitiva de suas atividades, além das formas de socialização ocorridas fora do espaço da fábrica. Isso possibilitou a emergência, em escala ampliada, de um novo *proletariado*, cuja forma de sociabilidade industrial, marcada pela *massificação*, ofereceu as bases para a construção de uma nova identidade e de uma nova forma de consciência de classe [...]” (ANTUNES, 2009, p. 33, *itálico no original*).

A luta dos trabalhadores enfraqueceu o capitalismo e perturbou seu funcionamento, no entanto o proletariado não conseguiu consolidar as formas alternativas de organização capazes de se contrapor aos sindicatos e aos partidos tradicionais. As práticas auto organizativas ficaram apenas no local de trabalho, não se estendendo a outros mecanismos. Com a vitória, o capitalismo retoma seu idealismo – o controle social da produção.

No Brasil, de acordo com Ramos (2014), mesmo com processo recessivo e inflacionário, o governo Sarney implementou o Programa de Extensão e Melhoria do Ensino (PROTEC), com a criação de novas escolas técnicas industriais e agrotécnicas de 1º e 2º graus, tendo como objetivo o crescimento econômico e o combate à pobreza.

A nova fase metamórfica do capitalismo se baseou no padrão de acumulação flexível⁸, que de acordo com Antunes (2009, p. 54):

⁸ De acordo com Rodrigues (1998), o termo Produção Flexível carrega consigo um caráter bastante indefinido e incipiente das mudanças no padrão de acumulação. Embora, utilizado por alguns autores, o termo permanece provisório. Produção flexível contrapõe o modelo taylorista/fordista e baseia-se

Tentando reter seus traços constitutivos mais gerais, é possível dizer que o padrão de *acumulação flexível* articula um conjunto de elementos de *continuidade* e *descontinuidade* que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços (itálico no original).

O método japonês é construído e proposto por Taiichi Ohno, engenheiro da empresa Toyada⁹. Seu método baseava-se na produção das quantidades de vendas e em tempo necessário, bem como na inovação tecnológica – autonomia à maquinaria. Essa nova técnica permitia a fábrica contratar somente um trabalhador para supervisionar o número de máquinas automáticas. (RODRIGUES, 1998). Evidentemente, o novo padrão de produção, produziu efeitos sobre o perfil do trabalhador; ou seja, o espírito Toyota, “produziu a despecialização dos operários qualificados, transformando-os em trabalhadores polivalentes” (Idem: p. 88).

O capital, para reproduzir-se, necessita da ampliação do mercado. O movimento de globalização econômica assume feições mais aprofundadas à medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas, provocando um aumento da sua capacidade de produção de mercadorias “consequentemente, necessita garantir o processo de articulação desta produção, o que impõe a conquista de novos mercados” (OLIVEIRA, 2003, p.10). Assim, a globalização econômica requer uma implementação de novas formas de organização da produção, cujo conjunto denomina-se de produção flexível.

A nova produção flexível necessita de uma nova relação entre capital e trabalho, consequentemente uma nova forma de contratação da mão de obra. O novo modelo (produção flexível) diminui a necessidade de trabalhadores estáveis, utiliza cada vez mais, trabalhadores temporários e terceirizados, inibindo o potencial crescimento das organizações sindicais. Essa nova forma organizacional contribui para a divisão, competição e o individualismo dos trabalhadores, impossibilitando o crescimento e as estratégias coletivas de lutas contra o capital.

De acordo com Antunes (2009), o toyotismo se diferencia do fordismo pelos seguintes passos: a produção busca atender a demanda – ao mercado, passa da produção em série do taylorismo/fordismo para as exigências individualizadas do mercado,

fundamentalmente em inovações tecnológicas que demandam um novo modelo de produção. Do termo em evidência surgem novas configurações no quesito educação profissional dos trabalhadores.

⁹ Mais tarde conhecida como Toyota.

baseado no trabalho em equipe, rompeu o paradigma fragmentado do fordismo, o trabalhador passa operar maior número de máquinas, contrapondo-se à perspectiva da anterior (taylorismo/fordismo) - aproveitamento do tempo de serviço (just in time¹⁰), comando para reposição de peças e de estoque, produção delegada às empresas terceirizadas; ou seja, grande parte da produção se estende à outras empresas, presença de trabalhadores que participam dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), implantação do trabalho vitalício para trabalhadores de grandes empresas.

Vale destacar que o processo de produção toyotista intensificou a exploração do trabalho, primeiro pelo fato dos trabalhadores operarem várias máquinas e segundo, por aumentar o ritmo e a velocidade do trabalho em virtude dos sistemas operacionais vigentes. A ampliação da jornada semanal do trabalho, bem como a terceirização fora e dentro da empresa.

Antunes (2009) nos lembra que este processo de reestruturação produtiva do capital serviu de base para o projeto ideopolítico neoliberal. Muito embora, o Brasil pertença ao centro dinâmico da economia mundial, a nova ideia política advinda do neoliberalismo apresentou o que Rodrigues (1998, p. 93) chamou de “defasagem temporal”. O Brasil, diferentemente dos outros países, demonstrou uma implantação mais tardia no que se refere às reformulações produtivas.

No Brasil, os tempos de flexibilização estão marcados por três períodos curtos de atividade econômica. O primeiro período, iniciado ainda durante o Regime Militar, marcado pelo ajustamento externo (restrições às importações e consumo de produtos exportáveis), aumento do trabalho informal e redução do salário. No segundo (1984-86), aumento da industrialização e emprego, porém, crescimento da inflação. O terceiro período (1987-90), estagnação econômica, retorno das políticas econômicas, crescimento inflacionário e agravamento da crise cambial (idem, 95).

Evidentemente, a remodelagem do sistema de produção capitalista repercutiu nas formas de trabalho e na necessidade de um trabalhador com facilidade de adaptação às novas exigências do mercado de trabalho e suas tecnologias. Conforme afirma Cruz (1999):

O imperativo da inovação nos processos produtivos e do aumento da capacitação técnica dos trabalhadores encontra limites conjunturais claros entre a realidade mercadológica e a possibilidade de realização profissional das pessoas. O descompasso que acentua a insatisfação

¹⁰ O termo inglês significa literalmente “na hora certa” ou “momento certo”, muito utilizado por fábricas em buscar propostas de organização do processo de produção que visa o fim dos desperdícios e a melhora contínua.

dos trabalhadores em programas de formação profissional gerados ou promovidos pelas organizações e pelo Estado, ainda que não discuta sobre vieses ideológicos, demonstra estratégias pouco coerentes para lidar com a dimensão da formação humana (CRUZ, 1999, p. 175).

Assim, a formação profissional e o desenvolvimento humano passam por uma “reciclagem”, o que implica novos conhecimentos sobre o trabalho e a emergência do trabalhador competente e instrumentalizado às inovações do mundo do trabalho. Essa formação acaba por atender, objetivamente, a sociedade mercadológica,

A problemática da formação profissional permanece na ordem do dia. Traduz as diferentes visões e estratégias de instrumentalização do saber do trabalho e suas repercussões sobre a qualidade das relações entre as pessoas. Para nós, importa continuar avaliando, criticando e apontando os (des) caminhos das políticas de formação profissional e quais as novas perspectivas de redimensionamento da relação homem trabalho, a partir das atuais constatações acerca da produção de necessidades humanas (CRUZ, 1999, p. 189).

A indústria moderna colocou o trabalhador no interior de uma produção que incorporada à alta ciência o transforma em operador de máquina, a escola, por sua vez, contribui para formação do homem máquina, conforme afirma Ciavatta (2014, p. 128):

O que se observa é que, à medida que a escola adquire a finalidade de preparar para as exigências da produção capitalista, ela assume também as exigências da ordem social desenvolvida nos processos de trabalho, tais como disciplina, exatidão, submissão física, técnica e moral, cumprimento estrito dos deveres, pontualidade, contenção corporal e afetiva. Ela assume os deveres impostos pela produção, através dos mecanismos do Estado, e relega a segundo plano, sob mil artifícios ideológicos, o direito à educação que fundamenta as demandas da sociedade civil.

Como era de se esperar, a fase metamórfica da sociedade capitalista trouxe consigo a reestruturação educacional e a presença assídua dos organismos internacionais¹¹, os quais foram os precursores em termos organizacionais e pedagógicos na década que se iniciava (1990).

O cenário, ao qual nos referimos, trata-se como bem lembra Frigotto & Ciavatta (2003), do governo “relâmpago” de Fernando Collor de Melo¹². Após esse período, o

¹¹ Banco Mundial (BM); Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD).

¹² O governo do presidente Fernando Collor de Melo durou menos de dois anos, alvo de intensas denúncias que o incriminaram e o levaram ao *impeachment*, antes mesmo do impedimento ser concretizado o então presidente renúncia ao cargo.

vice-presidente, Itamar Franco, assume a presidência e permanece nos anos subsequentes (1992/1995). Foi neste mandato, que as bases lançadas na Conferência de 1990, apoiada pelos organismos internacionais, inspiraram o Plano Decenal de Educação para Todos. De 1995 a 2003, o Brasil foi governado por Fernando Henrique Cardoso (FHC), de acordo com Rodrigues (1998, p. 96), o marco da “abertura da economia externa – a globalização promovida pelo governo Collor de Melo e aprofundada por Fernando Henrique Cardoso”.

Neste período, o decreto 2.208/1997 regulamentava a educação profissional no ensino médio, determinando os objetivos da educação profissional, suas formas de articulação, diretrizes, entre outros. Vale destacar que os conceitos “habilidades” e “competências” foram incorporados aos níveis da formação profissional (básico, técnico e tecnológico), a certificação por competências como forma de aproveitamento e feita à imposição de uma formação concomitante ou sequencial ao ensino médio, extinguindo a possibilidade de formação técnica integrada. É importante ressaltarmos que o artigo 4º, §1º do Decreto 2.208/1997, prevê a obrigatoriedade das instituições públicas e privadas sem fins lucrativos apoiadas financeiramente ao poder público, a oferta de cursos profissionalizantes de nível básico em sua programação. Estes cursos devem ser abertos aos alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como para trabalhadores com qualquer nível de escolaridade (BRASIL, 1997). Essa obrigatoriedade delegada às instituições sem fins lucrativos abre espaço para a APMI como instituição que promove a formação dos jovens no Programa, a qual se tornou o cenário investigado da presente pesquisa.

No período de transição dos governos FHC e Lula, retomam-se as discussões sobre a articulação entre o ensino médio e o ensino profissionalizante, consolidadas no Decreto nº 5.154 de 23/07/2004, o qual revogou o Decreto nº 2.208/1997, mencionado acima. Esse novo decreto redefiniu os níveis da educação profissional, suas premissas, as formas de articulação com o Ensino Médio (retornando à possibilidade de formação técnica integrada, além da concomitante e da subsequente disponíveis), certificações parciais e diplomas, dentre outros. Outros programas focais foram criados: o Projeto Escola de Fábrica, o Programa Nacional de Inclusão de Jovem (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), sendo que este último se estendeu no governo Dilma. Pochmann (2008) destaca também:

Programa Nacional de Formação profissional (PLANFOR), O Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), o Programa de Emprego (PROEMPREGO) e as iniciativas de empréstimos do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS). (p. 35).

Sobre as políticas públicas de formação profissional, Sousa e Pereira (2008) discutem a noção de competência e empregabilidade enquanto conceitos fundantes no cenário Neoliberal, que a *priori*, se materializaram no PLANFOR durante o governo de FHC e no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que permanecem vivos no âmbito da educação profissional no século XXI. Sobre as políticas desenvolvidas neste período cabe frisar, que:

[...] pelo seu desenho, as duas políticas buscam responder no país a um duplo propósito: aos efeitos dos processos de globalização da economia, da reestruturação produtiva do Estado sobre o mercado de trabalho; e os dilemas históricos do país no campo da educação profissional (SOUZA e PEREIRA, 2008, p. 73).

Braverman (1987), já pontuava que o papel do Estado para estimular o desenvolvimento do capital não é algo novo, seu desempenho desde os primórdios foi fortunar a classe burguesa. No entanto, com o capitalismo monopolista¹³ o Estado é “ampliado e assume uma forma mais complexa e requintada” (BRAVERMAN, 1987, p. 242), forma esta que acentua as desigualdades sociais.

Sobre o Estado é importante compartilharmos da ideia de Rodrigues (1998), quando em suas análises referentes ao papel deste Estado e sua influência no pensamento organizacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sintetiza-se em:

[...] cobrar menos impostos ao capital, aumentar seus investimentos no setor produtivo, desregular a economia, além de transformar o Ministério do exterior, através das embaixadas, num agente fomentador da integração da economia brasileira aos mercados externos (RODRIGUES, 1998, p. 102).

É justamente nesse contexto que, o conceito de *empregabilidade* toma um sentido diferente da ideia de emprego estável e configura-se a partir daí, “uma retração do investimento produtivo e, portanto, do crescimento do desemprego, da insegurança e da “desproteção social”, típicos do cenário econômico que se é delineado” (SOUZA; PEREIRA 2008, p. 74). Nessa conjuntura, a responsabilidade que outrora era social, passa a ser depositada ao trabalhador, uma vez que as exigências propostas requeriam uma nova postura, uma nova *competência* capaz de adaptar o sujeito às novas relações

¹³ Recomendamos ao leitor a obra de Braverman em “Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX”.

técnicas e laborais do capitalismo vigente. De fato, esse novo cenário ocultava a essência do fenômeno do desemprego.

O conceito de competência tem sido alvo de intensos debates na área da educação profissional e, como mencionado, se tornou um conceito estruturante das políticas públicas direcionadas a este segmento. Sobre o conceito, Ramos (2001) entende que há um deslocamento da qualificação¹⁴ ao modelo de competência e pontua que não ocorre uma superação e sim, uma adequação às novas exigências societárias, as quais configuraram o mundo produtivo a partir dos anos de 1980. Dentre as mudanças, a autora aponta as seguintes:

[...] flexibilização e reestruturação das ocupações; integração de setores da produção; multifuncionalidade e polivalência dos trabalhadores; valorização dos saberes dos trabalhadores não ligados ao trabalho prescrito ou ao conhecimento formalizado (RAMOS, 2001, p. 38).

Visto que, a noção de competência busca atender as novas exigências do modelo de produção flexível, continuamos, pois, com as análises de Ramos (2001) em relação à nova fase de reestruturação econômica e os três principais propósitos:

a) reordenar conceitualmente a compreensão da relação trabalho-educação, desviando o foco dos empregos, das ocupações e as tarefas para o trabalhador em suas implicações subjetivas com trabalho; b) institucionalizar novas formas de educar/formar os trabalhadores e de gerir o trabalho internamente as organizações e no mercado de trabalho e, geral, sob novos códigos profissionais em que configuram as relações contratuais, de carreira e de salário; c) formular padrões de identificação da capacidade real do trabalhador para determinada ocupação, de tal modo que possa haver mobilidade entre as diversas estruturas de empregos em nível nacional e, também, em nível regional (como entre os países da União Europeia e do Mercosul) (RAMOS, 2001, p. 39).

O novo formato da produção capitalista, dentre outros propósitos, reformulou a educação profissional, distanciando o papel da escola enquanto transmissora de conhecimento para aquisição e desenvolvimento de competências.

Logo, a história da educação profissional no Brasil, esteve vinculada *a priori* ao modelo assistencialista (raíz histórica do Programa Jovem Aprendiz), resguardado aos

¹⁴ Modelo desenvolvido “sob a predominância do taylorismo-fordismo o conceito de qualificação esteve restrito às relações diretas, por um lado, com a formação e com os diplomas e, por outro, com os códigos das profissões. Isto é destacaram-se as dimensões conceitual e social, intimamente relacionadas entre si, justificadas por um determinismo tecnológico inicial, seguido por um de cunho societal” (RAMOS, 2001, p. 61).

índios e escravos, o que impulsionou um pensamento discriminatório em relação ao ensino profissional. Com o crescimento econômico industrial fez-se necessário uma qualificação adaptável ao cenário vigente. Este novo perfil estava vinculado à teoria Taylorista, fortemente estruturada no controle do trabalho na produção capitalista, fragmentando o trabalho e dissociando o vínculo com os ofícios dos trabalhadores. Ford, desempenhou um papel importantíssimo com a invenção da esteira rolante, propagando ainda mais a divisão do trabalho. Nesse sentido, o Taylorismo/fordismo acentuou a exploração do trabalho sob o comando do capital. Por outro lado, a nova fase metamórfica do capitalismo, na pós crise de 1990, sugere uma nova formação profissional de caráter flexível e delineia, no âmbito educacional, uma formação com novos conceitos chaves amarrados com o modelo de acumulação capitalista e propriamente desinteressado com a educação profissional dos trabalhadores brasileiros. Essa formação visa (va) à preparação de um sujeito para o mundo do trabalho, mais flexível, polivalente, que soubesse trabalhar e em equipe, inovador, com noções básicas de português, matemática e ciências. O novo cenário de formação profissional dará fundamentos aos programas ampliados pelos governos seguintes, em especial, o Programa Jovem Aprendiz, porém, conservando seu viés assistencialista.

Intrigadas com a atuação da história da educação profissionalizante no Brasil, é que buscamos inspiração para as escritas seguintes, as quais direcionam a defesa de uma escola voltada à formação humana dos trabalhadores.

1.3 Fundamentos da relação Trabalho e Educação

O que pretendemos discutir neste item é, de fato, o ensino que presamos para as classes dos trabalhadores. Como mencionamos, defendemos uma educação que se responsabilize pela formação do sujeito, uma educação que alie teoria e prática com bases concisas para que o jovem alcance uma formação integral e seja capaz de intervir socialmente. Portanto, o que nos propusemos neste tópico, é investigar as bases da relação trabalho e educação no intuito de refletir sobre a necessidade de uma educação profissional emancipatória pautada no trabalho como princípio educativo, na educação omnilateral, tecnológica ou politécnica. Revisitar fundamentos para a construção de uma educação contra hegemônica, com destaque às contribuições de Pistrak.

Como vimos anteriormente, a educação dos filhos dos trabalhadores sempre esteve voltada à atender a produção capitalista. Neste processo, o capital promove

diferentes relações de explorações, com destaque a exploração da mão de obra do trabalhador na forma assalariada. Neste contexto, Saviani (2007) defende a ideia da construção de uma pedagogia contra hegemônica ao encontro dos interesses da maioria da população brasileira – a classe trabalhadora. Mas, como podemos construir uma pedagogia contra hegemônica?

Saviani (2007) utiliza a concepção de politécnica e a escola unitária de Gramsci, e formula estratégias de ação, pensando no trabalho como princípio educativo e torná-lo referência em prol de uma educação contra hegemônica, articulando com o movimento revolucionário de superação do capitalismo.

Ao falarmos de politécnica e educação revolucionária destacamos a contribuição de Moisey Mikhaylovich Pistrak (2009)¹⁵, famoso educador socialista que acreditava na força juvenil. Segundo o autor, o jovem deve conscientizar-se que são os soldados na frente da luta, “que sua tarefa é instrumentalizar-se detalhadamente para esta luta pelo conhecimento, estudar bem o instrumento do inimigo, e saber usá-lo em sentido positivo para a revolução, saber manejar na prática seu instrumento – o conhecimento” (PISTRAK et al, 2009, p. 117).

Para Pistrak,¹⁶ a construção da escola politécnica deveria ocorrer na atualidade capitalista, “é preciso construí-la agora e aqueles que argumentam que a escola politécnica se refere apenas ao futuro, na verdade continuam tendo uma ideia conservadora da escola politécnica” (PISTRAK, 2015, p. 26). Resgatando os fundamentos desta escola nos escritos marxistas, o pedagogo destacou as características mais importantes: primeiro, a compreensão de que a formação politécnica deveria estar articulada a todo o tipo de trabalho desenvolvido na escola, combinando desenvolvimento físico com desenvolvimento intelectual e, principalmente, com o trabalho produtivo que se desdobra nos trabalhos socialmente úteis¹⁷, segundo a compreensão do politecnismo como meio de conquistar uma nova forma escolar

¹⁵ As escritas sobre Pistrak foram embasadas no artigo apresentado no XIV Jornada do Histedbr. (Campus de Foz de Iguaçu/Pr) Pedagogia Histórico Crítica, Educação e Revolução: 100 anos de Revolução Russa. POGORZELSKI, Kelli. Damer. “Educação Profissional: Novas perspectivas na Pedagogia socialista de Pistrak”, 2017.

¹⁶ Moisey Mikhaylovich Pistrak foi um famoso educador socialista que entre os anos de 1917 a 1931 contribuiu na organização da educação na União Soviética, uma vez que o país passava por um momento de transição - a transição russa ao socialismo, muitos educadores começaram a pensar em medidas necessárias ao novo sistema educacional. E, em 1918 na Sessão dos Professores Internacionalistas, anunciam a criação de Escolas Experimentais-Demonstrativas, entre elas, as Escolas-Comunas, instituições de ensino tipo internato. Dentre as escolas temos a privilegiada Escola-Comuna dirigida por ele, que acreditava na força juvenil. Em seus escritos encontramos: Escola-comuna (2009); Fundamentos da Escola do Trabalho (2000); Ensaio sobre a Escola Politécnica (2015).

¹⁷ Para Pistrak (2015, p. 23), “o trabalho socialmente útil é, portanto, umas das características de uma escola politécnica do período de transição. Por outro lado, a ‘politecnização’ da nossa escola terá como resultado a ampliação excepcional do seu trabalho socialmente necessário em múltiplas ramificações”.

qualitativamente diferente da anterior que permitia a formação “de membros da sociedade comunista multilateralmente desenvolvidos” (PISTRAK, 2015, p. 23).

Para dar conta dessas questões e concretizar a proposta da escola politécnica, Pistrak (2015, p. 171) tinha pleno entendimento de que a politécnica deveria ser implementada “desde o primeiro ano da escola, do primeiro grau, ou antes, ainda, na idade pré-escolar”. Para tanto, pontuou as formas de trabalho que introduziriam a politécnica do trabalho na escola. São elas: “1) trabalho do dia a dia, autosserviço (da economia doméstica), 2) trabalho nas oficinas escolares (de tipo definido e com um grupo de materiais determinados), 3) trabalho agrícola, 4) trabalho nas oficinas escolares (ou sovkhoz, kolkhoz)” (PISTRAK, 2015, p. 172).

Segundo Kuenzer (2005, p. 88), “a politecnia significa se apropriar do domínio intelectual, compreender as partes e sua totalidade, num processo e articulação entre as partes fragmentadas de tal forma que o indivíduo será conduzido a construção do novo, à ações autônomas”. Ciavatta (2014) complementa que as escolas politécnicas tem por intuito a formação humana em todos os aspectos, isto é – a formação omnilateral¹⁸, além, é claro, do termo carregar uma concepção filosófica, a superação da dualidade educacional caracterizada pela divisão do trabalho. Isto implicaria a formação de homens capazes de optar pelos seus ideais, sejam eles dirigentes ou não.

Através de Pistrak (2015) tem-se o projeto de revolução soviética no plano da educação, especialmente no nível do ensino primário e secundário. O educador percebia que era necessário mudar muito mais que as práticas pedagógicas da época, como defendiam os educadores; era preciso uma nova instituição escolar, uma vez que esta estava inserida numa sociedade em transição. Dessa forma, era necessário criar novas formas de relações sociais entre os homens, pois este passaria a assumir novas responsabilidades que estariam pautadas no princípio de igualdade e fraternidade, banindo toda e qualquer forma de alienação.

Assim, surgiu a escola do trabalho. O intuito era desenvolver um professor que alicerçasse sua prática sob a luz do método dialético. A escola deve formar no marxismo para que o estudante consiga compreender as relações sociais e construir uma visão de mundo materialista, é necessário unir trabalho social com a produção real (PISTRAK, 2009).

¹⁸ Omnilateralidade é: “a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho” (MANACORDA, 2007, p. 89-90).

Pistrak (2009) concebia a escola do trabalho como um instrumento capaz de libertar o homem das suas amarras e como meio do homem compreender seu papel na luta contra o capitalismo. Para tanto, era necessário desenvolver atividades que estivessem entrelaçadas com o trabalho social, à produção real; à fábrica propriamente dita. De fato, o trabalho socialmente necessário permitiu ampliar a compreensão do trabalho como princípio educativo, revelando o vínculo essencial do trabalho com a realidade estreitando-se assim os laços que unem a escola à vida; isto é, a atualidade.

O autor defendia a ideia do trabalho na escola como meio de aproximar a criança com sua realidade. Para tanto, eram delegadas tarefas de organização (oficinas, bons hábitos, higiene, limpeza pessoal e institucional, festas, biblioteca, jornal, etc), para que se desenvolvesse o amor pelo trabalho e não o repúdio por ele. Através da participação consciente, a criança desenvolvia a autonomia, de tal forma que o trabalho exercido nessas condicionalidades se tornava prazeroso e estreitamente vinculado à uma ação transformadora.

Pistrak (2000) faz referência aos fundamentos da escola do trabalho ancorado na filosofia marxiana de que o trabalho é princípio educativo. Ao longo do livro, o autor esclarece porque o trabalho deve estar presente nas práticas pedagógicas:

A teoria é verdadeiramente simples: o trabalho, qualquer trabalho, é uma base excelente de *educação*, permitindo resolver os problemas de pura educação, mas não os problemas de ensino. Graças ao trabalho, o homem se torna disciplinado e organizado: é preciso ensinar o amor e a estima pelo trabalho em geral. O trabalho eleva o homem e lhe traz alegria; educa o sentimento coletivista, enobrece o homem e, é por isso, que o trabalho, e particularmente o trabalho manual de qualquer tipo, é precioso como meio de educação. (PISTRAK, 2000, p. 48).

Assim como o autor, defendemos a ideia de que por meio de uma escola voltada ao trabalho como princípio educativo instigaremos nossos jovens à reação para a revolução. As gerações futuras devem conscientizar-se que são os soldados à frente da luta. Pistrak et. al. (2009, p. 117) destaca “que sua tarefa é instrumentalizar-se detalhadamente para esta luta pelo conhecimento, estudar bem o instrumento do inimigo, e saber usá-lo em sentido positivo para a revolução, saber manejar na prática seu instrumento – o conhecimento”. Eis alguns fundamentos da escola sobre o conteúdo da educação que visem, impreterivelmente, a habilidade do jovem em lutar por uma vida melhor:

1) A elaboração das bases da visão de mundo marxista, sendo que esta elaboração não deve ser nem abstrata, nem dogmática, mas real, diríamos transformadora do mundo; 2) a tendência para o ensino pelo trabalho, ou melhor, pela produção, que concretiza o conhecimento e dá possibilidades de domínio de objetivos concretos definidos, pelos métodos da ciência; 3) formação e direção dos interesses da juventude, isto é, aquilo que chamamos domínio da vida. (PISTRAK et al., 2009, p. 117).

A escola do trabalho refuta toda e qualquer forma de exploração do capitalismo. A história nos conta que a revolução industrial usou da mão de obra de mulheres e crianças por horas consecutivas; trabalhando incessantemente. Marx & Engels (1983) foram enfáticos na denúncia contra a exploração infantil:

Nós consideramos que a tendência da indústria moderna, em fazer cooperar as crianças e os adolescentes de ambos os sexos na grande obra da produção social como um processo legítimo e saudável, qualquer que seja a forma em que se realize sob o reino do capital, é simplesmente abominável. (MARX & ENGELS, 1983, p. 59).

A proposição de Marx (1983) era a união entre trabalho e ensino, porém desligadas de toda e qualquer ideia que viesse a atender o capitalismo. Esta afirmação nos remete a passagem, nos textos sobre educação e ensino, em que Marx enfatiza essa aliança, porém para atender a formação do ser humano, numa perspectiva de substituir o trabalhador parcial pelo indivíduo integralmente desenvolvido.

Não se trata, portanto, de distanciar o trabalho da educação, muito pelo contrário, trata-se de uni-los no intuito de que este fato contribua na formação do sujeito. Porém, essa aliança deve ser tecida sobre pressupostos teóricos da escola do trabalho, como aponta Pistrak (2000) e não sobre a fórmula regida pelo capitalismo. Marx & Engels (1983) defendem a ideia de trabalho e educação desde que esta esteja aliada: à educação intelectual, à educação corporal e à educação tecnológica. Sobre estes três eixos é que se deve, de fato, conjugar educação e trabalho; isto é, pensando na formação do sujeito e não na ampliação e perpetuação do capital.

Neste sentido, Suchodolski (1976) apoiado fundamentalmente às ideias de Marx, enfatiza a ligação do ensino e do trabalho produtivo como tendo um papel significativo na construção do ensino socialista. É preciso romper com o que o regime capitalista, caracterizado pela divisão do trabalho igual a conhecimento fragmentado. De acordo com Suchodolski (1976, p.23), “Marx valoriza a ligação entre trabalho físico e intelectual”, com um ensino técnico completo, com uma base prática para a educação científica, pontos de sociabilidade. O autor pontua que Marx & Engels (1983) discutiam

a possibilidade uma escola socialista baseada em princípios entre trabalho e educação, bem como a abolição do trabalho fabril das crianças e adolescentes, na forma do capital. Conforme Suchodolski (1976, p. 26):

Só a revolução socialista poderá focar de um modo prático o problema da educação do homem para o trabalho e através do trabalho de tal forma que o trabalho não limite o homem, mas que, pelo contrário, o desenvolva em todos os seus aspectos. Só a revolução socialista quebrará as cadeias que impedem o desenvolvimento das forças produtivas. Com ela, pela primeira vez na história, é possível apresentar a questão da educação do homem para o trabalho e pelo trabalho numa esfera humana nova na qual os homens se convertem em produtores independentes e responsáveis, que os liberta da esfera do cultivo de escravos e da formação de forças produtivas.

O próprio trabalhador será o criador protagonista da sociedade socialista. O operário, empenhado na luta por uma sociedade mais igual não está apenas defendendo seus ideais, mas está lutando por uma nova ordem social, em consequência disso, a libertação do proletariado é a libertação de todos. Como pontua Vazquéz (2007, p. 156): “a Revolução não só é necessária para derrubar a classe dominante, como também porque só assim a classe revolucionária pode criar uma nova sociedade”.

Suchodolski (1976, p. 62) relata a preocupação de Marx & Engels na construção de uma escola politécnica: ensino constituído pela compreensão do processo histórico “no qual se ligam o desenvolvimento das forças produtivas e o domínio do homem sobre a natureza ao conhecimento da própria natureza e das relações sociais, que o homem pode dominar”. Os autores defendem uma escola baseada no saber polifacetado e sólido, fundamentado na ciência moderna.

A escola deve formar no marxismo para que o estudante consiga compreender as relações sociais e construir uma visão de mundo materialista, para tanto, Pistrak (2009) caracteriza a escola como aquela que deve partir da junção entre trabalho social e a produção real. Ainda no início da formação, as crianças devem despertar e desenvolver a auto-organização (autodireção), essência da escola soviética.

Por meio dos caminhos para o desenvolvimento da auto-organização é possível perceber a relevância de se trabalhar a autonomia da criança “que parte da sua vida comum na escola e exija aplicação de trabalho. Tal tarefa define o círculo das obrigações e o âmbito da responsabilidade” (PISTRAK et al., 2009, p. 122).

Os ideais traçados pelos intelectuais marxistas nos remetem à uma perspectiva de educação que enlace trabalho e educação. Que toda e qualquer atividade deve, necessariamente, estar vinculada ao trabalho que o homem realiza. É necessário que a

criança, o adolescente e o jovem construam uma relação de afetividade e de sentimentos positivos em relação ao trabalho. Portanto, o trabalho como princípio educativo deve ser desenvolvido com o objetivo de formar o ser humano na sua integridade. Já dizia Pistrak (2000), por meio das tarefas delegadas, as crianças irão construir suas respostas e criarão o gosto pelo trabalho, construindo sua própria autonomia.

Efetivamente, constatamos o empenho de Pistrak e autores marxistas em construir uma escola voltada à formação do ser humano, uma escola que defendesse o trabalho como princípio educativo e que, por meio dele, transforme nossos adolescentes em soldados preparados para a revolução, todos em prol de uma sociedade sem classes, mais igual.

Todavia, a própria história denuncia o descaso das políticas públicas em torno da formação do jovem. O breve diálogo que travamos sobre a educação profissional, nos revela que o real interesse dos projetos e programas destinados aos jovens estão intimamente relacionados com o desenvolvimento econômico do capital. Se realizarmos uma análise em relação à política que permeia a educação profissional, logo, percebemos que existe um falso princípio educativo e democrático, alicerçado à uma proposta ideológica de oportunidades a todos os sujeitos. Como pode o filho do trabalhador ter a mesma oportunidade tendo que conciliar estudo e trabalho ou tendo que abandonar a escola para sobreviver do seu trabalho? Como pode o filho do pobre competir com o filho do rico se a sua formação é totalmente desigual? De que princípio democrático estamos falando? De que igualdade estamos falando?

O diagnóstico social foi detalhado por Marx e autores marxistas, quando em suas análises conseguiram denunciar a hipocrisia da sociedade capitalista. Mais tarde, intelectuais preocupados com a educação numa fase de transição ao socialismo na União Soviética, constroem uma nova escola que buscava a superação do modelo de sociedade atual, uma escola baseada no princípio educativo e que estivesse voltada aos interesses da classe trabalhadora.

Para finalizar, retomamos a ideia de Pistrak, da necessidade de formarmos lutadores e lutadoras do povo, da necessidade de investirmos na escola como aparelho precursor desse pressuposto. Precisamos, urgentemente, de uma escola diferente da que é oferecida aos jovens no capitalismo, precisamos de uma escola que desvele as contradições existente nas relações sociais e busque de fato a formação integral do trabalhador. Mas de que jovens estamos nos referindo?

O próximo capítulo tem por objetivo apresentar o perfil do jovem contemporâneo frente aos obstáculos enfrentados cotidianamente quando o assunto é educação e trabalho sob a égide do capital.

CAPÍTULO II

JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Reservamos este capítulo para apresentar os sujeitos da nossa pesquisa e sua relação com o mercado de trabalho. No diálogo, buscamos conceitos, dados quantitativos relacionados à população, ocupação e frequência escolar dos jovens. Dessa forma, apresentamos a realidade juvenil brasileira e paranaense.

Primeiramente, buscamos apresentar o conceito de juventude, como é visto o sujeito entre 14 a 24 anos no Brasil contemporâneo e no contexto a que a pesquisa está endereçada, bem como, apresentamos os dados relacionados aos jovens e o mercado de trabalho destes, em nível nacional e estadual. Posteriormente, considerações acerca das políticas públicas e, em especial, damos destaque as políticas de juventude, enfatizando aquelas direcionadas à formação do jovem trabalhador e sua inserção no mercado de trabalho, com ênfase ao Programa Jovem Aprendiz. Num terceiro momento, apresentamos um breve histórico do Programa no município de Santa Izabel do Oeste/PR.

No primeiro capítulo buscamos trazer considerações sobre as transformações ocorridas nos processos de produção e organização do trabalho, decorrentes da avançada ciência e tecnologia que conseqüentemente, influenciaram o desenvolvimento da educação profissional no Brasil. Evidenciamos assim, que as novas configurações impactariam a relação trabalho e educação, exigindo um novo perfil de trabalhador, agora, com novas competências e habilidades. Como afirma Santos (2013, p. 80):

[...] as transformações nos processos de produção e organização do trabalho, por serem decorrentes, principalmente, de um maior incremento científico e tecnológico, determinariam alterações nos conteúdos de trabalho e conduziriam à (re) qualificação da força de trabalho. As novas configurações tecnológicas, organizacionais e relacionais produziram, desse modo, impactos não somente na dinâmica do modo de produção, mas também, diretamente, no trabalho e na educação; exigir-se-ia, de forma generalizada, ao trabalhador, mais treinamento, maior escolaridade, novos atributos, habilidades e competências.

De fato, a nova qualificação profissional não busca responder, ainda que minimamente, aos avanços da ciência e da tecnologia, responde aos interesses do capital. O Brasil se insere subordinadamente ao mercado mundial, aqui se forma para o trabalho simples e não para o trabalho complexo (aquele exigido pelo avanço

tecnológico e científico). A acumulação e expansão do capital dependem da força de trabalho, por isso é preciso contar com um grande contingente de trabalhadores que esperam por uma vaga de emprego. É justamente dessa massa de esperançosos desempregados que o capitalismo se sustenta.

Este grande contingente de trabalhadores reservas (exército industrial) aumenta, significativamente, a competitividade entre a classe dos empregados, ao passo que este trabalhador deverá mostrar eficiência nas suas atividades, diminuindo a possibilidade de dispensa do mesmo e dificultando sua substituição além, é claro, de aumentar o número de desempregados que almejam incessantemente uma vaga no mercado de trabalho e que permanecem à procura de qualificação profissional. Dessa forma, o capitalismo consegue “sugar” o empregado e o desempregado, pois, caso um não atenda às suas exigências, sempre existirá outro para substituí-lo.

Portanto, percebemos que há uma contradição entre capital e trabalho, pois ao passo que o capital enseja eliminar a força de trabalho, ele depende dela para sobreviver. Essas crises refletem na sociedade como um todo, no entanto, afetam significativamente os jovens, por serem uma demanda que não possui experiência e se encontra num processo de transição, a qual expressa uma série de determinantes que influenciam sua conduta. Por isso, falar em juventude sem antes procurar compreender quem é o jovem na sociedade atual se torna um processo irrelevante e incoerente quando o assunto é a elaboração de políticas públicas voltadas a este segmento.

2.1 Conceituando Juventudes!?

Antes de iniciarmos uma discussão acerca do termo “juventude”, julgamos necessário enfatizar que, embora pareça fácil descrevermos essa etapa da vida, estamos distantes de uma conceituação encerrada, pois trata-se de um público que vem se tornando visível aos olhos da comunidade e imersos num contexto de grandes transformações. A categoria juvenil foi socialmente constituída. Basta tentarmos delinear um conceito fechado que logo chegamos à conclusão de que a:

Juventude é desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. “[...] No entanto, quando se busca precisar um pouco mais o próprio termo, as dificuldades aparecem, e todo o seu aspecto impreciso e escorregadio toma relevo [...]” (ABRAMO, 2005, p. 37).

A dificuldade de conceituar juventude não pode ser maior do que a necessidade de procurarmos compreender o contexto, pois sem esta aproximação o trabalho se configuraria sem o seu sujeito, logo a pesquisa não teria fundamento. Contudo, ensejamos embasar nossas análises em especialistas no assunto e intelectuais que há anos desenvolvem estudos relacionados à juventude, bem como os órgãos responsáveis por este segmento.

De acordo com a Lei 12. 852/ 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE)¹⁹, considera-se jovem aquele que se encontra na faixa etária de 15 a 29 anos. Embora nossa pesquisa esteja endereçada aos aprendizes de 14 a 24 anos é possível perceber uma oscilação nas determinações etárias das políticas públicas. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), considera-se criança o menor de 12 anos e adolescente de 12 a 18 anos. Por haver essa discrepância, no que tange a idade e suas determinações, existe uma divisão etária: jovem-adolescente, entre 15 e 17 anos; jovem-jovem, entre 18 e 24 anos; jovem-adulto, entre 25 e 29 anos (BRASIL, 2013).

Segundo Pochmann (2013) há que se levar em consideração uma análise a respeito da situação juvenil na sociedade pós-moderna. O autor faz uma análise da sociedade urbana-industrial para a sociedade pós-moderna sobre a longevidade, o que outrora, nas sociedades agrárias a expectativa de vida ao nascer permeava os 40 anos. No século XX, com a sociedade industrial, a expectativa aumentou para 60 anos e, na atual sociedade pós-industrial, a longevidade varia, chegando até, aos 80 anos. Contudo, o aumento da longevidade humana desencadeou uma série de fatores que influenciam a conduta da vida juvenil, dentre eles, a ampliação da faixa etária da categoria de 15 a 24 anos para 15 a 29 anos, além de exigir maior tempo para a preparação ao mercado de trabalho e novos elementos na categorização das políticas públicas para a juventude.

O documento “Agenda Nacional de trabalho Decente para a juventude no Brasil²⁰” (2011), em parceria com outros órgãos responsáveis por esse grupo etário, definem a juventude:

¹⁹ O Sistema Nacional de Juventude é um desdobramento da Lei 12.852 sancionada pela presidente Dilma Rousseff que institui a um só tempo uma Declaração dos direitos da juventude. Institui, entre outras questões, as competências da União, Estados e Municípios na implementação da Política Nacional de Juventude: é o viés prático e pragmático para o desenvolvimento e implementação de programas que atinjam os resultados necessários para a garantia dos direitos estabelecidos pelo Estatuto (BRASIL , 2013).

²⁰ Elaborado e coordenado conjuntamente pela Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional da Juventude, e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com a assistência técnica da OIT, e composto por integrantes do Conselho Nacional da Juventude, do Conselho Nacional dos Direitos

[...] como construção social e histórica, pode ser considerada um dos mais significativos momentos do ciclo da vida para se investigar e propor saídas para muitas das crises e mutações que tomam forma na contemporaneidade em diferentes esferas do social, em especial, no mundo do trabalho. As condições culturais e biológicas específicas dos e das jovens os/as tornam mais expostos/as aos dilemas sociais, deixando-os mais visíveis para a sociedade como um todo (BRASIL, 2011, p. 8).

Sobre a definição da categoria juventude é relevante mencionarmos que esta foi sendo construída histórica e socialmente, marcada, a princípio, como uma fase de transitoriedade – transição da heteronomia da infância para a autonomia adulta, “o que exigiria esforço coletivo – principalmente da família e da escola – no sentido de “preparar o jovem” para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo” (AQUINO, 2009, p. 25). Além de um período caracterizado por uma fase problemática, isto implicaria uma preocupação das políticas públicas voltadas ao atendimento de jovens que se apresentam com alto índice de periculosidade social.

Significa, que com o passar do tempo, a juventude passou a ser identificada como uma categoria distinta de tempos anteriores. Portanto, o que era mera transição para a vida adulta, passa com as sociedades urbanas industriais, ser um momento que requer intervenções sociais necessariamente entrelaçadas com a realidade dos jovens. Assim sendo, Marguilis & Urresti (1996) definem que:

Ser joven, por lo tanto, no depende sólo de la edad como característica biológica como condición del cuerpo. Tampoco depende solamente del sector social a que se pertenece, con la consiguiente posibilidad de acceder de manera diferencial a uma moratória, a uma condición de privilegio. Hav que considerar también el hecho generacional: la circunstancia cultural que emana de ser socializado con códigos diferentes, de incorporar nuevos modos de percibir y de apreciar, de ser competente em nuevos hábitos y destrezas, elementos que distancian a los recién, ilegados del mundo de las generaciones más antiguas (p. 19).

Portanto, a concepção de jovem ultrapassa as características físicas que emanam da própria idade, é preciso levar em consideração o contexto histórico que esse jovem está inserido, suas necessidades, anseios e perspectivas. Há que se levar em consideração as mudanças ocorridas neste meio, que viabilize uma dialogicidade entre as políticas e os jovens, a primeira na elaboração de uma agenda para a juventude e as questões que a juventude aponta como sendo relevante para construção de uma

sociedade justa e democrática. De fato, trata-se de um trabalho em que se pensa nos jovens e, ao mesmo tempo, viabilize condições para que estes construam suas próprias prioridades e necessidades.

Spósito (2005, p. 88) faz uma reflexão a partir do levantamento realizado pelo Projeto Juventude (2003/ 2004)²¹, tecendo uma série de considerações pertinentes a condição dos jovens brasileiros, os quais “permanecem desconhecidos em suas práticas, seus valores e seus modos de vida”. No entanto, a pesquisa acima referenciada não denota uma conclusão fechada e sim, instiga novas reflexões acerca do tema juventude.

Segundo Spósito (2005) falar em juventude é também falar das agências clássicas - escola e família - é preciso atentar que estas, ao longo do tempo, passaram por transformações, diga-se de passagem, que a estrutura familiar de 50 anos atrás não é a mesma da atual. A autora problematiza outras instituições socializantes que influenciam neste processo, ressalva a perda do monopólio dessas instituições no contexto histórico, além de pontuar a relevância dos sentidos que os jovens dão à essas agências.

Um estudo realizado pelo Projeto Juventude (2003/2004), aponta que 63% dos jovens entrevistados eram estudantes, vale destacar uma variável nas porcentagens que subjazem a cor, o gênero e a raça, que justificam a intervenção de discussões mais acirradas no que tange essa demanda excluída historicamente da sociedade, porém, nosso foco está na análise das categorias da profissionalização e como ela se efetiva na vida do jovem.

Falamos dos jovens filhos dos trabalhadores brasileiros, que mesmo com a delimitação explícita na citação acima, é possível encontrarmos particularidades nos grupos a que pertencem. São jovens de grandes centros urbanos e de pequenas cidades, filhos de agricultores, jovens negros e herdeiros de uma discriminação escravocrata. Enfim, são sujeitos que precisam ser entendidos na sua totalidade, levando em conta suas especificidades e necessidades.

O mercado de trabalho tornou-se incerto para os jovens brasileiros. Analistas e estudiosos do tema afirmam que a juventude adentra o mercado de trabalho por diferentes razões dentre elas: complemento financeiro à família, responsabilidades prematuras (jovens tendo que constituir família), autonomia e, às vezes, a própria

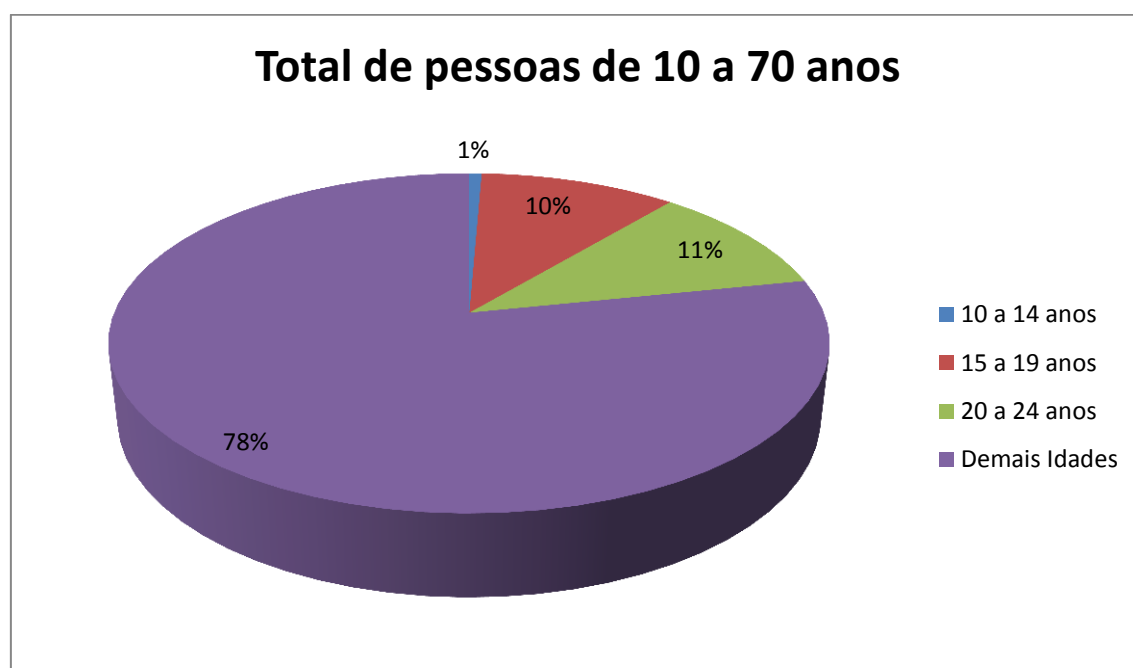
²¹ A pesquisa Perfil da Juventude Brasileira é uma iniciativa do Projeto Juventude/Instituto Cidadania, com a parceria do Instituto de Hospitalidade e do Sebrae. Foi realizada sob a responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em Pesquisas, retomando e ampliando temas e questões investigados em outubro de 1999 pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (PROJETO JUVENTUDE 2003/2004).

vontade de possuir e usufruir aquilo que é veiculado pela indústria da moda. São por essas e outras razões que o jovem se depara com o mercado de trabalho e enfrenta um dos maiores tormentos de sua vida – a concorrência; este enfrentamento proporciona ao jovem uma experiência recheada de decepções como, por exemplo, a baixa remuneração e jornadas de trabalho que não permitem o acesso ou a continuação dos estudos. Diante disso, o grande desafio permeia, impreterivelmente, o desenvolvimento de políticas públicas que venham ao encontro com as reais necessidades juvenis, que vislumbre o trabalho em concomitância com outras etapas de vida. Diante desse cenário, apresentamos, no item a seguir, dados sobre a realidade da juventude no Brasil e no estado do Paraná.

2.2 Os jovens brasileiros

Neste item, buscamos apresentar a realidade dos jovens brasileiros a nível nacional e estadual no que tange a representatividade populacional e sua ocupação, com o intento de desenhar a condição demográfica e ocupacional da juventude nos dias atuais. Para tanto, iniciamos com a população brasileira acima de 10 anos no ano de 2010, bem como a representatividade do grupo etário dos jovens de 15 a 24 anos.

Gráfico 1: População residente – Brasil



Fonte: IBGE (2010)
Dados elaborados pela autora

De acordo com o último censo IBGE (2010), o Brasil contava com aproximadamente 161.981.299 pessoas com mais de 10 anos de idade. Quanto à população de referência para a pesquisa (15 a 24 anos), o país conta com 16.986.788 (15 a 19 anos), 17.240.864 (20 a 24 anos) e 1.069.425 (10 a 14 anos), o correspondente a 22% da população, conforme gráfico 1.

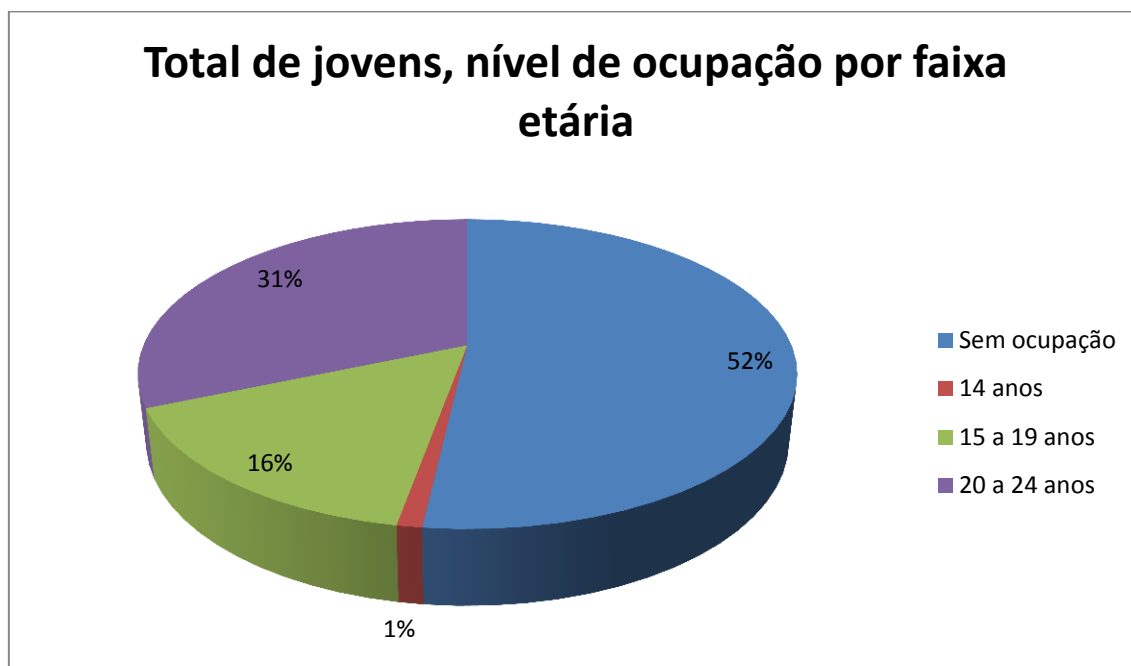
De acordo com Camarano, Mello & Kanso (2009), algumas projeções apontavam que o Brasil teria em 2010, um total de 51 milhões de jovens de 15 a 29 anos, o que realmente confirmamos, pois 17.102.917 compreende a juventude de 25 a 29 anos, resultando em 51.330.569 jovens, segundo o IBGE (2010).

De acordo com o site do IBGE (2010) Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação (2017), a população brasileira de 2017 é de, aproximadamente, 207.000.000 habitantes (valor indicativo referente à população total).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no primeiro trimestre de 2017, o Brasil contava com 8,2% de jovens de 14 a 17 anos e 13,5% de jovens entre 18 a 24 anos, uma representatividade de 21,7% de jovens brasileiros na distribuição etária. Devemos considerar a oscilação do recorte etário, sendo que, em 2010, os jovens representavam 22% entre 15 a 24 anos e na pesquisa do primeiro trimestre de 2017, para 21,7%, de 14 a 24 anos.

O segundo gráfico traz a realidade em 2010, quanto ao total em porcentagem dos jovens no recorte etário de 15 a 24 anos e suas ocupações.

Gráfico 2: Juventude e suas ocupações - Brasil



Fonte: IBGE (2010)
Dados elaborados pela autora

No ano de 2010, os jovens brasileiros na faixa etária, de 14 a 24 anos, representavam um total de 35.297.077. Destes, apenas 16.494.155 jovens encontravam-se ocupados, isto é, um percentual de 48% do total da população juvenil do recorte etário apresentado.

De acordo com os dados do PNAD, no primeiro trimestre de 2017, o Brasil contou com 12.695.000 jovens ocupados, sendo 1.535.000 (14 a 17 anos) e 11.160.000 (18 a 24 anos).

Vale destacar, que da última amostra censitária, o Brasil permaneceu com o mesmo número de jovens de 14 a 24 anos, de 22% IBGE (2010) para 21,7% PNAD (2017). No entanto, a preocupação está na representatividade das ocupações desses jovens, pois os dados nos revelam que embora o número de jovens permaneça estável, diminuíram as ocupações, passou de 16.494.155 (2010) para 12.695.000. O resultado é preocupante, pois pode indicar que os jovens estão cada vez mais longe do mercado de trabalho, ou ainda, são jovens da classe trabalhadora oriundos de famílias menos favorecidas economicamente que assumem tarefas ligadas a provisão do próprio domicílio.

A crise do desemprego tem afetado toda a população brasileira, mas, entre os jovens, essa porcentagem é maior. Porém, a realidade juvenil apresenta outros determinantes que agrava sua carreira profissional, como por exemplo, o abandono da

escola por diversas razões. A tabela a seguir, retrata a realidade em 2010 da frequência dos alunos na escola *versus* a situação de ocupação.

TABELA 1 - Frequência escola X Situação de ocupação (2010) - BRASIL

Grupo de idade	Total	Ocupados	Não ocupados
15 a 19 anos	11.610.342	2.867.865	8.742.477
20 a 24 anos	4.331.498	2.406.770	1.924.729
Total	15.941.840	5.274.635	10.667.206

Fonte: IBGE (2010)
Dados elaborados pela autora

Os dados nos revelam que os jovens entre 15 a 24 anos que frequentam a escola somam 15.941.840, sendo 5.274.635 ocupados e 10.667.206 não ocupados. A seguir, na tabela 2, apresentamos os dados referentes aos jovens que não frequentam nem a escola nem trabalho.

TABELA 2 - Não frequentavam escola X Situação de ocupação (2010) - BRASIL

Grupo de idade	Total	Ocupados	Não ocupados/nem frequentam a escola
15 a 19 anos	5.376.446	2.523.063	2.853.383
20 a 24 anos	12.909.366	8.337.171	4.572.195
Total	18.285.812	10.860.234	7.425.578

Fonte: IBGE (2010)
Dados elaborados pela autora

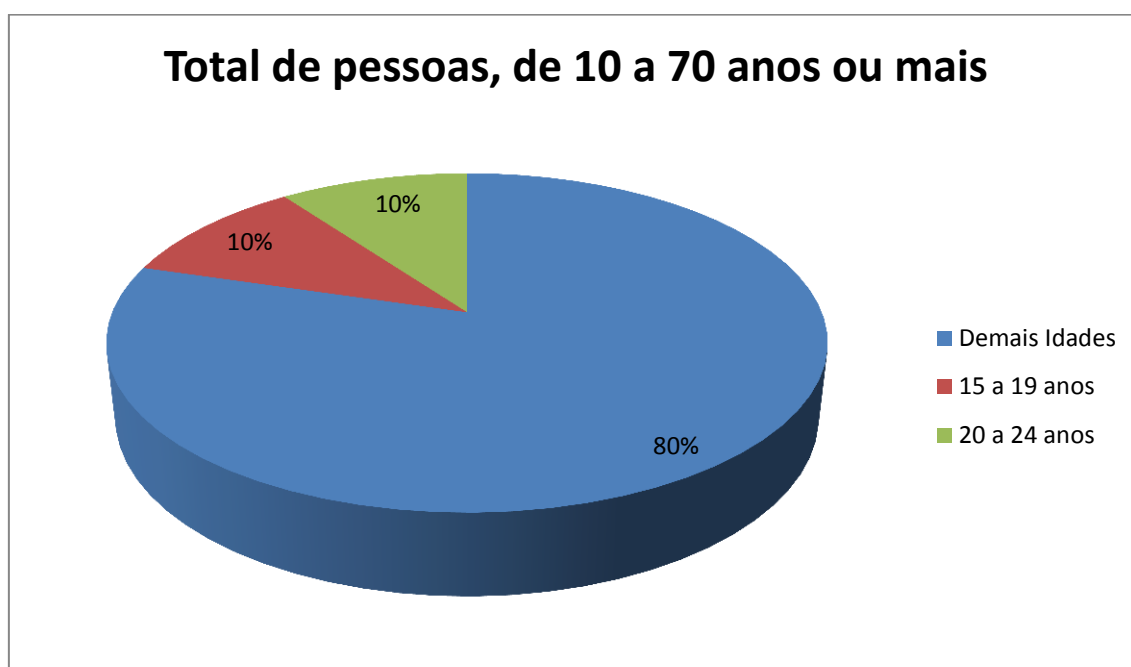
A realidade em 2010 era preocupante, 7.425.578 jovens de 15 a 24 anos não estudam e nem trabalham. Representava em 2010, aproximadamente 14% dos jovens brasileiros. Esse grupo ficou conhecido como “Nem-nem”.

O percentual de jovens fora da escola e fora do mercado de trabalho se tornou crescente de tal forma que virou noticiário, conforme o portal de notícias G1 da Rede Globo, na reportagem: “Dois em cada dez jovens brasileiros nem estudam e nem trabalham” que foi ao ar, pela própria emissora, no dia 27/07/2014. Na época, o tema virou polêmica na novela “Geração Brasil”. Na matéria, a rede globo enfatizou que o grupo “Nem-nem” é maior entre os pobres, representando 20% dos jovens. A imprensa, na época, atribuiu esse resultado ao fruto de uma herança de desigualdade social, porém a reportagem não explora o que causou essas desigualdades.

A rede de televisão enfatizou a gravidez e o abandono aos estudos sendo os principais fatores do aumento no grupo dos jovens “Nem-nem”. Adalberto Cardoso, sociólogo, afirmou na ocasião, que o ensino público de nível médio é de má qualidade, o jovem deixa a escola para trabalhar, porém não consegue emprego, pois se depara com pessoas de maior qualificação. Mas, será que podemos simplesmente considerar que estes jovens “não fazem nada” ²²?

O gráfico a seguir, ilustra a realidade de 2010 quanto à população com mais de 10 anos, residente no estado do Paraná e a representatividade dos jovens de 15 a 24 anos.

Gráfico 3: População residente – Paraná



Fonte: IBGE (2010)
Dados elaborados pela autora

O Paraná alcançou o total de 8.962.586 pessoas de 10 anos ou mais, dados revelados no último censo (2010), sendo que 928.028 definem os jovens de 15 a 19 anos e 900.869 de 20 a 24 anos.

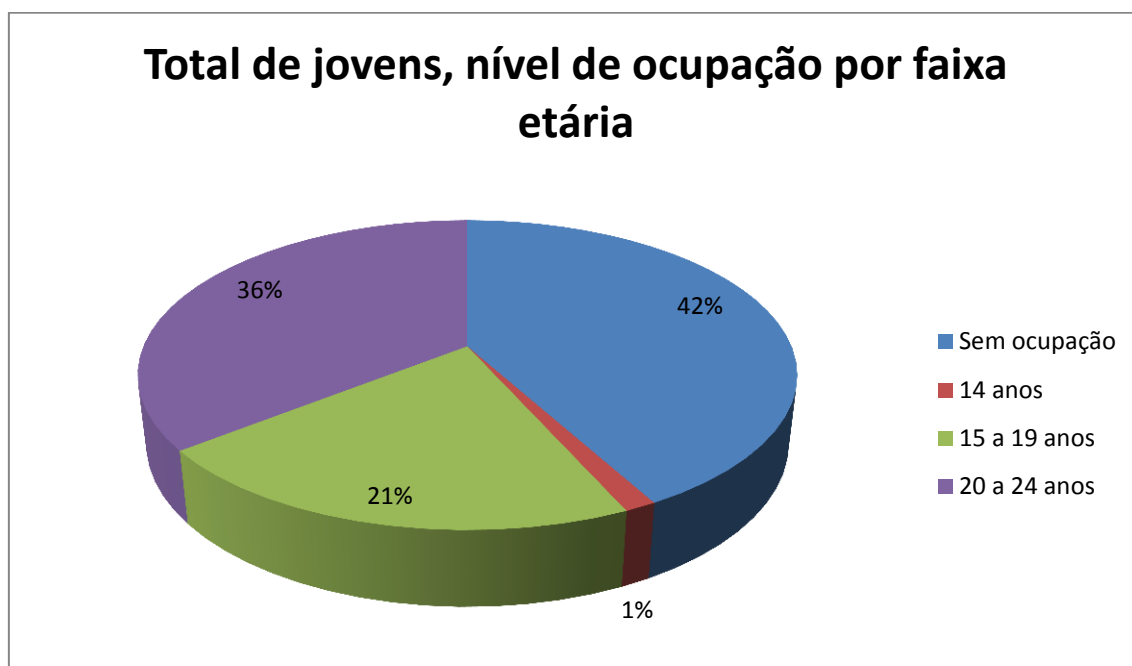
Conforme os dados do IBGE Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação (2017), o Paraná ultrapassa os 11.000.000 de habitantes

²² Sobre a questão, Gaudêncio Frigotto faz uma reflexão importantíssima na palestra realizada no dia 19 de março de 2018 (UNIOESTE *campus* de Francisco Beltrão). O autor procura ponderar o termo utilizado – “Nem - nem”, ou seja, os dados nos revelam que os jovens não estão na escola, mas não podemos dizer que os mesmos não trabalham. Muitos jovens desempenham trabalhos informais, outros ainda, por questões sociais, estão inseridos em trabalhos considerados ilícitos pela sociedade.

(população total), sendo que 20% são jovens entre 15 a 24 anos. Em nível de estado, evidenciamos um decréscimo quanto aos percentuais representativos juvenis de 20% em 2010 para 16% em 2017).

No gráfico a seguir, apresentamos o total dos jovens e suas ocupações no recorte etário de 14 a 24 anos, bem como suas ocupações segundo a pesquisa do IBGE (2010).

Gráfico 4: Juventude e suas ocupações - Paraná



Fonte: IBGE (2010)
Dados elaborados pela autora

O gráfico ilustra a população jovem do estado Paraná e seus níveis de ocupação por faixa etária. Sendo que os jovens representam 1.828.897 e contam com 1.061.018 ocupados, totalizando um percentual de 58%, sendo, por faixa etária: de 14 anos igual a 24.358 jovens, de 15 a 19 anos igual a 385.179 e de 20 a 24 anos igual a 651.481 jovens.

A PNAD (2017) revela que, no último trimestre de 2017, o Paraná contou com 826.000 jovens ocupados, sendo 108.000 de 14 a 17 anos e 718.000 de 18 a 24 anos. Como mencionado na amostra referente ao Brasil, houve uma baixa nos índices de ocupação dos jovens Paranaenses, de 1.061.018 em 2010 para 826.000 em 2017.

Na sequência, apresentamos os dados referentes à frequência e a situação ocupacional dos jovens paranaenses conforme tabela 3 e 4.

TABELA 3 - Frequência escola X Situação de ocupação (2010) - PARANÁ

Grupo de idade	Total	Ocupados	Não ocupados
15 a 19 anos	606.565	201.068	405.496
20 a 24 anos	234.845	153.420	81.425
Total	841.410	354.488	486.921

Fonte: IBGE (2010)

Dados elaborados pela autora

De acordo com os dados, é possível perceber que estado do Paraná apresenta um número expressivo de jovens desocupados, este excede os ocupados. Por meio dos dados, nos aproximamos da realidade inferindo que mais da metade dos jovens encontram-se desocupados.

TABELA 4 - Não frequentavam escola X Situação de ocupação (2010) - PARANÁ

Grupo de idade	Total	Ocupados	Não ocupados/ nem frequentam a escola
15 a 19 anos	321.464	184.110	137.353
20 a 24 anos	666.024	498.061	167.963
Total	987.488	682.171	305.316

Fonte: IBGE (2010)

Dados elaborados pela autora

A tabela nos apresenta a realidade em 2010, dos jovens paranaenses, que totalizavam 305.316 jovens que nem estudavam nem trabalhavam. Diante destes resultados, pontuamos a necessidade de políticas públicas que venham a atender essa demanda, que tanto a nível federal como estadual, requer atenções múltiplas e urgentes.

Pochmann (2000) chamou a atenção em sua análise quando pontuou que, a partir da década de 1990, o ingresso do jovem tornou-se mais escasso em virtude da ampla concorrência no interior do mercado de trabalho, produto da própria escassez e da oferta abundante de mão de obra. Este processo, agrava a situação do jovem pela sua pouca formação e experiência. Em virtude disso, são necessárias atenções especiais direcionadas à situação da juventude no Brasil. Reitera o autor:

Sem isso, continuará marcando a trajetória recente da juventude o aumento da violência e mortes por homicídios e suicídios, a degradação de sua sexualidade com maior risco da Aids e o maior tempo de analfabetismo, não mais somente da língua portuguesa, mas, principalmente, o do desconhecimento das inovações tecnológicas e informacionais. O jovem brasileiro tem garra e sabe o que quer. Cabe a toda a sociedade um esforço coletivo para superar as atuais condições que se impõem sobre perspectivas de evolução do padrão de inserção ocupacional da juventude. Quem viver verá como, mais cedo ou mais tarde, o redesenho do projeto de desenvolvimento nacional vai requerer a prévia definição de um conjunto de medidas estratégicas de atenção à juventude brasileira (POCHMANN, 2000, p.82).

Ao nos depararmos com a condição dos jovens brasileiros, especialmente sobre sua formação e ocupação frente o mercado de trabalho, logo nos damos conta da real necessidade de intervenções políticas, pois permanecem os problemas vinculados à pouca escolaridade, à evasão do sistema educacional e à dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, é preocupante o número de jovens que encontram-se desocupados e sem exercer atividade alguma (Nem-nem).

Neste contexto, o Programa Jovem Aprendiz se torna uma política pública importante ao incorporar as condições referentes a permanência e conquista do primeiro emprego, do jovem brasileiro, aliado à continuidade dos estudos. Por outro lado, torna-se alvo de interesse público por se tratar de uma política voltada à formação profissional.

Dessa forma, contextualizamos a relevância da pesquisa em analisar as contribuições e limites do Programa Jovem Aprendiz na vida dos jovens, especificamente em Santa Izabel, para desvelarmos se estas ações estão contribuindo na autonomia e na constituição dos jovens como sujeitos, que são princípios fundamentais para as políticas de juventude que pretenda ser transformadora.

2.3 Políticas públicas de juventude

Neste item, buscamos apresentar a trajetória das políticas públicas voltadas aos jovens brasileiros, visto que os sujeitos dessa análise tenham, recentemente, ganhado espaço na agenda pública. Isso justifica, em partes, as deficiências no desenvolvimento dos programas e projetos voltados a este segmento.

Podemos definir políticas públicas como sendo uma forma de “estudar o governo em ação” (SOUZA, 2003, p. 07), ou ainda, “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da

sociedade” (HÖFLING 2001, p. 31). Ora, o conceito de políticas públicas leva-nos a inferir a implementação e manutenção das políticas como sendo de responsabilidade do Estado²³.

De acordo com a representatividade do Estado na elaboração das políticas públicas para a juventude, se torna, indubitavelmente relevante, uma análise nos Programas voltados aos filhos da classe trabalhadora. Como tem sido a ação do Estado na sociedade capitalista? Como se manifestam suas ações? Qual sua preocupação com os jovens? O que tem ofertado aos jovens, ao longo do tempo?

Diante das indagações, retomamos a história da juventude. Até os anos de 1960, a juventude era restrita apenas para os jovens da classe média, representados pelos movimentos estudantis, da contracultura e do engajamento em partidos de esquerda. Mais tarde, a preocupação voltou-se aos adolescentes em situação de risco, logo, defesas tomam destaque no que tange aos direitos reservados a este público.

De acordo com Madeira (1986), os anos que antecederam a década de 1970, trouxeram consigo intensas mudanças na estrutura espacial e demográfica do Brasil, quais foram:

Tendência ao assalariamento como forma de ocupação hegemônica, aumento dos níveis de mercantilização das relações de troca e monetarização das relações de trabalho, aumento progressivo das ocupações urbanas, tendência progressiva à concentração dos rendimentos do trabalho, formação de grandes desequilíbrios regionais e avanço das oportunidades educacionais (MADEIRA, 1986, p. 16).

É sabido que esses fatores se desencadearam num momento em que a nação brasileira (1960) passava por um período conhecido como o marco da ditadura militar e de profundas transformações – crescimento industrial, pós-segunda guerra mundial.

Seguindo com as ideias de Madeira (1986), em 1970, acentuaram-se as emergências, as quais destacamos: tendências ao rejuvenescimento e feminização da população economicamente ativa urbana, introdução dos meios de comunicação e propagação de créditos ao consumidor.

Portanto, na década de 1970, o Brasil vivenciava a ditadura militar caracterizada pela repressão dos movimentos sociais e exploração da classe trabalhadora de tal forma que, eminentemente, fluía o crescimento econômico neste primeiro momento. O sistema

²³ Embora reconheçamos os limites das políticas públicas no âmbito do estado capitalista, consideramos também, que elas expressam a luta dos trabalhadores para que seus direitos sejam reconhecidos e atendidos pelo Estado.

produtivo desencadeou mudanças advindas do sistema taylorista e fordista, os quais implementaram mecanismos e formas de acumulação para oferecer respostas ao momento crítico da época, incentivaram as privatizações, impediram as atuações sindicais e, de outro lado, aumentaram os setores de terceirizações.

Em contrapartida, os anos seguintes (1980) caracterizaram-se pela crise econômica que sucedeu à redução do produto interno bruto e o aumento da inflação, ocasionado um decréscimo econômico. Segundo Madeira (1986), diante da crise estrutural brasileira, elevam-se os níveis de desemprego nos setores dinâmicos, aumentam-se os subempregos e agrava-se o padrão de vida dos trabalhadores.

Sintetizando os períodos anteriores à crise da década 1990, o movimento geral do trabalho no Brasil foi caracterizado com a evolução de três grandes movimentos. O primeiro diz respeito ao trabalho livre que vai da abolição da escravatura (1888) à revolução de 1930, período este, influenciado pela exportação de bens primários, consequentemente, dependia da economia mundial, pois a base era a produção e venda no mercado externo de produtos agropecuários. No segundo momento histórico houve uma evolução geral do trabalho (1930/1980), com ênfase a industrialização nacional, novas formas de inserção na economia mundial, substituição de produtos importados por produção doméstica e a incorporação da produção de bens e serviços relativos à industrialização e à tecnologia, ocasionando um avanço urbano e, consequentemente, um excedente da força de trabalho. E, por fim, o terceiro momento em 1981, com o esgotamento do projeto de industrialização nacional,

[...] culminou com a geração adicional de uma maior contingente de mão de obra sobrando, deserdado das condições necessárias de incorporação social e ocupacional provenientes do modelo de políticas públicas implementadas durante os anos de 1930 a 1980 (POCHMANN, 2008, p. 26).

Em meados de 1980 a Nova República do Brasil consegue uma estabilidade econômica, que não durou muito tempo. Em 1990, a crise se restabelece e marca o avanço do Neoliberalismo e as privatizações. É relevante salientarmos que, neste período, o Brasil passava por uma crise – a do desemprego.

Com a crise, muitos postos de trabalho do setor produtivo foram destruídos por força da mudança no papel do Estado. Com isso, “a introdução das medidas de corte neoliberal terminaram agravando o quadro geral do desemprego no Brasil, colaborando, inclusive, com o deslocamento da responsabilidade pública para o indivíduo” (POCHMANN, 2008, p. 32).

O discurso utilizado para a diminuição da intervenção do Estado pauta-se no pressuposto de que o mesmo tornou-se incompetente para gerar atividades relacionadas à educação, de outro lado, considera que dentre as razões diversas, está a necessidade de estabelecer novos mecanismos para garantir a recomposição e o aumento as taxas de acumulação do capital (OLIVEIRA, 2003).

Os resquícios das décadas anteriores resultaram na crise do emprego e, como mencionado, um momento em que os/as jovens conseguem um lugar nas agendas públicas. Pensa-se no jovem como meio de força de trabalho, é preciso formá-lo para atender às novas exigências e com a ausência da intervenção do Estado, assim, toda e qualquer ação recai sobre o trabalhador, ele e somente ele, é responsável pela sua formação. Portanto, a maior parte dos problemas da juventude em relação à conquista do primeiro emprego emergiu das profundas transformações ocorridas no contexto brasileiro após 1990, quando a base de um novo modelo econômico caracterizada pela inserção externa e competitiva rompeu com a estruturação interna do mercado de trabalho. O período de 1930 a 1980 foi marcado pela conquista dos direitos trabalhistas, automaticamente, a minimização do trabalho informal. A partir de 1980, mais precisamente 1990, é notório uma regressão nas formas de contratação da mão de obra, em virtude do desemprego e do desaceleramento, que consolidou um cenário desfavorável a toda população (POCHMANN, 2000).

Antes mesmo de prolongarmos o debate em torno das políticas públicas de juventude, instauradas no Brasil, faz-se necessário prosseguirmos com as ideias de Abramo (2005), quando a autora enfatiza a recente preocupação com essa categoria e as indagações feitas por ela que, de certa forma, nos intriga e nos leva à reflexão:

[...] O termo nunca esteve tão presente nos discursos e nas pautas políticas, mas ainda permanecem uma grande indeterminação e muitas indagações a respeito do que, afinal de contas, está sendo designado por ele. Por que a juventude se torna hoje um tema relevante? Como se fundamenta a necessidade de políticas para esse segmento? O que constitui a juventude como singularidade ante outros segmentos populares? (ABRAMO, 2005, p. 38).

São exatamente essas questões que nos levam a análise dessa pesquisa. Uma demanda excluída na linha do tempo, como a juventude, que gradativamente inicia seu reconhecimento perante as políticas públicas, por meio dos movimentos sociais e, que há poucos anos são reconhecidas como tal, leva-nos a despertar uma série de questões as quais sem sombra de dúvidas permeiam as já citadas pela autora acima, como também, em que medida essas políticas tem sido positivas ao jovem.

Dados do censo, 2010, revelam que o Brasil contava com 50 milhões de jovens entre 15 a 29 anos²⁴, um pouco mais de 25% da população. Com essa densidade populacional, torna-se relevante uma atenção voltada aos jovens. No documento da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), consta-se que até a década de 1990 não existiam políticas direcionadas aos jovens²⁵. Neste período inicial, as igrejas e os organismos não governamentais tomavam a frente e disseminavam ações/ projetos sociais voltados à essa categoria considerada “em situação de risco”. Aos poucos, os movimentos, os grupos e as redes de jovens vão se destacando em todo o país, e:

Ainda em 2004, o Governo Federal instituiu um grupo interministerial, composto por 19 Ministérios e Secretarias Especiais, com o objetivo de criar bases para a Política Nacional de Juventude, buscando a integração de programas com foco na juventude. Como resultado desse esforço foram criados, por Medida Provisória convertida na Lei 11.129/2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Tal medida representou o marco de uma política nacional de juventude porque criava um órgão responsável por coordenar e articular a política nacional, um conselho para propor, acompanhar, avaliar programas e ações, e um programa voltado para a inclusão de jovens (BRASIL, 2013, p. 09).

Como mencionado, a juventude teve um longo percurso antes de adentrar na agenda das políticas públicas. Isso, leva-nos a inferir, num primeiro momento, a legitimar o que é de direito à essa categoria. No entanto, Silva & Andrade (2009, p. 44) enfatizam que “às políticas públicas implementadas para a juventude pelos países, a avaliação da ONU era de que as iniciativas nesta área continuam impulsionadas pelos estereótipos negativos”, relacionados à delinquência e a vulnerabilidade.

Todavia, essa afirmação, induz-nos à uma reflexão em torno do real interesse dos organismos internacionais, haja vista que, se o foco era os jovens excluídos, marginalizados e rotulados como um “risco social”, logo entendemos que estas medidas foram pensadas como forma de ressocialização do jovem numa perspectiva de excluí-lo da sociedade, de tal forma, que este não seja mais um risco para os demais sujeitos; o interesse é deixá-lo à margem da sociedade (excluir) e não inseri-lo.

²⁴ Dados confirmados pelo IBGE (2010) e apresentados nas próximas páginas dessa dissertação. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1552#resultado>. Acesso em 23/01/2018.

²⁵ O papel dos organismos internacionais, na formulação e na definição de políticas públicas para a formação profissional dos jovens, tem-se constituído “*intelectuais singulares da pedagogia da hegemonia*” responsáveis por formular e difundir ideais, valores práticas da sociedade capitalista. Operar pelo consenso para garantir o domínio do capital sobre a força de trabalho.

De acordo com Silva & Andrade (2009), os Programas do governo federal, direcionados à juventude, em maio de 2009, eram os seguintes: Programa Nacional de Inclusão ao Jovem (PROJOVEM) - nas seguintes categorias: urbano, adolescente, trabalhador, Soldado Cidadão, Jovem Aprendiz (objeto de estudo da presente pesquisa), Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica - na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), Programa Universidade para todos (PROUNI), Projeto Rondon, Programa nossa Primeira Terra, Programa Nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), Programa Segundo Tempo, Programa Bolsa Atleta, Programa Escola Aberta, Pontos de Cultura, Programa Juventude e Meio Ambiente, Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, Programa Saúde na Escola, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. Os Programas citados recebem a parceria de órgãos ministeriais como: Ministério do Desenvolvimento social e agrário (MDS), Ministério do trabalho e emprego (MTE), Ministério da educação (MEC), Ministério da defesa (MD), Ministério do desenvolvimento agrário (MDA), Ministério do meio ambiente (MMA), Ministério da saúde (MS), Ministério da justiça (MJ), Secretaria de estado de direitos humanos (SEDH) e Ministério do esporte (ME).

Segundo o Infojovem²⁶, em 2017, os Programas do governo federal voltados aos jovens e sua inserção no mercado de trabalho são os subsequentes: PROJOVEM - uma parceria entre a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o MTE, visando ampliar a participação de jovens entre 15 a 29 anos, Projeto Soldado Cidadão (MD) - que visa atender jovens egressos do serviço militar preparando-os para o mercado de trabalho, Programa Nossa Primeira Terra - visa oferecer uma linha de créditos aos jovens de 18 a 28 anos com o intento de estimular a permanência no campo e sua qualificação profissional e PRONAF jovem - proporciona financiamento aos filhos de agricultores, aumentando as chances de terminarem seus cursos ou formação profissional, ambos os cursos em parceria com o MDA. O Programa de melhoria e expansão do ensino médio com ampliação de vagas em cursos de educação profissional, o PROUNI - com bolsas parciais e integrais no ingresso as instituições públicas e privadas de nível superior e o

²⁶ Infojovem é um portal de informação juvenil que facilita o acesso às informações e oportunidades para jovens brasileiros, bem como os atores estratégicos no desenvolvimento das Políticas Públicas de Juventude que inclui os gestores públicos, atores da sociedade civil organizada, acadêmicos e professores que trabalham com juventude. Disponível em: <http://www.infojovem.org.br/sobre/>. Acesso em: 09 jul. 2017.

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); os três Programas desenvolvem uma união com MEC. E por fim, a parceria com MTE, o qual desenvolve, o Programa Nacional de Estímulo a Primeiro Emprego (PNPE), que oferece qualificação sócio-profissional de jovens entre 16 a 24 anos, desempregados, com renda mensal até meio salário, o Programa Jovem Aprendiz (objeto de estudo), o qual oferece uma qualificação pessoal e profissional e a possibilidade de inserir o jovem no mercado de trabalho e o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado com o objetivo de inserir os jovens de baixa renda o acesso ao ensino técnico e profissionalizante, facilitando o primeiro emprego (INFOJOVEM, 2017).

Vale destacar que o PRONATEC desde sua implantação, em 2011, é um programa que tomou uma proporção significativa entre os jovens devido sua grande procura, aos recordes de investimentos federais e as matrículas fechadas nos anos subsequentes.

Em setembro de 2014, o PRONATEC Aprendiz, na Micro e Pequena Empresa, foi anunciado pelo governo federal e busca incentivar a inserção do jovem no mercado. O programa deve beneficiar jovens, acima dos 15 anos, oferecendo prioridade aos que vivem em situação de vulnerabilidade e os matriculados em escolas da rede pública.

Segundo informações do site do PRONATEC, em 2015 foram inscritos mais de 4,8 milhões de jovens e, em 2016, o governo federal pretendia investir mais de 14 bilhões para ampliar o número de inscritos para 8 milhões de jovens. Para inscrever-se nos cursos do PRONATEC o aluno deve estar regularmente matriculado ou ter concluído o ensino médio na rede pública, os interessados devem procurar o local do curso ou em portais da instituição na internet.

Por se tratar de uma parceria recente entre o PRONATEC²⁷ e o Programa Jovem Aprendiz, e embora sejam guiados pelo governo federal, essa relação encontra-se em fase de implantação e para discorrermos sobre essa questão, demandaria um estudo mais profundo e um espaço de tempo bem maior.

Não podemos deixar de mencionar a contribuição de Silva & Andrade (2009) ao analisar as políticas públicas para a juventude, os quais apelam à necessidade de se dialogar com mais intensidade com a parcela juvenil, enfatizando suas reais necessidades e sua inclusão. Porém, há que se levar em consideração outros

²⁷ As projeções financeiras no governo Michel Temer já anunciavam em 2016 um corte expressivo no orçamento dos Programas sociais, dentre eles o Pronatec iniciativa da gestão petista. Em 2017, Temer dá uma “repaginada” no Programa e lança o MedioTec, no entanto, por se tratar de algo recente, ainda há dúvidas em relação ao futuro do PRONATEC.

determinantes que influenciam a qualidade dos Programas desenvolvidos para este segmento. Conforme análise:

Em um país com enormes desigualdades sociais, é natural e importante que a política nacional de juventude privilegie os jovens excluídos e conduza ações mais voltadas para a sua inclusão. Contudo, dada a diversidade das experiências juvenis e a admissão da condição do jovem como sujeitos de direitos, não se deve perder de vista que as políticas sociais universais precisam caminhar com os programas emergenciais. Além disso, valeria a pena refletir e avaliar mais densamente os programas emergenciais que estão sendo implantados para descobrir se estas ações estão de fato contribuindo para a autonomia e protagonismo dos jovens, que são os dois princípios mais importantes para política da juventude que pretenda ser transformadora (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 68).

Diante do breve relato em torno do contexto que se geriram as políticas públicas para a juventude, explicitando as dificuldades, lutas, desafios e vitórias a partir dos anos de 1990, cenário este que envolve outros projetos e programas voltados a este segmento, é que julgamos necessário tecer considerações acerca do Programa que instigou o estudo que vem sendo discutido até o momento.

2.4 Política Pública: o Programa Jovem Aprendiz

De acordo com a Lei Nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 69, todo adolescente tem direito a profissionalização e a proteção ao trabalho, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a capacitação adequada ao mercado de trabalho. Embora a aprendizagem profissional já estar mencionada na Lei nº 5452/43, que regulamentava o trabalho de 12 a 18 anos, com registro da CLT, restringindo apenas o trabalho dos menores de 14 anos, o trabalho em áreas de risco ou que viesse prejudicar sua saúde, a lei não obrigava as empresas contratarem aprendizes. Vale destacar, que neste primeiro momento, a parte teórica era executada apenas pelo SENAI, instituição criada no ano anterior ao da lei em questão, no governo de Getúlio Vargas. O SENAI foi pensado para atender a necessidade da época, a formação de profissionais qualificados e, portanto, atender à industrialização e o crescimento do país.

Somente com a Lei nº 10.097/00, conhecida como “Lei do Aprendiz”, considera como menor o trabalhador de 14 a 18 anos. Essa Lei proíbe o trabalho de menores de 14 a 16 anos, salvo na condição de aprendiz. O trabalho, por ele executado, não pode ser

prejudicial a sua formação psíquica, moral e social em horários e locais que não permitam a frequência à escola, o contrato de aprendizagem (2 anos) dar-se-á com a instituição qualificada²⁸ e com a formação técnico-profissional metódica. De acordo com o manual de aprendizagem:

Contrato de aprendizagem é o acordo de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Em contraponto, o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja conclusão do Ensino Fundamental. Além disso, é necessário a inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (BRASIL, 2013, p. 13).

Como mencionado, o contrato de aprendizagem extinguir-se-á pelo tempo de dois anos, ou quando o aprendiz apresente insuficiência ou inadaptação, falta disciplinar, ausência na escola que implique perda do ano letivo e a pedido do aprendiz. Quanto aos estabelecimentos, de qualquer natureza, devem empregar e matricular nos cursos de aprendizagem o número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem a formação profissional. Reitera o manual de aprendizagem:

Os estabelecimentos de qualquer natureza, que tenham pelo menos 7 (sete) empregados, são obrigados a contratar aprendizes, de acordo com o percentual exigido por lei (art. 429 da CLT). É facultativa a contratação de aprendizes pelas microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), inclusive as que fazem parte do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições, denominado “SIMPLES” (art. 11 da Lei nº 9.841/97), bem como pelas Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL), que tenham por objetivo a educação profissional (art. 14, I e II, do Decreto nº 5.598/05). Nesses casos, o

²⁸ SENAI (Serviço de Aprendizagem Industrial/ Serviços atrelados a educação profissional e assistência técnica e tecnológica à indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/ Educação profissional para trabalhadores do setor de comércio e serviços), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/Educação profissional para trabalhadores rurais), SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do cooperativismo, as escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas, e outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, conforme a *lei* nº 10.097/200 em seu artigo 430, inciso I- escolas técnicas de educação e inciso II entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2000).

percentual máximo estabelecido no art. 429 da CLT deverá ser observado. Quanto às Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) que tenham por objetivo a educação profissional (art. 14, I e II, do Decreto nº. 5.598/05), estão dispensadas do cumprimento da cota apenas aquelas que ministram cursos de aprendizagem, uma vez que estas podem contratar os aprendizes no lugar da empresa, nos termos do art. 430, II, c/c art. 431, também da CLT, não se submetendo, inclusive, ao limite fixado no caput do art. 429 (§ 1º A, do art. 429) (BRASIL, 2013, p. 16).

Quanto às empresas públicas e sociedades de economia mista, também são obrigadas a contratar aprendizes, o contrato poderá ser direto ou por processo seletivo podendo-se optar pela contratação direta, hipótese em que deverão fazê-lo por processo seletivo (via edital) ou pelas Entidades sem fins lucrativos (ESFL).

O salário do aprendiz é baseado no piso estadual e deverá considerar o total de horas trabalhadas somadas às atividades teóricas, conforme segue:

No cálculo do salário do aprendiz, deve-se considerar o total das horas trabalhadas, computadas às atividades teóricas referentes, e também o repouso semanal remunerado e feriados, não contemplados no valor unitário do salário-hora (BRASIL, 2013, p. 28).

Portanto, as horas destinadas à aprendizagem teórica são calculadas como jornada de trabalho, logo, a falta injustificada acarreta desconto em folha de pagamento.

A jornada de trabalho compreende 6 horas diárias para os menores que não concluíram o ensino fundamental e 8 horas diárias para os que concluíram, ambas computadas as horas destinadas às atividades teóricas e práticas.

Outras condicionalidades são expostas no ECA (1990) e seguem alguns critérios estabelecidos para menores de 18 anos, como por exemplo, é proibido trabalho noturno²⁹.

O aprendiz tem direito ao vale transporte, em casos de folgas nas atividades teóricas o aprendiz pode cumprir jornada integral na empresa, respeitando, é claro, às 6 ou 8 horas de trabalho, conforme a idade do aprendiz. Assim, como qualquer outro funcionário, o aprendiz terá direito às férias após os 12 meses de trabalho na empresa, e esta deverá coincidir com as férias da escola.

Vale destacar a existência de incentivos fiscais para as empresas que participam do Programa, dentre eles, o pagamento de apenas 2% de Fundo de Garantia do Tempo

²⁹ Compreendido entre às 22h de um dia e às 5h do dia seguinte (art. 404 da CLT), trabalho urbano e trabalho rural, considera-se trabalho noturno o executado entre às 21h de um dia e às 5h do dia seguinte, na lavoura, e entre às 20h de um dia e às 4h do dia seguinte, na atividade pecuária (art. 7º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973) (BRASIL, 2013, p. 30).

de Serviço (FGTS), dispensa de aviso prévio e multa rescisória, empresas registradas no SIMPLES não terão aumento na contribuição previdenciária. As empresas que não cumprirem a legislação serão penalizadas e/ou cobradas de providências cabíveis, como:

I – Lavratura de auto(s) de infração e consequente imposição de multa(s) administrativa(s), no âmbito do MTE (art. 434 da CLT), garantido o direito de ampla defesa e contraditório; II – Encaminhamento de relatórios ao Ministério Público do Trabalho (MPT) para as providências legais cabíveis; III – Formalização de termo de ajuste de conduta, instauração de inquérito administrativo e/ou ajuizamento de ação civil pública; IV – Encaminhamento de relatórios ao Ministério Público Estadual/Promotoria da Infância e da Juventude para as providências legais cabíveis; V – Nulidade do contrato de aprendizagem, com consequente caracterização da relação de emprego com aquele empregador, na forma de contrato de prazo indeterminado, ainda que a contratação tenha sido feita por meio de ESFL (art. 15 do Decreto nº 5.598/05); VI – Encaminhamento de relatórios ao Ministério Público Estadual ou Federal, para as providências legais cabíveis, caso sejam constatados indícios de infração penal (BRASIL, 2013, p. 21).

Sobre os termos de infração, vale lembrar, que muitas empresas, ao descumprirem a legislação são autuadas e obrigadas, dentro de um prazo estabelecido pelo Ministério público do trabalho, a se enquadrarem à lei.

A formação técnica-profissional deverá garantir o acesso ao ensino regular, atividade de acordo com o desenvolvimento do adolescente, bem como horários (aprendizagem teórica) que sejam compatíveis com a disponibilidade do aprendiz. Dentre outras características do Programa, podemos apontar que cabe a instituição executora garantir a orientação e acompanhamento pedagógico em seus diferentes ambientes (trabalho, aprendizagem e ensino regular), como intento de garantir o aperfeiçoamento profissional e permanência no curso, uma vez que, reprovado por faltas disciplinares, o menor pode ser demitido.

Para esclarecermos a realidade do Programa no que tange as contratações dos jovens a nível nacional, utilizamos os dados de Gonzalez (2009) em que o autor apresenta a Relação Anual de informações Sociais (RAIS) no ano de 2000:

[...] registrava 7.423 aprendizes em 31 de dezembro de 2008, e havia 133. 973 contratos de aprendizagens ativos. Mais de 70% destes aprendizes eram jovens de 17 anos, o que sugere que a extensão da idade máxima de 18 para 24 anos não deslocou os jovens-adolescentes. Não obstante, a garantia da qualidade da pactuação entre empresas, sindicatos e fiscalização do trabalho, dado que o MTE

colocou como meta ambiciosa alcançar 800 mil contratos de aprendizagem até 2010 (GONZALEZ, 2009, p. 126).

Se a projeção quantitativa era essa para 2010, podemos confirmar que a mesma foi efetuada com sucesso, a SNJ (2015) aponta que a meta é superada e alcançou um salto significativo de que com o Plano Plurianual 2012-2015, de inserir no mercado de trabalho 1.220.628 jovens. Até maio, desde 2012, já foram criadas 1.286.007 vagas de aprendizes no mercado de trabalho formal. Somente em 2015 foram inseridos 224.173 jovens aprendizes (BRASIL, 2013).

Contudo, é importante pontuar que os dados quantitativos, embora tenham aumentado em nível nacional, no que diz respeito à contratação dos jovens via o Programa, não significa que sua qualidade esteja concomitante à sua quantidade, vale uma atenção enfática quanto à qualidade, bem como a viabilidade de implementação e valorização do Programa.

A seguir, apresentamos a realidade do Programa no município em que a pesquisa toma sentido. É a realidade concreta que nos permite compreender o contexto e apreender a historicidade, o caráter de totalidade do seu objeto e perceber por meio das determinações, os sistemas de mediações que permitem que as contradições se expressem. Finalmente, pretendemos no próximo capítulo, analisar como o Programa Jovem Aprendiz se materializou na realidade de Santa Izabel do Oeste, buscando revelar sua efetividade na vida profissional dos jovens izabelenses.

CAPÍTULO III

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES

No capítulo anterior, procuramos trazer as contribuições teóricas que oportunizaram a aproximação essencial do objeto de estudo e os sujeitos da pesquisa, bem como, a discussão das categorias de análise que permeiam a inserção do jovem no mercado de trabalho. Por fim, no terceiro capítulo tentaremos dialogar com os jovens, no intuito de apresentar os limites e os alcances que Programa Jovem Aprendiz tem proporcionado à categoria juvenil do município de Santa Izabel do Oeste/Pr. Portanto, o propósito é trazer a materialidade dos jovens egressos do Programa e estabelecer as relações com a vida profissional desses jovens.

Para dar conta dos objetivos traçados nesta pesquisa, o capítulo foi estruturado da seguinte forma: primeiramente apresentamos o município endereçado, no que tange sua história e os aspectos socioeconômicos. Posteriormente, a implantação do Programa em Santa Izabel do Oeste/PR e o índice de ocupação dos jovens no último censo de 2010. Na terceira parte, apresentamos o perfil do jovem izabelense – os sujeitos da pesquisa, demonstrando, por meio das entrevistas semiestruturadas, como o jovem avalia o Programa. Buscamos ainda, as respostas as quais nos propusemos no início da dissertação – apresentar as contribuições e os limites do Programa Jovem Aprendiz.

3.1 Breve história do município de Santa Izabel do Oeste/PR

Acreditando na prosperidade do município, muitos foram os colonizadores de Santa Izabel do Oeste³⁰, os quais foram se instalando em lugares distintos; alguns pequenos comerciantes, os chamados de “bodegueiros³¹”, negociavam com os colonos. Nesta época, no ano de 1962, os agricultores eram a minoria, plantavam para sustentar suas famílias e entregavam parte de suas produções aos comerciantes em troca de gêneros de primeira necessidade, como sal, querosene, açúcar e algumas ferramentas.

Mas, com o passar dos anos, a agricultura se expandiu e se tornou uma fonte rentável para o município. A atividade agrícola em Santa Izabel do Oeste, no início do

³⁰ Sobre a história do município utilizamos a publicação intitulada: “Um olhar sobre Santa Izabel do Oeste-PR”, contando com a autoria de professores que fizeram parte da minha caminhada: Beatriz T. C. Carlet, Elda I. B. Brandelero, Romeu Miola, Silvestre Kieskoski e Zilma T. B. Brandelero.

³¹ Termo utilizado pela comunidade izabelense.

povoamento, esteve diretamente relacionada à exploração madeireira. Após a derrubada da mata e o aproveitamento da madeira mais nobre, o terreno foi ocupado com roças de subsistência, onde cultivavam, principalmente, milho, feijão, arroz e trigo, aproveitadas e remanescentes das queimadas. Por vezes, as roças de milho serviam para alimentar os porcos, criados no sistema de safra. Convém salientar que eram lavouras exploradas por meio de instrumento de trabalho (o machado, a foice e o sacho). Nos primeiros anos, após as derrubadas, o preparo do solo e a limpeza da lavoura se limitavam às queimadas. As colheitas eram realizadas de forma natural e o transporte da produção em cargueiros de animais.

Após alguns anos de cultivo, a área de lavoura permitia o uso de arado traçado por bois, o que facilitava a ampliação do tamanho das roças e um melhor aproveitamento do solo. Assim, as lavouras produziam o necessário para o consumo familiar e um pequeno excedente que era comercializado nas vendas (pequenos comércios).

Os produtos agrícolas, quando não eram debulhados a mão, no caso milho, ou batidos a manguá, no caso do feijão, aguardavam a passagem da trilhadeira que percorria um itinerário, parando de propriedade em propriedade para efetuar a trilhaagem.

A exploração pecuária, a exemplo da agricultura, era desenvolvida de forma tradicional, com raças comuns, onde os suínos eram criados em mangueirões ou rústicos chiqueiros, alimentados com milho, mandioca, abóbora e batata. A criação de aves caseiras destinava-se à produção de carne e ovos para o consumo doméstico e os bovinos ao trabalho e fornecimento de leite.

Conforme relatos de alguns pioneiros foram tempos difíceis. Porém, os problemas enfrentados serviam para promover o espírito de solidariedade entre as famílias, de tal forma que eram comuns, os mutirões, onde os vizinhos se reuniam para, em conjunto, preparar ou colher a lavoura de alguém que estivesse com dificuldades.

Na década de 1960, instalou-se na cidade uma filial da empresa Comércio de Máquinas e Tratores (COMATRA), uma empresa autorizada na venda e manutenção de máquinas agrícolas. O marco inicial da mecanização da lavoura foi em 1970.

Santa Izabel do Oeste/PR, cujo o nome foi escolhido em homenagem à mãe do fundador e colonizador João Ribeiro Cordeiro, localiza-se na região sudoeste do Estado do Paraná, em sua porção Centro Norte, próximo ao Rio Iguaçu. Pertence à microrregião de Francisco Beltrão. Distante da capital paranaense (Curitiba) 537 km e 1258 km da capital brasileira. Limita-se com os municípios de Nova Prata do Iguaçu,

Ampére, Nova Esperança do Sudoeste, Salto do Lontra e Realeza. A população do município, segundo o Censo IBGE (2010), é de 13. 134 habitantes.

Santa Izabel do Oeste / PR possui uma área de 322,217 km², e uma população estimada, para 2017³², de 14.411 habitantes, com uma densidade demográfica de 44,72 hab/km² e grau de urbanização 56,51%. O índice de Desenvolvimento Humano – IDH³³ é de 0,696, índice que define esta cidade, segundo parâmetros do IBGE (BRASIL, 2010). Como uma cidade com desenvolvimento humano baixo, o rendimento médio mensal *per capita* gira em torno de R\$ 540,49 IBGE (2010). O salário médio mensal gira em torno de 1,9 e o produto interno bruto (PIB) R\$ 17.516,00 anuais³⁴.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2016), em relação à população temos os seguintes dados, apresentados no quadro 1:

Quadro 1 - Percentuais da população em Santa Izabel do Oeste/PR conforme sexo e localização.

População em idade ativa (PIA)

POPULAÇÃO	(PIA)2010	% DO TOTAL
Total	11.366	100
Homens	5.642	49,63
Mulheres	5.723	50,36
Urbana	6.257	55,03
Rural	5.108	44,95

Fonte: Dados organizados pela autora, conforme caderno do IPARDES (2016).

A População em Idade Ativa - PIA³⁵, no município de Santa Izabel do Oeste, representa 11.366 do total populacional, destes, 5.723 são mulheres e 5.642 homens. A

³² Os dados foram retirados do Caderno do IPARDES (2016), onde alguns dados foram atualizados e outros têm por base o Censo de 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85650&btOk=ok> Vários acessos.

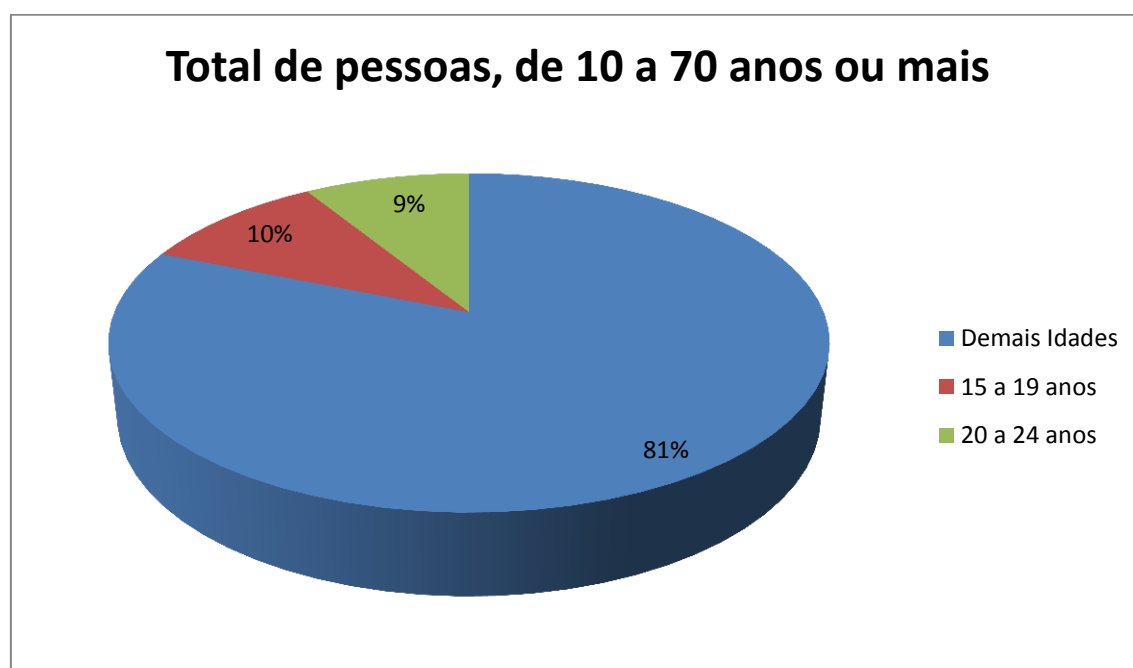
³³ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita) e o índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 – muito baixo; 0,500 a 0,599 – baixo; 0,600 a 0,699 – médio; 0,700 a 0,799 – alto e 0,800 e mais – muito alto. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores . Acesso em: 12 de novembro de 2017.

³⁴ Todas as informações do IBGE constam do sítio eletrônico da entidade. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/santa-izabel-do-oeste/panorama>. Acesso em 11 de novembro de 2017.

³⁵ PIA é a sigla utilizada pelo IBGE para determinar a População em Idade Ativa e toma por base pessoas com 10 anos ou mais, que podem ser economicamente ativas e não economicamente ativas. Enquanto o PEA é a sigla utilizada para determinar a População Economicamente Ativa, que abrange a população de 10 a 65 anos de idade, que estão ocupadas ou desocupadas quando da realização da pesquisa. A

população Economicamente Ativa – PEA, com um total de 6.382, sendo 3.764 do sexo masculino e 2.618 feminino, com uma taxa de ocupação de 47%; isto é, apesar de representarem mais da metade da população em idade ativa, ainda são a minoria no mercado de trabalho. O gráfico apresenta a população jovem do município de Santa Izabel do Oeste/PR.

Gráfico 5: População residente – Santa Izabel do Oeste/PR



Fonte: IBGE (2010)
Dados elaborados pela autora

De acordo com o IBGE (2010), o município conta com 19% da população jovem, sendo que 1.309 de 15 a 19 anos e 1.161 de 20 a 24 anos, totalizando 2.470 jovens izebelenses.

O município de Santa Izabel do Oeste/PR tem sua economia voltada para a prestação de serviços, seguida da agropecuária e indústria, conforme os dados a seguir, evidenciados no quadro 2:

Quadro 2 – Distribuição do Produto Interno Bruto de Santa Izabel do Oeste/PR – 2010, por setor de atividade.

VARIÁVEL	Santa Izabel do Oeste/PR
Agropecuária	R\$ 79.772
Indústria	R\$ 14.863
Serviços	R\$ 87.876
Administração pública	R\$ 47.552

Fonte: IBGE.

A vantagem que o setor de serviços desempenha sobre os demais, repercute diretamente na composição da classe trabalhadora, sua formação educacional e profissional e, conseqüentemente, em sua base salarial. Logo, o quadro que apresentamos abaixo explicita o número de atividades econômicas e os empregos que estas geram no município.

Quadro 3 - Números de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas 2016

ATIVIDADES ECONÔMICAS ESTABELECIMENTOS EMPREGOS		
(SETORES)³⁶		
Indústria	45	625
Construção civil	17	27
Comércio	111	479
Serviços	99	674
Agropecuária	43	176
Atividade não especificada ou classificada	—	—
TOTAL	315	1.981

Fonte: Dados organizados pela autora segundo o caderno IPARDES (2016)

O setor de serviços é o que mais emprega no município de Santa Izabel do Oeste/PR. No entanto, a diferença entre o setor de serviços e a indústria é pequena, em

³⁶ O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada. (1) INDÚSTRIA: extração de minerais; transformação; serviços industriais utilidade pública. TRANSFORMAÇÃO: minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; elétrico, comunicações; material transporte; madeira, mobiliário; papel, papelão, editorial, gráfica; borracha, fumo, couros, peles, similares, indústria diversa; química, farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas, matérias plásticas; têxtil, vestuário, artefatos tecidos; calçados, produtos alimentícios, bebidas, álcool etílico (BRASIL, 2016). Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85650&btOk=ok>. Vários acessos.

torno de 49 empregos a menos. Trata-se de indústrias de transformação com destaque para produtos minerais não metálicos, metalúrgica, madeira e mobiliário, borracha fumo, couros, peles, produtos similares e a indústria têxtil com mais da metade dos empregos ocupados no ramo industriário. Com isso, inferimos que a prevalência destes, está atrelado a instrução que as ocupações requerem para suas atividades, influenciando assim, na pouca escolarização que os membros da comunidade izabelense possuem. Como segue o quadro 4:

Quadro 4 - Condição de atividade economicamente ativas e com nível de instrução (2010)

PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS	PESSOAS
Economicamente ativa sem instrução e fundamental incompleto	3.087
Não economicamente ativa sem instrução e fundamental incompleto	3.615
Economicamente ativa com fundamental completo e médio incompleto	1.284
Não economicamente ativa com fundamental completo e médio incompleto	580
Economicamente ativa com médio completo e superior incompleto	1.515
Não economicamente ativa com médio completo e superior incompleto	710
Economicamente ativa e com superior completo	485
Não economicamente ativa e com superior completo	57
Ativas com nível de instrução não determinado	10
Não ativa com nível de instrução não determinado	22
TOTAL	11.365

Fonte: dados organizados pela autora de acordo com o IBGE (2010)

A maioria da população em idade ativa sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, apresenta um percentual expressivo em relação à população em idade ativa com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, o que gera mão de obra não qualificada e uma superexploração na forma salarial.

A faixa de analfabetismo, de acordo com o recorte etário da pesquisa, fica de 1,30% para os jovens de 15 a 19 anos e 1,81% para os de 20 a 24; isto é, 3,11% dos jovens são analfabetos no município.

A taxa de reprovação no Ensino Médio, no município, chegou a 7,8%, enquanto no Ensino Fundamental era de 3,8%. Já a taxa de abandono, que para o Ensino Fundamental era de 1,6%, para o Ensino Médio era de 17% em 2016. A taxa de distorção idade/série era de 24,5% para o Ensino Médio, enquanto para o Ensino Fundamental é de 9,3% (IPARDES, 2016).

A taxa de abandono no Ensino Médio é expressiva e significativa, pois é justamente nesta etapa da vida que a maioria dos jovens sentem-se pressionados a optarem por estudar ou trabalhar, elevando assim, a alta taxa de evasão no ensino médio.

De acordo com IPARDES (2016), Santa Isabel do Oeste/PR conta com 567 matrículas no ensino médio na rede estadual de ensino e nenhuma na modalidade de educação profissional. Vale destacar, que embora o município não apresente matrículas na área de educação profissional, alguns cursos acontecem esporadicamente, porém são cursos de curta duração.

3.2 O Programa Jovem Aprendiz na realidade endereçada

Foi no mês de agosto de 2011, quando o município de Santa Isabel do Oeste/PR iniciou o Programa Jovem Aprendiz. Contou com uma turma pequena, no máximo 20 alunos, nas dependências do Centro do Pequeno Aprendiz (CPA), hoje denominado de Centro de Convivências. Neste primeiro momento, tudo parecia novo e muito desafiador. Essa etapa de formação juvenil contou com o apoio da Prefeitura Municipal, da Associação Comercial e da instituição autorizada na execução do Programa - APMI. Como mencionamos, a Lei que regulariza a contratação de menores, via Aprendizagem profissional, pode ser desenvolvida pelo sistema S e outras entidades que ofereçam qualificação profissional. Sobre as entidades que desenvolvem o Programa Jovem Aprendiz, Silva & Andrade (2009, p. 48) afirmam:

Surgem no fim dos anos 1990 e início da presente data, inúmeras iniciativas públicas, muitas envolvendo parcerias com organizações não governamentais (ONGs), fundações empresariais e as várias instâncias do Poder Executivo, que são mobilizadas, tanto no nível federal como estadual e municipal.

A partir da citação confirmamos a presença de organismos não governamentais que executam programas voltados à juventude, como neste caso, no município a que se endereça esta pesquisa.

Os jovens iniciantes foram aos poucos sendo inseridos no mercado de trabalho, alguns em empresas privadas, outros via processo seletivo na instituição pública (hospital, prefeitura, escolas, bibliotecas, secretaria da agricultura, Centro de Referência de Assistência Social - Cras, Assistência Social), somente na parte administrativa, uma vez que o curso oferecido é Auxiliar Administrativo. Os sobrantes aguardavam segunda ou terceira chamada.

A obrigatoriedade de contratação estaria direcionada à empresas de grande e médio porte, no entanto, os microempreendedores podem contratar um menor com registro na carteira de trabalho, atentando para as mesmas condicionalidades expressas às demais empresas. Mas, o cenário de empregos juvenis no município nos demonstra que essa possibilidade não aumentou as chances de oportunidades desse segmento.

De acordo com o documento norteador do Programa³⁷, mantido e executado pela APMI³⁸ de Santa Izabel do Oeste/PR, dentre os objetivos cabíveis à Associação, está o de promover assistência social aos adolescentes e jovens oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social, os quais tem sua situação agravada na colocação no mercado de trabalho. Diante da atual sociedade, os jovens estão lançados, dentre outros estímulos, ao da mídia, que tendem a eleger um estilo de vida materialista e de extrema liberdade, como o ingresso na criminalidade ou no mundo das drogas. Diante desse contexto é que a APMI procura alavancar alternativas de inclusão social. Segundo o documento, o recorte etário dos jovens de 14 a 24 anos é compreendido como:

Momento de desprendimento da infância e entrada progressiva no mundo adulto. Momento de reestruturação da identidade pessoal

³⁷ Sobre o documento (livro) que orienta a prática pedagógica não encontramos descrição do autor nem o ano em que foi publicado.

³⁸ Associação de Proteção à maternidade e a Infância de Santa Izabel do Oeste, foi fundada em 06 de novembro de 1974 como uma associação civil, com personalidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. É constituída de ilimitado números de sócios, pessoas físicas e ou jurídica e terá duração por tempo indeterminado (APMI, 2014, p. 02).

através da percepção de si mesmo, dos outros, da sociedade, que é agravada diante da situação de miséria em que muitos se encontram (APMI, 2014, p. 03).

Diante disso, podemos inferir, de antemão, que o documento registra somente a ressocialização dos jovens que se encontram em condições de vulnerabilidade social. De fato, para a seleção de menores em ambientes públicos, faz-se necessária a apresentação de documentos que comprovem tal condição, no entanto, para as contratações nas empresas privadas, esta condicionalidade não se aplica, abrindo possibilidades de inserção laboral a todos os jovens que se encaixem nesta faixa etária.

Portanto, para a participação e contratação nas instituições privadas, é necessário que o jovem apresente declaração de matrícula escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Ensino Superior), comprove residência no município, carteira de trabalho e previdência social (independentemente da situação de estar ou não trabalhando). Para os jovens aprovados em processo seletivo público é necessário a mesma documentação acima citada, além do comprovante de renda, cadastro no CRAS e comprovação da renda *per capita* família³⁹.

O objetivo principal do Programa, descrito no documento referenciado é: “proporcionar ao jovem e ao adolescente uma aprendizagem para sua formação pessoal e qualificação profissional, possibilitando o ingresso no mercado formal de trabalho, na condição de aprendiz, favorecendo a sua promoção, resgate social e inclusão profissional” (APMI, 2014).

É possível percebermos, nos documentos norteadores do Programa, que a prática pedagógica segue pressupostos da formação por competências e habilidades para a adaptação do sujeito ao mercado de trabalho,

[...] o objetivo maior, resume-se na transformação da simples qualificação profissional em competência pessoal, através do desenvolvimento de qualidades como a capacidade de comunicar, de trabalhar com os outros, de gerir e de resolver conflitos (APMI, 2014, p. 08).

Além dos fundamentos da pedagogia das competências é possível perceber que o Programa está fundamentado num ideário assistencialista, voltado ao resgate social do jovem. Conforme segue:

³⁹ Para comprovação e enquadramento de vulnerabilidade social é necessário preencher o requisito da renda *per capita* familiar, que não pode ultrapassar ¼ do salário.

Por isso é urgente investir em estratégias pedagógicas que auxiliem os adolescentes e os jovens a superar suas perdas e carências levando-o a visualizar as oportunidades que chegam à sua vida. Só através do resgate pessoal e social poderemos promover a inclusão definitiva desta parcela da população tão vulnerável (APMI, 2014, 04).

Outros temas são direcionados à formação do jovem como, por exemplo, à garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários (CLT); disponibilização por parte da entidade executora de profissionais capacitados para o desenvolvimento de ações educativas; o desenvolvimento de hábitos e atitudes que permitam o senso de responsabilidade e autonomia.

Em conformidade com a Lei de aprendizagem nº 10097/2000, os jovens deverão desenvolver atividades de auxiliar de escritório, na área administrativa, nos seguintes departamentos: arquivista, almoxarife, continuo office-boy.

Quanto a proposta pedagógica, dar-se-á em dois módulos anuais, com no máximo trinta (30) alunos, sendo o primeiro de 205 horas e o segundo de 347 horas, totalizando 552 horas. Apoiados em dois eixos estruturantes: Aprendizagem profissionalizante e fortalecimento familiar. Os módulos anuais dividem-se em duas etapas: módulo básico integrador e módulo básico profissionalizante;

O módulo básico integrador é composto por: português básico, matemática básica, direitos trabalhistas e previdenciários, diversidade cultural brasileira relacionada ao mundo do trabalho, organização, planejamento e controle do processo de trabalho, direitos humanos, educação fiscal, educação para o consumo, formas alternativas de geração de trabalho voltado à juventude, inclusão digital, informação sobre o mercado de trabalho, trabalho e equipe, preservação do equilíbrio do meio ambiente, saúde e segurança no trabalho, saúde (sexual; direitos sexuais e reprodutivos; relações de gênero), segurança pública, uso indevido de álcool, tabaco e outras. O segundo módulo é direcionado a parte prática do menor; isto é, alicerce do seu trabalho. No curso o aprendiz toma conhecimento da parte teórica e no trabalho, a prática. Neste momento, evidenciamos o módulo específico profissionalizante que compõe a seguinte grade curricular: introdução à informática, apresentação pessoal e o mercado, qualidade no atendimento ao cliente e telefônico, técnicas de recepção e secretariado, técnicas de arquivo e protocolo, gestão empresarial e comercial, redação empresarial, empreendedorismo/marketing/qualidade total, serviços de bancos, direitos e deveres, um total de 347 horas (APMI, 2014).

Os instrutores, conhecidos como professores, são os mediadores do conhecimento. A estes cabe a ação de ensinar, qualificar ou desenvolver as

competências requeridas pelo mercado de trabalho. Conforme segue: 02 superior em pedagogia, 01 bacharel em direito, 01 superior em enfermagem, 01 superior em serviço social, superior em 01 psicologia, 01 superior em ciências econômicas. Neste contexto, é possível constatar a inexistência do profissional graduado em Administração, visto que o curso é de auxiliar administrativo. Se atentarmos ao profissional requerido no último item (ciências econômicas) logo, deduzimos que este daria conta de trabalhar a parte que diz respeito à administração. No entanto, no município em que a pesquisa é endereçada, dos profissionais apresentados, identificamos, apenas, duas pedagogas, sendo que uma atende a sala de aula e, portanto, trabalha todos os temas e a outra com a parte de orientação e registro dos jovens.

O acompanhamento, atendimento e avaliação são realizados pela APMI que visa mediar o desenvolvimento do aprendiz na empresa, na instituição de ensino (escola) e no próprio curso, além da orientação com as famílias informando-lhes o desempenho ou dificuldade que esteja acontecendo com o aprendiz. Pressupõe-se, portanto, que a avaliação serve como forma de reparo e reconstrução do comportamento do jovem no trabalho, na escola e no curso. Além do acompanhamento supracitado, a empresa, o instrutor e aprendiz também realizam uma avaliação que tem por objetivo verificar as dificuldades encontradas no percurso de cada etapa.

Conforme explícito na Lei Nº. 10.097/2000, no artigo 433, o contrato de aprendizagem tem validade de 2 anos, não podendo ser prorrogado. O mesmo poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses: falta disciplinar grave, ausência injustificada que implique a perda do ano letivo ou a pedido do aprendiz.

3.3 Perfil dos entrevistados: os egressos do Programa Jovem Aprendiz

Este item tem por objetivo apresentar os sujeitos da pesquisa, como os jovens egressos do Programa avaliaram as contribuições e os limites do mesmo, na vida pessoal e profissional. Para preservar a identidade dos entrevistados usamos nomes fictícios. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foram informados dos termos contidos no documento através da leitura e esclarecimento dos pontos duvidosos. Todas as entrevistas foram agendadas em locais, dias e horários de acordo com a disponibilidade dos jovens. As entrevistas foram gravadas e transcritas, o que serviu de base para a análise dessa pesquisa.

O diálogo ao qual nos referimos se trata das entrevistas semiestruturadas, realizadas com dez (10) jovens egressos da turma de 2015 sendo que, somente cinco (5), concluíram o Programa Jovem Aprendiz no município de Santa Izabel do Oeste/PR.

Na tabela abaixo, o perfil da turma selecionada para entrevista:

Tabela 5 -TURMA II – 2013/2015 (14/09/2013 à 15/08/2015)

MÓDULO	INICIANTES	EMPREGADOS	CONCLUINTE (75% DE PRESENÇA)
1º	21	7	12
2º	10	8	5
Total de formandos			5

Fonte: Dados elaborados pela autora

Vale destacar que os vinte e um (21) alunos iniciaram o curso sem vínculo empregatício, conforme o andamento, foram sendo encaminhados para entrevistas nas instituições privadas e via processo seletivo nas instituições públicas. A entrevista aconteceu com dez (10) jovens egressos: seis (6) do sexo feminino e quatro (4) do sexo masculino, idades entre 19 a 22 anos. A assertiva acima confirma o que Pochmann (2000) havia relatado, dados revelam que a população feminina apresenta maiores indicadores de participação relativa da população economicamente ativa, de outro lado, os jovens do sexo masculino, menor participação. As expectativas devem aumentar em relação à participação da mulher nos próximos anos.

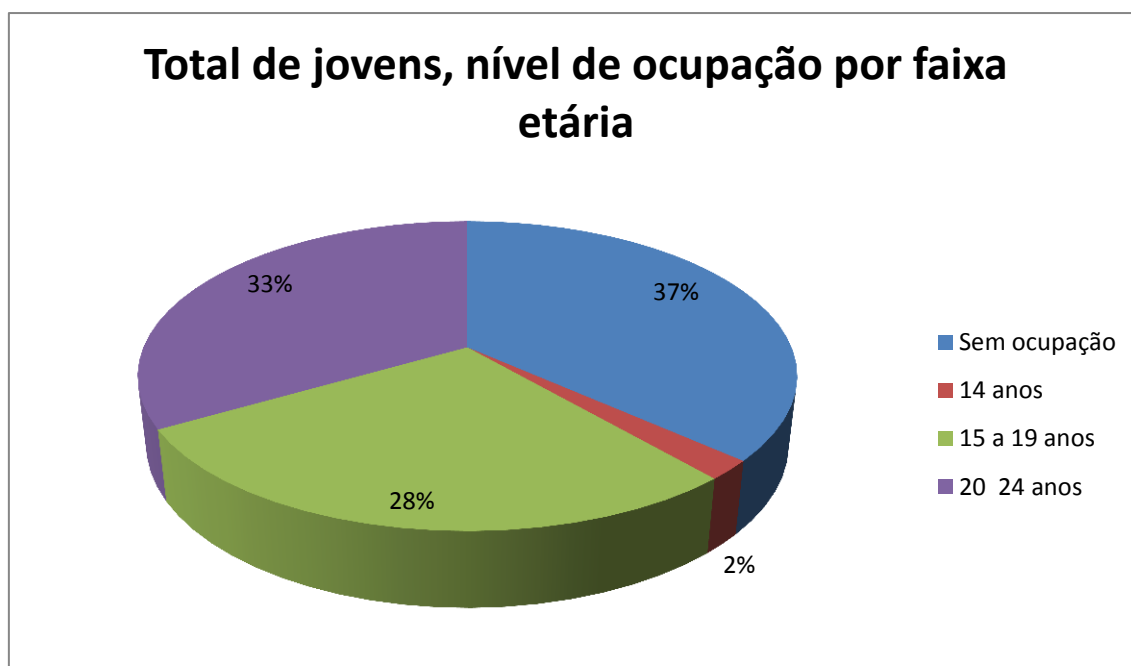
A escolha do número de jovens e sua contribuição para a pesquisa se deu pela disposição dos sujeitos em participar do estudo como voluntários. A proposta de se trabalhar com os egressos ancorou-se na percepção de que os jovens possuem uma carga maior de experiência e com maior possibilidade de avaliar as contribuições e os limites existentes no Programa.

Santa Izabel do Oeste/PR tem sua maior oferta de emprego no setor de serviços e no ramo industrial. Embora se trate de um município de pequeno porte, a cidade apresenta uma porcentagem maior de ocupações juvenis em relação ao Brasil (48%) e ao Paraná (58%), o que não justifica a qualidade dessas ocupações, mas talvez estivesse ligada à cultura de um povo que, desde a mais tenra idade, preocupa-se em trabalhar para ajudar no sustento da família, não levando em consideração a situação e a condição em que são expostos.

Santa Izabel do Oeste/PR conta com 2.470 jovens de 14 a 24 anos, e destes 1.566 apresentam algum tipo de ocupação. Sendo 50 jovens de 14 anos, 693 de 15 a 19

anos e 823 de 20 a 24 anos.

Gráfico 6: Juventude e suas ocupações – Santa Izabel do Oeste/PR



Fonte: IBGE (2010)

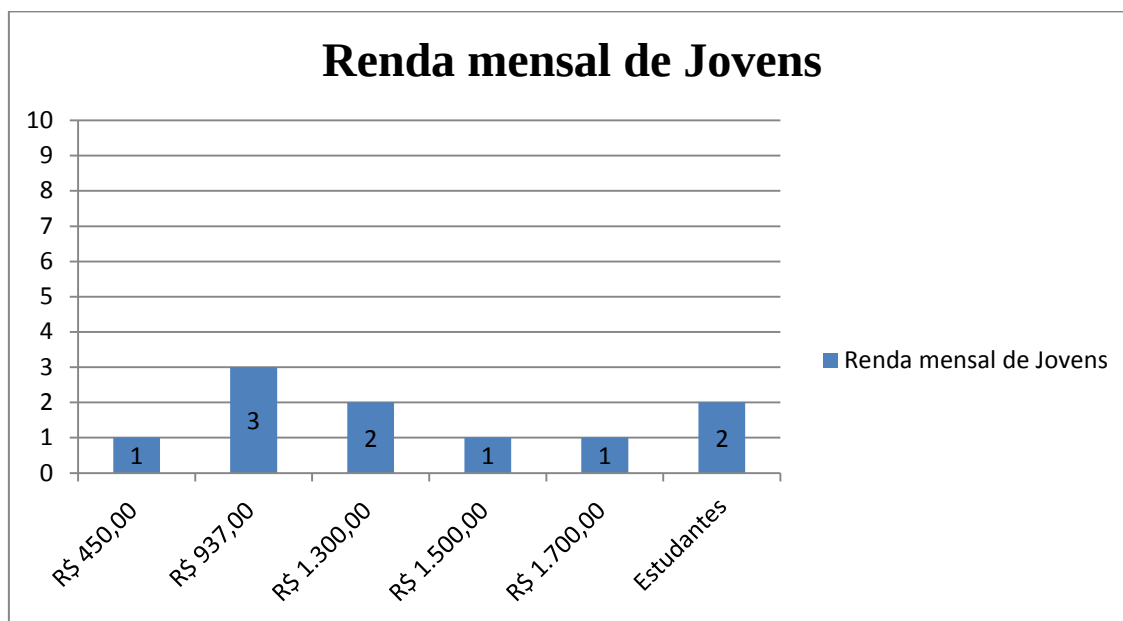
Dados elaborados pela autora

Como apresentado no gráfico, o município conta com um total de 1.566 jovens trabalhadores, ou seja, encontrava-se em condição de atividade na semana de referência, porém, isso não significa que os mesmos tivessem registro e consequentemente, estivessem legalmente registrados no Ministério do Trabalho. Portanto, o número de jovens inseridos no mercado de trabalho, engloba os trabalhos formais e não formais. Conforme pontua Pochmann (2000), os índices de desemprego entre a juventude é superior ao dos adultos, vale ressaltar que as estatísticas oficiais não contabilizam como desempregados, jovens que estejam praticando qualquer atividade rentável, não necessariamente com registro em carteira.

Dos dez (10) jovens entrevistados, seis (6) moram com os pais e quatro (4) não moram, um (1) divide a casa com o companheiro e os outros três (3) trabalham e estudam. Quanto à renda mensal atual⁴⁰ dos jovens, estas variam de R\$ 937,00 a R\$ 1.700,00 (20 horas ou 40 horas semanais). Conforme gráfico:

⁴⁰ Vale lembrar que as rendas dos jovens é referente ao trabalho que desempenham hoje, como funcionário, não mais como menores aprendizes (3 como auxiliar administrativo, 2 estudantes, 3 na escola, 1 cooperativa, 1 auxiliar de uma empresa de artefatos de concreto).

Gráfico 7: Renda dos jovens Egressos



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2017)

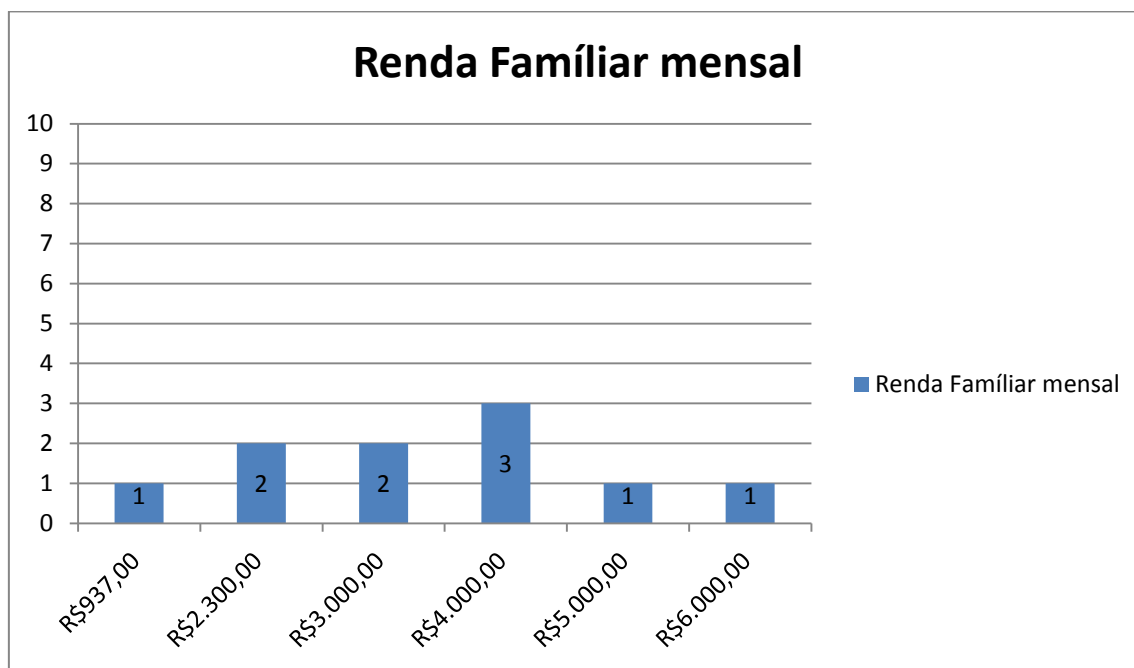
Dos jovens entrevistados, 60% continuam com o mesmo salário que recebiam quando contratados na condição de menor aprendiz. Sobre o valor pago pela mão de obra dos menores, assim diz a Lei:

A lei garante ao aprendiz o direito ao salário mínimo-hora, observando-se, caso exista, o piso estadual. No entanto, o contrato de aprendizagem, a convenção ou o acordo coletivo da categoria poderá garantir ao aprendiz salário maior que o mínimo (art. 428, § 2º, da CLT e art. 17, parágrafo único do Decreto nº 5.598/05). Além das horas destinadas às atividades práticas, deverão ser computadas no salário também as horas destinadas às atividades teóricas, o descanso semanal remunerado e feriados (BRASIL, 2013, p, 29).

De acordo como piso salarial do estado do Paraná⁴¹, os menores não receberam aumento significativo após concluírem o Programa, o que nos leva a inferir que a qualificação obtida, por meio do curso, acentuou ainda mais a exploração do trabalho sobre a forma assalariada, movimento este que permite reprodução do capitalismo. Se cruzarmos os dados da média salarial do município apresentada no item anterior e o IDH, logo concluiremos que a comunidade não tem um bom rendimento salarial, como confirmamos no gráfico a seguir:

⁴¹ De acordo com o grupo II que define os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações, o salário começou a vigorar a partir de abril de 2017 no Paraná será de R\$ 1.269,40 (mil e duzentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos). Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/piso_salarial_pr.htm

Gráfico 8: Renda familiar mensal



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2017)

Os dados sobre a renda familiar inclui o rendimento dos jovens. É importante salientarmos que dos entrevistados, nove (9) moram com os pais, destes, apenas um (1) divide as despesas com o companheiro, os demais contribuem na renda familiar, isto é, o valor é dividido em três (3) pessoas, no mínimo, em cada família. Somente um (1) menor alegou morar sozinho, receber auxílio dos pais e arcar com as despesas com apenas um (1) salário mínimo. Sobre este assunto Gonzalez (2009) é enfático:

[...] as diferenças na renda familiar influem profundamente nas condições de escolarização e na incorporação de papéis no mundo do trabalho e na família, criando nas novas gerações diferenças quanto às perspectivas profissionais futuras (p. 116).

De fato, a renda familiar mensal influencia a entrada precoce do jovem no mercado de trabalho. Quanto menor a renda, maior a procura por emprego. Acrescenta Abramo (2005, p. 52): “com relação à escolaridade e renda, fica evidente a reprodução das desigualdades: quanto o menor nível de ambas, mais precárias as condições de trabalho”.

De acordo com o gráfico 8, são jovens que, pela renda familiar, não se enquadrariam na situação de vulnerabilidade social, no entanto, são jovens que apresentam a necessidade de entrar no mercado de trabalho, seja para ajudar na renda familiar, seja para suas próprias despesas.

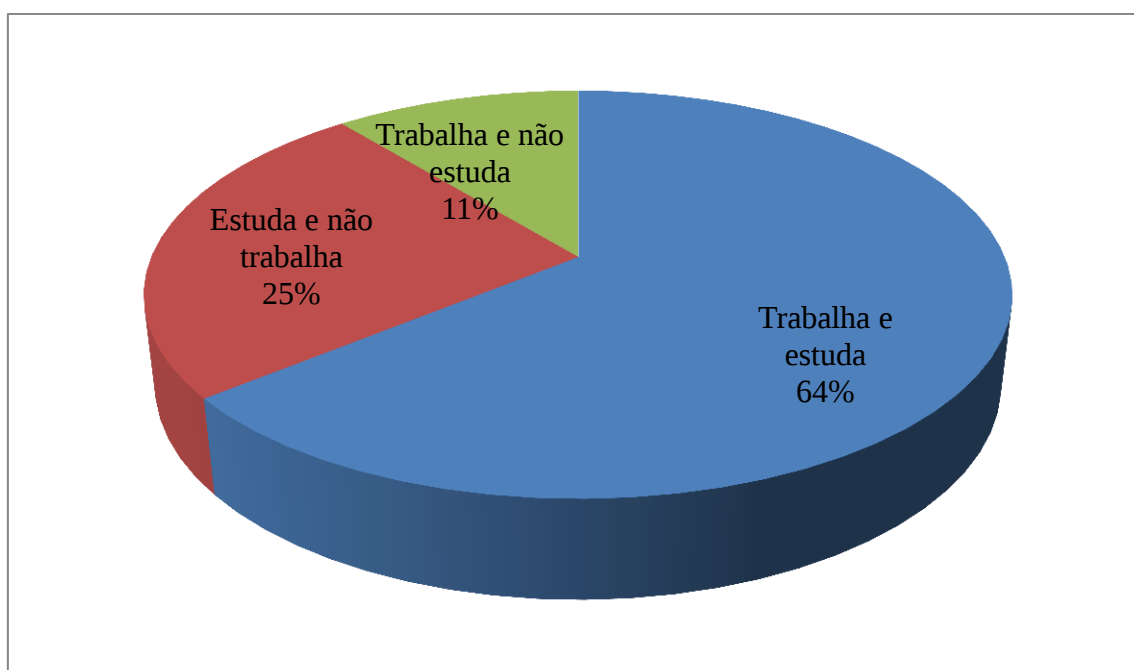
Este agravante compromete, em algumas situações, a escolaridade, pois o jovem ao procurar o trabalho informal, acaba abandonando os estudos. Conforme destaca Branco (2005, p. 131):

[...] com frequência, uma parcela significativa desses jovens que aceitam trabalhar sujeitando-se a tais condições o faz comprometendo sua escolarização ou mesmo já estando fora da escola, sem que neste caso sequer tenham completado os ciclos educacionais compatíveis com sua idade.

Conforme o excerto acima é evidente que uma parcela da população jovem abandona ou não dá continuidade nos estudos, por adentrarem precocemente no mercado de trabalho. A realidade do município de Santa Izabel do Oeste/PR, a partir de indicadores educacionais, pode apresentar esse agravante; 3,11% dos jovens são analfabetos no município. Por sua vez, a taxa de reprovação no Ensino Médio, em 2016, chegou a 7,8% e a taxa de abandono chegou a 17%. A taxa de distorção idade/série era de 24,5% para o Ensino Médio, enquanto para o Ensino Fundamental é de 9,3% (IPARDES, 2016).

Todavia, dos dez (10) jovens entrevistados, apenas um (1) não deu continuidade nos estudos, os demais ingressaram no ensino superior. O gráfico a seguir, apresenta a condição atual dos jovens egressos do Programa em relação ao trabalho e educação.

Gráfico 9: Atuação Profissional dos Jovens



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

O gráfico nos apresenta a realidade e a perspectiva juvenil, um (1) aprendiz não prosseguiu os estudos e os demais deram sequência nos estudos e, destes, 100% ingressaram no ensino superior. Mas, o que explica a entrada desses jovens no ensino superior, inclusive em Santa Izabel do Oeste/PR? Provavelmente, estes jovens tiveram acesso às políticas públicas direcionadas ao Ensino Superior no Brasil nas últimas décadas⁴² e que, de alguma forma, contribuíram para o acesso das classes trabalhadoras à universidade.

Todavia, cabe questionar os limites de tais políticas no âmbito do capitalismo atual. Neste sentido, as observações de Kuenzer (2005) são importantes. Pois a autora esclarece como se estabelece a nova dialética entre o mundo do trabalho e a educação no capitalismo flexível. Ela utiliza dois termos, o primeiro: “exclusão includente”, esta, marcada pelas estratégias de exclusão do mercado formal, “onde o trabalhador tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho, acompanhadas de estratégias de inclusão no mundo do trabalho através de formas precárias” (KUENZER, 2005, p. 14). Intensificam-se neste movimento os desempregos e os re-empregos com salários baixos e a terceirização dos serviços. Reitera a autora que a esta lógica “exclusão includente”, corresponde a outra, equivalente e em direção contrária, do ponto de vista da educação, a “inclusão excludente”:

[...] ou seja, de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar, aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a qualidade de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responderem e superar as demandas do capitalismo (KUENZER, 2005, p. 15).

É válido lembrar que as estratégias só conferem “certificação vazia, e por isto mesmo, se constituem em modalidades aparentes de inclusão que fornecerão à justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência” (KUENZER, 2005, p. 15). Os jovens entrevistados entraram no Ensino Superior, porém, o atual contexto do capitalismo coloca dúvidas sobre sua efetividade na vida concreta destes jovens.

⁴² Entre 2008 e 2012 foi criado pelo Governo Luís Inácio Lula da Silva o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tinha como um dos objetivos a descentralização do ensino superior público no país; foi criado o Programa Universidade para Todos (Prouni) dedicado a vagas nas IES privadas; houve a reestruturação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Também instituiu-se a Rede Federal de Educação Profissional.

3.4 O Programa Jovem Aprendiz: sonhos e dificuldades

Este item tem por objetivo apresentar as expectativas dos jovens em relação ao Programa, antes mesmo de iniciarem o curso. No caso destes jovens, conseguir o primeiro emprego, tem ligação direta com a manutenção da sobrevivência. Todos os jovens foram enfáticos ao afirmarem que procuraram o curso para conseguir um emprego, o que nos levou a inferir a relação direta entre o trabalho e o valor pago por ele, logo, todos os jovens almejavam ter uma renda para se manter e ajudar nas despesas de casa. Afirmaram ainda, que o Programa serviria como experiência profissional. Para que chegássemos à essa conclusão, os depoentes responderam as seguintes questões:

Pergunta 1: O que te levou a ingressar no programa?

Pergunta 2: Quais suas expectativas antes de iniciar o Programa Jovem Aprendiz? O que você esperava do Programa?

A oportunidade de você conhecer alguma coisa e começar a ter um trabalho, porque é difícil tu começar do nada sem uma base, então, acho que o programa te dá uma base pra você começar a fazer algo, aprender alguma coisa. Conseguir entrar no mercado de trabalho pra ter uma base. Eu esperava, que nem eu tinha falado, a gente está em casa, a gente não sabe como funciona o mercado de trabalho. Então, eu esperava entrar no programa e conhecer como funcionava e pra mim ter alguma experiência profissional em alguma empresa ou alguma entidade pública, indiferente (MARIA, entrevista realizada no dia 03/09/2017).

A oportunidade de um emprego. Ter uma qualificação e ter um bom emprego. Esperava uma formação, uma qualificação profissional e, principalmente, um trabalho (JOÃO, entrevista realizada no dia 04/09/2017).

Eu acho que seria uma forma pra eu conseguir ingressar no mercado de trabalho. Eu esperava que eu fosse entrar e já consegui um emprego, que era o que eu tanto queria. Mas eu vi que as coisas não são tão fáceis, só depois que eu terminei o curso que consegui um emprego. Fiz o processo seletivo da prefeitura e passei, aí entrei trabalhar numa escola, onde estou até hoje, mas na condição de estagiário, por estar fazendo faculdade (FELIPE, entrevista realizada no dia 06/09/2017).

Sobre a pretensão de conseguir um emprego Abramo & Branco (2005), num estudo sobre as condições juvenis no Brasil contemporâneo, já afirmavam que educação e emprego são os assuntos que mais interessam e preocupam os jovens. A idealização de aprender novos conhecimentos complementam as respostas dos jovens entrevistados,

mas seus objetivos estão intimamente relacionados com a oportunidade do primeiro emprego, como uma preparação para assumir a carreira profissional.

No entanto, algumas decepções tomam o caminho dos jovens, diz Luiz: *“Eu preferia trabalhar né, mas aí não deu muito certo”* (entrevista realizada em 08/09/2017). A realidade brasileira influencia o *lócus* da pesquisa,

As chances de o jovem encontrar uma oportunidade de trabalho têm sido escassas, levando-o a aprender, fora da escola, uma nova lição acerca da difícil realidade do mercado de trabalho. O desempenho medíocre do mercado de trabalho acirrou fortemente a competição pelas poucas oportunidades de trabalho, fazendo com que o jovem se torne a principal vítima. As médias relativas ao primeiro emprego, embora existentes no Brasil, são insuficientes e, muitas vezes, inadequadas para dar conta de uma realidade de mudança que favoreça a entrada do jovem no mercado de trabalho (POCHMANN, 2000, p. 69).

A classe trabalhadora em geral, tem enfrentado dificuldades em relação a emprego, o jovem, por sua vez, enfrenta problemas ainda maiores. Na expectativa de serem incluídos no mercado de trabalho, acabam sendo ainda mais excluídos, como no caso do jovem que acabamos de mencionar.

No estado da arte que realizamos sobre o Programa, há de se levar em consideração a conclusão a que chegou Lôbo (2015): o Programa faz menção à inclusão e na sua efetividade acaba por excluir ainda mais o jovem, contribui para disfarçar a crise do capital e privatizar a culpa do fracasso no jovem. A autora deixa claro o desejo de um trabalho que emancipe os seres humanos.

O Programa privatiza a culpa no jovem, oferecendo a oportunidade de qualificação. O jovem, numa sociedade que reforça a lógica individual e da culpabilidade, sente que não agarrou a oportunidade, que é o único culpado pelo abandono do curso, quando a realidade nos aponta que muitos deles desistem por não conseguirem adentrarem no mercado de trabalho ou por não conseguirem conciliar trabalho, escola e Programa. Os números nos revelam que de vinte e um (21) iniciantes, apenas cinco (5) se formaram, o que nos levou a inferir que, os dezesseis (16) jovens que ficaram pelo caminho são para eles e para a lógica perversa do capital, os únicos culpados pelos seus fracassos.

Como já discutimos anteriormente e que Kuenzer (2005), muito bem caracteriza como “inclusão excludente”, voltamo-nos à analisar este movimento, a inclusão acontece quando surge a oportunidade do jovem cursar o Programa e, mais tarde, talvez, ser inserido no mercado de trabalho. Porém, os cursos são, na maioria das vezes, cursos

não estruturados⁴³, com certificados poucos valorizados; ou seja, inclui, mas exclui ao mesmo tempo. O Programa possui características de uma formação que inviabiliza ao jovem uma formação de qualidade, dada as condições em que lhe é oferecida - no caso da turma investigada, aos sábados - além do jovem ter que conciliar trabalho, escola e Programa.

Portanto, as expectativas dos jovens estão relacionadas à remuneração mensal e não à qualificação profissional, pontos convergentes entre a categoria estudada e a lógica do capital. A assertiva mencionada leva-nos a percepção de que os jovens desejam trabalhar em troca de sua sobrevivência.

Sobre as dificuldades durante o Programa, dos dez (10) entrevistados, apenas quatro (4) jovens conseguiram emprego⁴⁴, os demais ficaram na espera, sendo que quatro (4) desses jovens desistiram e somente um (1) ficou até o final do curso, na expectativa do primeiro emprego. Todos os jovens relataram dificuldades relacionadas ao cansaço, às disciplinas, mas a dificuldade mais pontuada foi a de conciliar escola, trabalho e curso. Comenta Fatima: - *“Na verdade eu achei complicado conciliar escola e trabalho, pois eu fazia magistério, aí estágios mais trabalho, complicava* (entrevista realizada no dia 06/09/2017). João reitera: - *“Não tive muitas dificuldades, talvez os horários ficavam incompatíveis comigo, porque as vezes, eu faltava bastante por causa do trabalho, enfim, mas acho que era isso, mas no curso em si não”* (entrevista realizada no dia 04/09/2017).

Logo na introdução deste trabalho, assinalamos com as palavras de Frigotto (2004) de que jovens estamos nos referindo – dos filhos da classe trabalhadora, que oriundos da classe menos favorecida, precisam conciliar estudo e trabalho para sobreviverem. No percurso, encontram dificuldades nas atividades escolares e se tornam reféns das relações estabelecidas pelo capital, tendo que optarem por postos de trabalhos precários e de baixa remuneração, além, é claro, de estarem propícios a interromperem ou abandonarem o ensino regular.

Vale destacar, que o número de evasões se dá, principalmente, pela não contratação desses jovens. Ou seja, eles abandonam o curso pra trabalhar

⁴³ Podemos confirmar esse dado com o número de profissionais que atendem o Programa, os conteúdos voltados à dinâmica do capital, entre outros fatores que determinam o caráter formativo do Programa, os quais estão sendo discutidos na dissertação.

⁴⁴ Esse total contabiliza somente os jovens que terminaram os 2 anos do contrato e de Programa. Cabe salientar, que o número total foi de sete (7) jovens empregados no decorrer do curso, porém, apenas 4 concluíram o contrato. Um dos jovens desistiu porque conseguiu um emprego de melhor remuneração, haja visto que o mesmo residia no interior do município e dificultava sua frequência no curso aos sábados. A assiduidade se torna relevante no processo e ocasiona demissão quando não cumprida. A outra jovem abandonou o trabalho e o curso para fazer faculdade.

informalmente, assertiva esta que confirma a posição juvenil frente às expectativas em relação ao ingresso no Programa, o de conseguir um emprego. Conforme a Ana relata: - *“Logo de início, achei que iria conseguir emprego, mas não é bem assim, tem que caminhar, pois comecei o primeiro módulo e não cheguei a concluir o segundo, parei porque comecei a cuidar de uma criança como babá”* (entrevista realizada em 04/09/2017). Inferimos, portanto, que a juventude acaba procurando trabalhos informais, que requerem qualificação especializada e tem desempenhado um papel importantíssimo de referência, quando o assunto é a experiência adquirida pela informalidade. É sabido que grande parte dos jovens ao não conseguirem empregos no mercado formal, acabam aceitando outros trabalhos de má remuneração que não lhe asseguram os direitos reservados. Diante das transformações ocorridas no contexto econômico brasileiro, as alternativas ocupacionais estão cada vez mais distantes, dos setores modernos e associados a setores de baixa produtividade e alta precariedade do posto de trabalho (POCHMANN, 2000).

Numa discussão sobre o trabalho informal como alternativa ao desemprego, Lira (2008) afirma que:

No caso dos trabalhadores, as formas adotadas para agilizar o processo produtivo, com a finalidade de obter a flexibilização necessária à produção, além de suscitarem novas exigências ao perfil do trabalhador, também promovem uma segmentação entre os trabalhadores. O mais qualificado tem mais possibilidade de permanecer (o que não significa segurança total) no mercado formal e, potencialmente, têm condição de viabilizar uma relação mais estreita entre o trabalho manual e o intelectual; os que não preenchem os requisitos da polivalência e qualificação veem-se excluídos do mercado formal, pois, com o enxugamento de postos no setor industrial e com os limites do setor de serviços, a maioria é obrigada a procurar ocupação na informalidade (p. 132).

Conclui a autora:

A difusão do conceito de empregabilidade, empreendedorismo e outros do gênero, vende aos trabalhadores a ilusão de que hoje o importante é trabalhar e não ter um emprego, pois emprego estaria em extinção. Assim, cria-se a imagem de que a inserção no mercado de trabalho depende tão somente das “competências e habilidades” que o trabalhador disponha para realizar tal tarefa. Mascara-se, dessa forma, as relações macrossociais que envolvem, no capitalismo, a estruturação do trabalho, fazendo com que a informalidade passe a apresentar-se como natural, quando, na verdade, hoje ela adquire uma função estratégica no processo de acumulação do capital (LIRA, 2008, p. 158).

A informalidade cresce e mascara os ideais do capital, fato evidente entre os trabalhadores em geral, como entre os jovens, certos de que estes são, na sua grande maioria, os detentores de menor qualificação profissional.

Os jovens, Luiz (concluente) e Cristina (desistente), afirmam ter trabalhado em outros lugares sem registro. - “*Nem consegui emprego como menor. Eu trabalhava por dia em outros lugares*” (Luiz, entrevista realizada no dia 08/09/2017), acrescenta Cristina: “*não consegui emprego e aí, desisti para trabalhar em outro lugar, não como menor*” (entrevista realizada no dia 08/09/2017). Assim, como para o primeiro jovem, a questão da renda na vida cotidiana, faz com que muitos jovens procurem trabalhos informais, que “são, em sua maioria jovens, os indivíduos relegados ao preenchimento de posições ocupacionais de baixa qualidade, ostentando vínculos precários e de menor remuneração, situados na camada do setor informal” (BRANCO, 2005, p. 130).

Os jovens são enfáticos ao afirmarem o cansaço como sendo uma das condicionalidades atribuídas ao Programa. Diz João: - “*Mas, bem cansativo, tanto que às vezes, eu faltava no curso, pelo cansaço*” (entrevista realizada no dia 04/09/2017). De outro lado, enfatizam também o dia do curso como sendo um dos “vilões” na permanência e assiduidade ao Programa. Como o curso se dava aos sábados, logo, isso aumentava as possibilidades de faltas.

Mas, o que nos chamou a atenção foram as respostas provenientes da dificuldade dos jovens em vir todo o sábado para o curso, visto que eles moravam no interior da cidade, como pontua Felipe: “*minha maior dificuldade era vim do interior, no curso todos os sábados*” (entrevista realizada no dia 06/09/2017). Cristina reforça: - “*Encontrei dificuldade, era vim do interior para a cidade para fazer o curso*”. Este agravante nos faz reafirmar a exclusão dos jovens quando colocados à frente de Programas que inviabilizam sua presença e assiduidade, isto é, destacamos a fragilidade do curso em incluir e, ao mesmo tempo, excluir este jovem, pois o transporte escolar é disponibilizado apenas nos dias de semana (segunda a sexta-feira) conforme calendário escolar do ensino regular. Pochmann (2000) comentou sobre a dificuldade dos jovens em vários aspectos, dentre eles, a origem geográfica (meio urbano e rural).

De acordo com Ferreira & Alves (2009), muitos jovens migram do espaço rural para o urbano em busca de melhores condições de vida.

Os dados demográficos sobre a população brasileira evidenciam a continuidade do processo migratório campo – cidade nas últimas décadas. Entre os motivos indicados para a migração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente as oportunidades

de trabalho remunerado – fatores de atração –, e, de outro, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola – fatores de expulsão. Mas também atuam como fatores de retenção a segurança, em termos de moradia e alimentação, além de perspectivas e projetos de desenvolvimento da unidade de produção, com possibilidades de acesso a melhores níveis de renda e qualidade de vida (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 250).

Três (3) jovens entrevistados vivenciaram esta dificuldade, moravam no interior do município e vieram para a cidade à procura de emprego. Neste percurso, o cansaço (escola, Programa e trabalho) e, principalmente, a dificuldade de locomoção do campo à cidade tornaram as atividades diárias cansativas, exaustivas e até mesmo impossíveis, chegando ao abandono do curso.

O Programa, por ser ministrado aos sábados, também desencadeou outras dificuldades como pontuam os jovens *“na verdade, só a questão de ir todo sábado, eu acho que foi meio, não digo puxado, mas foi, porque tipo você estudava a semana toda aí no sábado queria dormir e tinha que levantar cedo de novo”* (Rogério, entrevista realizada no dia 09/09/2017). Esta dificuldade dos jovens em frequentar o curso aos sábados afirma, mais uma vez, que o Programa é fruto de uma política que não leva em consideração a situação juvenil, no contexto particular à que a pesquisa está endereçada.

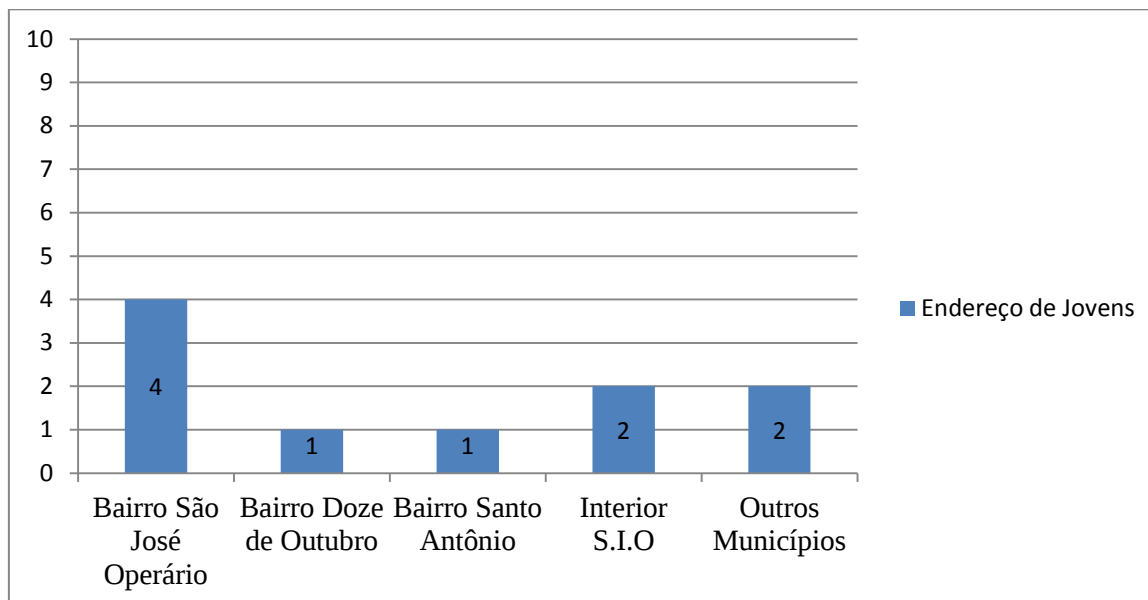
De acordo com o último censo, Santa Izabel do Oeste/PR, possuía 7.421 habitantes no centro urbano, uma representatividade de 56,51% e 5.711 habitantes no interior, totalizando 43,49% da população (IBGE, 2010). De fato, um município pequeno, com uma população rural que transita entre o espaço rural e urbano. Neste sentido, em que medida as políticas públicas levam em consideração as particularidades de municípios deste porte?

Os dados revelam que a população jovem no espaço urbano é de 1.613 jovens e no espaço rural é de 1.114 jovens, o que nos leva a inferir o posicionamento feito anteriormente: criam-se as políticas públicas sem analisar a particularidade dos municípios, visto que os jovens residentes no campo apresentam um número significativo, o que impossibilitaria a frequência desse grupo no curso aos sábados, como os próprios jovens declararam nas entrevistas.

É fato que, em muitas regiões do Brasil, os jovens enfrentam elevadas desigualdades regionais, socioeconômicas, sexual, etária e de cor. Neste caso, evidenciamos a dificuldade dos jovens em se deslocarem do meio rural à cidade. Enfrentando piores condições no âmbito da competitividade e, neste caso, o abandono do Programa.

Na sequência, o gráfico ilustra o endereço dos jovens hoje, enquanto trabalhadores e estudantes. A representatividade dos bairros no Programa é de 80%, sendo que os demais (20%) são estudantes e moram em outro município.

Gráfico 10: Endereço dos Jovens



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2017)

Grande parte da comunidade izabelense se concentra nos bairros onde encontramos a maior porcentagem dos trabalhadores, os quais ocupam os lugares menos privilegiados no mercado de trabalho. A maioria dos jovens se encontram nos bairros, apenas dois jovens afirmam morar em outra cidade, em virtude dos estudos; porém, suas raízes estão nos bairros.

De acordo com o Censo (2010), o bairro São José Operário possui 2.115 habitantes, local onde a pesquisa nos revelou residir o maior número de jovens aprendizes. O bairro Santo Antônio tem 1.142 habitantes, 437 habitantes no bairro Doze de Outubro, totalizando 3.694 pessoas, os demais bairros totalizam 1.710 habitantes. O centro possui 1.879 habitantes e 5.849 nos demais setores, o que engloba os residentes no interior do município.

São bairros de pessoas com menor poder aquisitivo, portanto, o local de moradia torna-se referência para analisarmos as desigualdades que marcam as cidades e como classes sociais ocupam, de forma desigual, os espaços geográficos; especialmente, o bairro com maior número de jovens participantes do Programa.

A caracterização do conjunto de bairros de Santa Izabel do Oeste/PR, nos oferece subsídios relevantes para desvelarmos a disparidade social e econômica do município em estudo.

3.5 Trabalho pedagógico e metodologias: uma análise no Programa jovem Aprendiz

Reservamos este momento para tratar dos assuntos relacionados ao trabalho pedagógico e as metodologias utilizadas no Programa Jovem Aprendiz, no município de Santa Izabel do Oeste/PR, bem como a avaliação que os egressos fizeram em relação a este processo.

Para esclarecer como funcionam os módulos, os conteúdos e os profissionais que desempenham o Programa no município, tomamos alguns documentos. Como mencionamos nas escritas anteriores, o curso disponibiliza dois módulos: módulo básico integrador e módulo profissionalizante.

No primeiro, direcionado à formação pessoal, trabalha-se noções básicas de português, matemática, informática, direitos trabalhistas e humanos, educação fiscal e para o consumo, informações sobre o mercado de trabalho, preservação e equilíbrio do meio ambiente. No segundo, voltado à formação profissional com ênfase nas áreas administrativas, empresarial, serviços bancários, gestão de pessoas, direitos e deveres.

De acordo com o documento norteador, o objetivo dos módulos se resume na:

Transformação da simples qualificação profissional em competência pessoal através do desenvolvimento de qualidades como: a capacidade de comunicar, de trabalhar com os outros, de gerir e de resolver conflitos (APMI, p. 08).

Reitera a proposta pedagógica: “ainda, os conteúdos a serem desenvolvidos permitirão conhecimentos, *habilidades* e *competências* próprias, que poderão ser posteriormente aplicadas no mercado de trabalho” (APMI, 2014, p. 08 grifo nosso).

É justamente na análise do concreto, como dizia Kuenzer (2001), da necessidade de uma profunda relação com o empírico para compreender as relações de produção que educam o trabalhador, que nos deparamos, mais uma vez, com termos norteadores das propostas pedagógicas da educação profissional – habilidades e competências. Como mencionamos, o novo modelo de produção capitalista reformulou a educação

profissional, e eliminou os traços essenciais, a saber, escola como transmissora de conhecimentos para o desenvolvimento de habilidades e competências.

Mas a competência cumpre também o papel de ordenar as relações sociais de trabalho externamente às organizações produtivas, no sentido de gerir as condutas e reconfigurar valores éticos-políticos dos trabalhadores no processo permanente de adaptação à instabilidade social. Nesses termos, a competência assume-se como um novo código de comunicação da economia, ao mesmo tempo em que são patrimônios subjetivos que atuam na fronteira inclusão/exclusão sob um novo tipo de contrato social. Assim analisada, a competência associa-se fortemente a noção de empregabilidade (RAMOS, 2001, p. 176).

O excerto acima, nos possibilita analisar a concepção de profissionalização na produção flexível, onde não interessa a formação profissional, mas a formação para empregabilidade. Parte-se do pressuposto que o desemprego estrutural não é um problema do mercado e do Estado, é um problema que cada indivíduo tem que solucionar por si mesmo. Daí a formação em competências e habilidades para a adaptação à uma sociedade em que não há lugar para todos no mercado de trabalho. A solução está em ser empreendedor de si mesmo (FRIGOTTO, 2015).

[...] é mais ou menos como se cada jovem estivesse lançado à própria sorte. Se vier a ser um dia vencedor, os méritos serão considerados essencialmente seus. Se se tornar perdedor, a responsabilidade também será atribuída exclusivamente ao próprio (SANFELICE, 2013, p. 75).

Se cruzarmos os dados provenientes das entrevistas, logo percebemos que muitos jovens sentem-se “felizes” e satisfeitos com a realidade, mesmo desempregados. Atribuem a culpa e a falta de vontade como condição desfavorável a eles próprios, conforme afirma Luiz: *“a pessoa tem que ter vontade, mesmo que não saiba fazer as coisas, tendo vontade de aprender, já está de bom tamanho”* (entrevista realizada no dia 08/09/2017); fruto irrefutável da ideologia burguesa. Portanto, como lembra Frigotto (2015, p. 222):

Este conjunto de noções e outras em construção tem como resultado criar a crença de que nascer numa palafita ou nas periferias dos grandes e médios urbanos nada tem a ver com a classe social, relações de poder e de dominação. Afinal para a ideologia neoliberal, o sucesso depende do esforço e do investimento individual. Idiota é aquele pai, não importa se desempregado ou com um salário mínimo, que não coloca seu filho na melhor escola e na melhor universidade, de preferência no exterior. O monopólio da mídia, parte das grandes

corporações do capital, encarrega-se de, permanentemente, afirmar essas ideias de sorte que, ao final, levam os pais e os filhos da classe trabalhadora a serem tidos como únicos culpados por sua situação.

De acordo com o manual da aprendizagem, são qualificadas para ministrar cursos de aprendizagem as instituições do Sistema S. Caso os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem vagas para este fim, estarão aptas, a atender essa demanda, as entidades qualificadas em formação técnico profissional, as escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas e entidades sem fins lucrativos, com registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2013, p. 23).

Ainda, segundo o documento, os pré-requisitos básicos das Entidades sem fins lucrativos (ESFL) no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMCA) são:

I – Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; II – Apresentar plano de trabalho compatível com os princípios do ECA; III – Estar regularmente constituída para ministrar a aprendizagem; IV – Ter em seus quadros pessoas idôneas, com reconhecida habilidade profissional para tratar de assuntos relacionados à aprendizagem profissional; (BRASIL, 2013, p. 24).

Se cruzarmos os dados sobre o quadro de profissional requerido pela lei, pelo plano da entidade e a materialidade em que acontece o Programa, podemos elucidar algumas contradições. Eis o que o documento norteador do curso apresenta:

Quadro 5: Quadro de profissionais

Nº. Profissionais	Cargo	Formação
02	Instrutor	Superior em Pedagogia
01	Instrutor	Bacharel em Direito
01	Instrutor	Superior em Enfermagem
02	Instrutor	Superior em Serviço Social
01	Instrutor	Superior em Psicologia
01	Instrutor	Superior em Ciências Econômicas

Fonte: Documento norteador (APMI)

Um dos itens preocupantes, apontados nesta pesquisa, está na formação dos profissionais que atuam na execução do Programa. Em conformidade com a lei está o documento que permeia as atividades do Programa no município, pois a primeira faz referência ao quadro de profissionais que deverão atuar como instrutores e na segunda, percebemos a existência de um documento que faz jus ao que solicita a lei. No entanto, a prática exercida pela entidade disponibiliza apenas de uma orientação pedagógica

(pessoa responsável pelo encaminhamento das atividades e pelos registros nos conselho competentes) e por uma professora com formação em pedagogia, a qual ministra todas as demais aulas. Como afirmaram alguns jovens que concluíram o curso: *“me lembro que era com apostila, com uma professora só, que trabalhava vários módulos”* Fatima (entrevista realizada no dia 06/09/2017). Acrescenta Luiz, na última pergunta da entrevista *“[...] eu acho que precisava de mais profissionais nas outras áreas, mais específico”* (entrevista realizada no dia 08/09/2017). Fatima reprisa em outra pergunta: *“faltou ter mais pessoas envolvidas, não só uma professora”* (entrevista realizada no dia 06/09/2017).

A professora do curso, sabendo da grande área que deve trabalhar para abranger os conteúdos que não fazem parte da sua formação, procura, sempre que possível, trazer acadêmicos para ministrar aulas referentes à sua graduação. Porém, nem sempre se consegue instrutores disponíveis⁴⁵ e, assim, os conteúdos são transmitidos sem propriedade no assunto, o que muito provavelmente justifica as respostas dos jovens em relação aos conteúdos e aos módulos desenvolvidos no Programa.

Dos dez (10) concluintes, apenas quatro (4) conseguiram recordar como funcionavam os módulos, os demais mencionavam conteúdos aleatórios e acabavam dizendo que não lembravam muito bem: *“não lembro, tínhamos ética, matemática...”* (João, entrevista realizada no dia 04/09/2017).

Prosseguindo as análises, os jovens foram questionados sobre os recursos didáticos oferecidos pelo Programa e se estes condiziam com a necessidade exigida para o curso de auxiliar administrativo. Dos jovens entrevistados, todos eles mencionaram algum tipo de recurso didático oferecidos pelo Programa. Dos cinco (5) concluintes, quatro (4) alegaram a relação entre Programa com a prática desenvolvida na empresa, visto que esta sincronia é uma das condicionalidades da lei, como já mencionamos, porém, houve alguns posicionamentos.

A primeira jovem inicia relatando alguns pontos positivos, mas ao término de seu depoimento ela afirma: *“acho que foi muito bom porque eu não tinha noção de nada até antes disso, claro que você aprende na prática, grande parte na prática”* (Maria, 03/09/2017). Acrescenta Felipe, *“[...] mas, ainda faltou algumas coisas que devia ter que se relacionasse com o curso de auxiliar administrativo, talvez alguns recursos midiáticos, alguma coisa assim, nesse sentido”* (entrevista realizada no dia 06/09/2017). Reitera outra jovem:

⁴⁵ O trabalho geralmente acontece com acadêmicos, que em troca de certificação ministram as aulas.

Recursos didáticos era a apostila e os computadores, eu achava que faltou na minha época faltou mais viagem, o pessoal do comércio estar mais inserido com nós, por exemplo, trazer alguém do banco vim fazer uma palestra sobre educação financeira, vamos dizer assim, faltou ter mais pessoas envolvidas, não só uma professora (FATIMA, entrevista realizada no dia 06/09/2017).

Sobre o posicionamento da jovem, gostaríamos de fazer algumas observações: primeiramente, o trabalho como princípio educativo, da importância da aliança entre trabalho e educação. Embora já tenhamos discutido essa questão, retomamos alguns pontos relevantes pra reflexão acerca de uma educação mais humana.

De fato, a afirmação da jovem leva-nos a inferir que, a própria juventude, a partir do concreto realizado, afirma que a prática é um elo fundamental para o processo de ensino aprendizagem. Portanto, esse distanciamento entre teoria e prática é fruto das relações impostas pelo capital.

Neste contexto, trazemos algumas discussões já realizadas no primeiro capítulo com o objetivo de reafirmar os fundamentos do trabalho. Os ideais traçados pelos intelectuais marxistas nos remetem à uma perspectiva de educação que enlace educação e trabalho.

A escola do trabalho fundamenta-se nos estudos das relações do homem com a realidade atual. Neste processo, trata-se de penetrar na realidade e viver nela. Para isso, é necessário estudar, compreender, desvelar essas relações de tal forma que o indivíduo construa sua própria autonomia.

Pistrak (1981), em suas obras, traz inúmeras contribuições acerca de como realizar essa tarefa. O autor discute fundamentalmente que é necessário unir trabalho e educação numa perspectiva emancipatória. Para assimilar determinado conteúdo, primeiramente, este deve emergir da realidade em que sujeito está inserido, segundo, é estudado por diversas maneiras (livro, laboratório, etc), porém, para assimilar o conteúdo é necessário recorrer ao manual, isto é, na prática (PISTRAK, 1981).

Em contrapartida, com o capitalismo esta formação se perde e vai ao encontro com uma formação fragmentada – unilateral. Essa realidade influencia o *lócus* da pesquisa, quando os jovens confirmam que aprendem mais na prática. Dessa forma, a relação essencial entre mestre e aprendiz é interrompida sob as mazelas do capital. Aqui também, uma questão que desvela esta fragmentação é o próprio divórcio entre a escola – o ensino médio – e o trabalho de formação desenvolvido pela APMI, não se estabelece a relação, fragmenta-se ainda mais, à escola cabe os conteúdos científicos e à APMI, a

formação profissional. A única relação existente é a obrigatoriedade do jovem estar frequentando a escola para ingressar no Programa.

Se voltarmos às vozes, percebemos que o jovem concluinte é o único que não conseguiu um emprego, também ressalta a relevância de mais apoio pedagógico: *“se eu tivesse conseguido um trabalho, iria me ajudar, mas acredito que precisaria de outro auxílio, porque só aquele não iria me ajudar”* (Luiz, entrevista realizada no dia 08/09/2017).

Os demais jovens não concluintes, também fizeram observações, visto que 3 (três) deles também trabalharam, porém desistiram, como já destacamos. As considerações desse grupo ficaram nas premissas de que o Programa contribui na formação das atividades profissionais que desenvolveram após a desistência, como afirma João: *“me ajudou bastante até pra hoje me ajuda, tanto profissional quanto pessoal, porque sempre fui bem desorganizado, então me ajudou ter um pouco de organização”* (entrevista realizada no dia 04/09/2017).

Com o objetivo de elucidar a efetivação do Programa no que tange à metodologia desenvolvida pela instituição, percebemos que as respostas dos jovens nos apresentam uma visão boa em relação à metodologia aplicada pela instituição. No entanto, uma jovem nos chama atenção com seu comentário: *“pra nossa época foi excelente, mas assim, vendo pra gente que já tem uma faculdade e já passou por outros trabalhos, vejo assim que foi fraco pra quem não conhece o mercado de trabalho”* (Fatima entrevista realizada em 06/09/2017). Quando as possibilidades de formação se ampliam os jovens percebem que a qualificação do Programa deixa a desejar e, de fato, contribuiu pouco para sua formação.

Dois jovens sugeriram mais visitas nas empresas para que conseguissem conhecer o ambiente prático, visto que, na maioria das vezes, as aulas se resumiam em teoria. De outro lado, um menor mencionou a importância das visitas nas empresas: - *“Gostei. Inclusive das visitas que realizávamos nas empresas, isso ampliou nossa visão em relação ao mercado de trabalho”* (João, entrevista realizada em 04/09/2017).

Quanto à metodologia e aos materiais utilizados pela instituição para execução do Programa, é possível perceber que embora seja utilizado um livro base nas aulas, a instituição não se opõe, nem tampouco exige seguir o livro como único material, evidenciando um aspecto positivo. Como afirma a menor, Ana: *“não lembro da instituição, quanto à metodologia era bem boa, a gente não ficava somente na apostila, a professora trazia coisa de fora”* (entrevista realizada em 04/09/2017).

O livro organizado para o trabalho pedagógico do Programa é caracterizado por conteúdos repetitivos e com atividades exaustivas. Alguns assuntos se tornam maçantes, por serem desenvolvidos no primeiro e no segundo módulo. É o caso da ética no trabalho (conteúdo lembrado pela maioria dos depoentes), trabalho em equipe, informática básica, comportamento e postura no local de trabalho e em entrevistas, hierarquia na empresa e suas condicionalidades ao jovem aprendiz contratado. Sobre o assunto, percebemos que o livro do curso está focado no desenvolvimento de habilidades e no comportamento no trabalho.

Tomamos a apostila do Programa Jovem Aprendiz para nos aproximar dos temas e conteúdos e, a partir de então, tecermos algumas considerações sobre a natureza desta formação oferecida aos jovens. Como pontuamos, o primeiro módulo conta com o português, matemática e informática básica, formação e qualidade pessoal, trabalho e consumo, ética e sexualidade. Para a análise usamos dois temas: “Formação e qualidade pessoal” e “Trabalho e consumo”.

Dentro da formação e qualidade pessoal é possível percebermos um caráter mais conceitual e atitudinal, como por exemplo: quem sou eu? Quem são os outros? Autoestima, consumo. Neste último item citado, a apostila lança a ideia de que o consumismo é culpa unicamente do ser na adolescência, isto é, sem questionar ou evidenciar traços relevantes e vigentes do capitalismo na vida das pessoas. Eis o que diz o material:

[...] o consumismo na adolescência é resultado da *cobrança cultural da sociedade*, da necessidade de ser aceito pelo grupo e do tipo de educação recebida em casa. A família também exerce grande influência no comportamento de seus filhos. Diversos pais compensam sua culpa por serem ausentes com presentes. Outros se equivocam ao tentar dar aos filhos tudo o que não tiveram. Esse comportamento pode colaborar para que o jovem seja ainda mais consumista (APMI, apostila – grifo nosso).

Embora o documento faça menção que o consumismo está relacionado à cobrança cultural da sociedade, não especifica os determinantes que o levam a tal cobrança. Ademais, os conteúdos possuem um caráter não crítico, pois o discurso afirma que existe uma bagagem cultural na qual as pessoas estão inseridas, porém não as apresenta, nem tão pouco sugere um pensamento reflexivo em torno dessa temática. De outro lado, o conteúdo procura culpabilizar os responsáveis por este consumismo.

Não podemos deixar de mencionar, que inserido nos temas citados, a apostila, nos traz ainda, conceitos básicos, dentre eles, cidadania. Vejamos o que o documento relata:

A cidadania não se limita a uma palavra, uma ideia, um discurso, nem está fora da pessoa. Ela começa na relação do homem consigo mesmo para, a partir daí, expandir-se até outro, ampliando-se para o contexto social no qual este homem está inserido. É uma nova forma de ver, ordenar e construir o mundo, tendo como princípios básicos os direitos humanos, a responsabilidade pessoal social na realização do destino coletivo (APMI, apostila).

Os discursos sobre cidadania se intensificam ao longo da apostila, tanto no primeiro como no segundo módulo, porém de forma superficial e com ênfase nos conceitos, embora se exemplifique os direitos e deveres das pessoas, não se prolonga uma discussão acerca desse processo. É possível constatarmos que o conteúdo vinculado ao termo está relacionado apenas, a um princípio orientador da ordem social e não, necessariamente, aos direitos e deveres da comunidade. Ademais, o termo cidadania é complexo e precisa levar o aluno à reflexão crítica, de tal forma que suas atitudes estejam vinculadas em prol dos interesses sociais. Como bem lembra Frigotto & Ciavatta (2003), “Entendemos que, no Brasil, embora, formalmente, todos sejamos cidadãos, há níveis e situações concretas diferenciadas de cidadania de acordo com as classes sociais [...]” (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003, p. 55).

Tonet (2007), também nos lembra da complexidade do conceito de Cidadania, a qual tem a sua base no ato que funda o capitalismo, que é o ato de compra e venda de força de trabalho. Este movimento, entre trabalhador e capitalista, não apresenta um caráter igualitário. Portanto, cidadania é algo limitado e impossível nos dias atuais, pois suas raízes estão na forma eminentemente desigual da sociedade capitalista. Reitera o autor que: “fica claro, deste modo, que cidadania é a forma política de reprodução do capital e que, por isso, jamais poderá expressar a autentica liberdade humana” (TONET, 2007, p. 07).

É importante ressaltarmos que a apostila norteadora do trabalho pedagógico, traz algumas definições relevantes para o processo de entendimento sobre os determinantes que influenciam o trabalho no capitalismo, porém se concentra em repertórios aligeirados e contundentes, sem possíveis contestações. Conforme a passagem a seguir:

A maioria das pessoas associa as palavras trabalho e emprego como se fossem a mesma coisa, não são. Apesar de estarem ligadas, essas palavras possuem significados diferentes. O trabalho é mais antigo

que o emprego, o trabalho existe desde o momento que o homem começou a transformar a natureza e o ambiente ao seu redor, desde o momento que o homem começou a fazer utensílios e ferramentas. Por outro lado, o emprego é algo recente na história da humanidade. O emprego é conceito que surgiu por volta da Revolução Industrial, é uma relação entre homens que vendem sua força de trabalho por algum valor, alguma remuneração, e homens que compram essa força de trabalho pagando algo em troca, algo como um salário (APMI, apostila).

Como pontuamos, a retrospectiva acerca do termo trabalho é, evidentemente, importantíssimo para a compreensão do trabalho e do emprego na atual sociedade capitalista, porém uma expressão superficial em torno dessa temática se torna irrelevante para o aluno e/ou trabalhador. Percebamos que é mencionada a venda de nossa força de trabalho, porém não é sugerida a ideia de que esta é uma forma de superexploração do capitalista sobre o trabalhador, mas sugere-se que trata de uma relação justa entre aquele que vende e aquele que compra a força de trabalho.

Portanto, os conteúdos visam acomodar o jovem à necessária disciplina e organização requerida pelo capitalismo, fato perceptível após a discussão sobre trabalho e emprego. A apostila traz padrões de organização no trabalho (5s)⁴⁶, formas de comportamento no trabalho, desafios de conversas para entrevistas entre outros padrões preestabelecidos pelo capitalismo, como forma de disciplina e ordem.

Trabalhar com aquilo que gostamos eleva a nossa autoestima, fortalece a autonomia e nos torna pessoas mais dignas. Sentimos que somos úteis, geradores de valores, responsáveis pelo cumprimento de deveres. Quando desempenhamos um trabalho adquirimos mais disciplina, inteligência, iniciativa e criatividade (APMI, apostila).

Nesse sentido Pistrak (1981), em “Fundamento da Escola do Trabalho”, afirmou que,

O objetivo fundamental da escola é, portanto, estudar a realidade atual, penetrá-la, viver nela. Isto não quer dizer, certamente que a escola não deva estudar as ruínas do passado: não, deve estudá-las e assim será feito, mas com a compreensão de que são apenas ruínas do passado e de que seu estudo deve ser iluminado à luz da realidade atual no sentido já indicado acima, à luz da luta travada contra o passado e da transformação da vida que deve levar à sua liquidação (PISTRAK, 1981, p. 34).

⁴⁶ Os 5s é um conjunto de técnicas desenvolvidas no Japão e utilizadas inicialmente pelas donas-de-casa japonesas para envolver todos os membros da família na administração do lar.

De acordo com a citação, os conteúdos trabalhados na escola precisam, necessariamente, estar vinculados à realidade do aluno, de forma que ele compreenda a natureza das lutas travadas pela humanidade, “é preciso estudar os fenômenos em suas relações, sua ação e dinâmica recíprocas, é preciso demonstrar que os fenômenos que estão acontecendo na realidade atual são simplesmente partes de um processo inerente ao desenvolvimento histórico” (PISTRAK, 1981, p. 36), portanto, não somente estudar a realidade, mas é preciso deixar-se impregnar por ela e a transformar. Daí o posicionamento de Pistrak (1981) em relação à formação do jovem enquanto sujeito de uma sociedade justa e igualitária.

Partindo deste pressuposto, Sanfelice (2013), afirma:

Continuo acreditando que um bom espaço de lutas, mas não exclusivo, para as juventudes, é o campo escolar, pois cada vez mais jovens, de diferentes juventudes, passam mais tempo e anos dentro dos espaços escolares, até por força de lei. Ali se deve travar a batalha pelo acesso ao conhecimento qualificado e não somente submetem-se ao desenvolvimento de competências e habilidades, como vem sendo imposto (p. 86).

Os temas mencionados são trabalhados no primeiro módulo, mas se tornam componentes presentes também, no segundo módulo, porém de forma mais simplificada, visto que primeiro módulo procura trabalhar a formação pessoal e o segundo, a formação profissional.

Além das técnicas de arquivo e protocolo serem trabalhadas no segundo módulo, a apostila dá ênfase ao trabalho em equipe e a ideia de subordinação hierárquica: “*a hierarquia define quem decide dentro as organizações*”, o documento acrescenta: “*a função dos operários é trabalhar, produzir trabalho. Cabe ainda ao trabalhador “tenha respeito a hierarquia informal, valorizada pelo grupo de colegas, entenda quem manda na empresa”*” (APMI, apostila). A visão disciplinadora da apostila nos leva a inferir que há uma contradição explícita, se o trabalhador deve obedecer o chefe, como será o trabalho em equipe?

Ainda no livro que norteia o trabalho pedagógico do Programa, há evidências de noções essenciais sobre a importância da consciência ambiental, fatores que impactam o momento atual, os desafios desta geração, o aquecimento global, a poluição, poluentes, reciclagem, desmatamento e outras formas de causa e prevenção que se tornam relevantes na formação do jovem. Todavia, esses conteúdos não questionam a ordem social, e chamam a atenção para a responsabilidade de todos em relação ao meio

ambiente (causas e consequências), mas sem atentar que as principais causas destes problemas estão na organização social capitalista.

No livro é possível perceber conteúdos relacionados à saúde e à segurança no trabalho, bem como à qualidade de vida (dicas para uma boa alimentação, fontes de estresse, prevenção de doenças, entre outras).

Outros temas, vinculados aos direitos trabalhistas e previdenciários fazem parte dos conteúdos do curso, como a jovem muito bem lembrou: “*saber coisas que a gente não sabia, como FGTS, direitos do trabalhador, o Programa dá um rumo pra quem nunca trabalhou, eu não sabia das coisas*” (Ana, entrevista realizada no dia 04/09/2017). O comentário da jovem nos possibilita inferirmos que, embora a formação esteja vinculada aos ideais do capitalismo, falar sobre o assunto, se torna algo positivo na formação desses jovens.

Os conteúdos, que compõem a grade curricular do Programa, confirmam os fundamentos da pedagogia das competências. Sobre o princípio orientador das políticas públicas de educação profissional, Souza & Pereira (2008) afirmam que:

De fato, nesse modelo de regulação que se vai configurando, os trabalhadores são envolvidos em uma nova forma de organização laboral que inclui participação na gestão da produção, trabalho em equipe e um maior envolvimento nas estratégias de competição da empresa, sem que tenham necessariamente, uma compensação salarial. São processos que demandam raciocínio lógico, aptidão para aprender novas qualificações, conhecimento técnico geral, responsabilidade como processo de produção, iniciativa para resolução de problemas e capacidade de decisão rápida requerida pelas tecnologias emergentes. O impacto dessas mudanças, com a exigência de um profissional eclético e multidisciplinar trouxe reflexos de grande dimensão no campo educacional, visto ser esse o espaço em que são preparados os recursos humanos responsáveis pela operação dos novos processos de trabalho (p. 78).

A educação profissional oferecida aos filhos da classe trabalhadora procura atender aos anseios do capital, daí o porquê da sua formação estar estritamente vinculada à atividades repetitivas, à ênfase nos processos técnicos do trabalho, à subordinação hierárquica e de adaptação às formas de produção.

A educação institucionalizada das sociedades capitalistas se tornou um poderoso instrumento de formação das suas juventudes. Forma-se, molda-se o cidadão para o trabalho e para o consumo. Forma-se e molda-se o cidadão para a alienação no trabalho e para a passividade conformada nas estruturas da sociedade (SANFELICE, 2013, p.70).

Ao capitalismo interessa formar para o trabalho simples, por isso das políticas públicas de caráter assistencialista que forma para o trabalho simples, jovens que ocuparão postos de trabalho precarizados, sem necessidade de uma qualificação complexa.

3.6 Programa, empresa e escola: como acontece esta relação?

A relação entre o Programa e a empresa devem, necessariamente, estar em sincronia conforme a Lei de aprendizagem nº 10.097/2000:

Art. 6º Entendem-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A formação técnico-profissional metódica de que trata o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas no art. 8º deste Decreto.

Art. 7º A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios: I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental; II - horário especial para o exercício das atividades; e III - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (BRASIL, 2005).

Dos jovens concluintes, apenas dois (2) confirmaram que o Programa proporcionou conhecimento necessário para o trabalho na empresa, conforme segue: *“na questão da parte administrativa foi tudo, grande parte, a base foi no programa, questão de almoxarifado que era bastante que fazia a gente vai aprendendo”* (Maria, entrevista realizada no dia 03/09/2017). Acrescenta Felipe, *“sim, muito. Formas de postura, ética, moral, comportamento, tanto formas de se vestir, de tratar as pessoas, oratória, tudo ajudou muito”* (entrevista realizada no dia 06/09/2017). As vozes dos jovens leva-nos a inferir que o curso, em geral, procura “ensinar” comportamentos, habilidades e competências. Os demais concluintes afirmam que o Programa ajudou em partes, *“um pouco, muitas coisas tive que aprender sozinha, mas para o curso me ajudou muito”* (Fatima, entrevista realizada no dia (06/09/2017). Reitera um dos jovens *“um pouco o curso ajudou, bem pouco”* (Rogério, entrevista realizada no dia 09/09/2017). O jovem concluinte, que não conseguiu emprego, não respondeu essa questão.

De fato, a materialização do Programa, no que tange a parte teórica em consonância com a prática, não têm exercido um referencial positivo, uma vez que os

jovens deixam explícito que a teoria não ofereceu o conhecimento necessário para a execução das atividades no trabalho, como afirma a jovem Celina: *“consegui emprego no início do Programa, mas fiquei pouco e desisti. O pouco que fiquei no Programa não tinha muito haver não com o que eu fazia na empresa”* (entrevista realizada no dia 06/09/2017). Pfaffenselle (2014), em seu estudo sobre o Programa, faz considerações acerca da dicotomia entre a formação propiciada pela instituição e às funções exercidas pelo menor, na empresa.

Este ponto é bastante importante, na Lei do Aprendiz e no contrato de trabalho é previsto a articulação entre a teoria e a prática. No entanto, a realidade nos mostra que o Programa desenvolveu conteúdos independentes do jovem estar no início, no meio ou no final do curso, visto que os mesmos foram sendo inseridos gradativamente e conforme a solicitação empresarial local. Percebemos, portanto, que a teoria e a prática não foram articuladas e não seguiram formas de itinerários formativos, portanto, a materialidade do Programa não cumpriu com a legislação, nem tampouco buscou uma formação humana.

Os depoimentos dos jovens nos revelam que a prática está relacionada ao pragmatismo (valorização da prática – utilidade imediata), visto que alguns jovens relatam que a experiência lhe proporcionou o aprendizado, em contraposição está o posicionamento pelo qual prezamos – a práxis (relação entre teoria e prática), implica um processo formativo e amplo, em que a prática-teoria-prática-teoria se entrelaçam num processo formativo que exige disciplina, tempo e metodologias adequadas, características divergentes e ausentes no processo de educação profissional a que a pesquisa está endereçada.

Eis alguns depoimentos dos jovens que nos levam a reafirmar o divórcio entre teoria e prática no processo ensino aprendizagem, por meio da formação profissional desvinculada da formação integrada do jovem.

Dos jovens concluintes, um (1) afirmou não se lembrar da existência da relação entre escola, Programa e trabalho: *“que eu lembro, não tinha nenhuma relação”* (Luiz, entrevista realizada no dia 08/09/2017). Dois (2) dos depoentes não lembravam e os demais jovens afirmaram haver uma relação, porém as vozes nos revelam que a relação existente entre as instituições são unicamente voltadas a disciplina e ordem.

Acho que só a empresa e o programa, a escola só indicou, mas não tinha outra intervenção. A empresa e o programa, a gente aprendia as coisas básicas pra aplicar na empresa, tinha uma avaliação dizendo

como nós estávamos no trabalho entregue pra coordenação do programa (MARIANA, entrevista realizada no dia 07/09/2017).

Maria acrescenta:

A empresa com o programa tem, porque a gente que obrigatoriamente participar das aulas, aquele processo que tem que é do menor aprendiz mesmo que gente que participar, questão da escola no ensino mesmo não falavam muito do programa mesmo na verdade, mas não podia faltar no programa, não podia ter notas baixas no colégio, porque eles diziam que podia estar prejudicando o trabalho, conciliar com o estudo, nessa relação, mas eu não tive problema de conciliar, consegui conciliar tudo (MARIA, entrevista realizada no dia 03/09/2017).

Embora, a jovem tenha mencionado as faltas e as notas como condicionalidades para a permanência no curso e na empresa, esse fator não está exposto na Lei de Aprendizagem. De acordo com a Lei nº 10.097/00, o menor deve frequentar a escola e apresentar 75% de presença (Brasil, 2000), porém não faz menção ao desempenho do aluno. O elo entre empresa, escola e Programa se dá por meio de um acompanhamento pedagógico, garantido pela instituição que executa o Programa. Este, por sua vez, faz justamente o papel de comprovar a assiduidade do jovem no ensino regular e no curso. A avaliação desenvolvida para comprovar o desempenho do jovem na empresa segue um rigor mais considerável. Após o preenchimento da ficha com o supervisor correspondente a cada aprendiz, é realizada uma reunião com pais para dar o feedback ao menor contratado e aos seus responsáveis, buscando, através disso, melhorar o desempenho do menor na empresa.

Ainda, segundo dois entrevistados, a única ponte entre a escola e o Programa seria a seleção que a escola faz antes de encaminhar estes alunos para as entrevistas e posteriormente, a frequentar o curso. Fato evidente no relato:

Pelo que eu lembro, que eu entendi que foi me colocado, foi que a escola, às vezes, procurava os alunos que tinham maior nota dentro da escola, daí direcionavam para o Programa. Daí no programa era destinado para o trabalho e pra mim ir lá na empresa, aí lembro que a diretora da escola foi até na empresa dizer que eu não podia faltar aula, aí ele disse que seria só meio período que eu não faltaria na aula. Lembro do apoio da escola, só isso mesmo (CELINA, entrevista realizada no dia 06/09/2017 Grifo nosso).

Portanto, antes mesmo de tentar uma vaga no mercado de trabalho, o jovem passa por uma seleção. Como se sente aquele jovem que não foi convidado a fazer parte das entrevistas? Seria mesmo, uma forma de inseri-los no mercado de trabalho?

O Programa está aberto para a comunidade que se encaixa no recorte etário (14 a 24 anos) em turmas de no máximo trinta (30) alunos. Caso haja vagas, o jovem pode participar do curso e esperar uma oportunidade de emprego. De acordo com a legislação:

O empregador dispõe de total liberdade para selecionar o aprendiz, desde que observado o princípio constitucional da igualdade e a vedação a qualquer tipo de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, bem como a observância aos dispositivos legais pertinentes à aprendizagem e a prioridade conferida aos adolescentes na faixa etária entre 14 e 18 anos, além das diretrizes próprias e as especificidades de cada programa de aprendizagem profissional (BRASIL, 2013, p 16).

A seleção dos empregadores (empresa privada) é mencionada em lei, o que se tornaria legal. No entanto, os jovens relatam que antes mesmo de serem encaminhados para entrevista, a direção/coordenação da escola selecionava os alunos por melhor desempenho; ou seja, havia uma pré seleção, o que se tornaria algo desigual e excludente.

3.7 O Programa Jovem Aprendiz na avaliação dos jovens

Para a apreensão do objeto de estudo e suas mediações no sistema societário atual é necessário compreendermos sua totalidade. Voltamo-nos às relações sociais do trabalho, tendo como fio condutor as relações construídas e determinadas historicamente pela exploração de uma classe sobre a outra. Buscamos, nas falas dos jovens, apreender as contradições e mediações que essa relação tem proporcionado a estes sujeitos.

Para tanto, este item tem por objetivo apresentar como os jovens entrevistados avaliam o Programa. Dentre as contribuições, os jovens destacam: procuram o Programa para conseguirem o primeiro emprego, para adquirir experiência, comportamento desejado em entrevistas e no próprio trabalho. Entre as limitações: cansaço em conciliar o Programa, a escola e o trabalho, abandono do curso para trabalhar informalmente e dificuldade de se deslocar até a cidade. Conforme segue as falas e os comentários:

Jovem Maria:

Na verdade, quando comecei o programa, logo depois, já comecei a trabalhar e fiquei os dois anos do contrato e já deu mais dois anos até hoje, quatro anos! Minha função lá, hoje, é na parte de projeto, mas fui efetivada como auxiliar administrativo e atuo na parte de projetos. Terminei minha faculdade de arquitetura no final de 2018 (MARIA, entrevista realizada no dia 03/09/2017).

Maria, jovem de 20 anos, residente no interior do município de Santa Izabel do Oeste/PR, vive com seus pais. Seu interesse surgiu depois de ter ouvido o anúncio na rádio da cidade. Com o intuito de ingressar no mercado de trabalho, Maria procurou a APMI e iniciou o Programa na tentativa de conseguir seu primeiro emprego. Com o curso em andamento, Maria participou de uma entrevista numa empresa de materiais de construção, onde foi selecionada e permaneceu os dois anos de contrato, auxiliando a arquiteta da empresa. A afinidade da jovem no auxílio dos projetos arquitetônicos fez, com que a mesma, ingressasse no Ensino Superior, na área de arquitetura. Hoje, permanece na mesma empresa e está cursando seu último ano de faculdade.

Jovem Ana:

Logo de início achei que iria conseguir emprego, mas não é bem assim, tem que caminhar, pois comecei o primeiro módulo e não cheguei a concluir o segundo parei porque comecei a cuidar de uma criança como babá (ANA, entrevista realizada no dia 04/09/2017).

Ana tem 20 anos, reside num bairro da cidade com seus pais e um irmão mais novo. Ao saber da existência do curso, via coordenação do Programa, Ana fez sua inscrição e iniciou o curso com o objetivo de conseguir um emprego, porém, suas expectativas não foram alcançadas e, no segundo módulo, ela desistiu para trabalhar informalmente como cuidadora de uma criança. Ana relata que sua experiência no Programa lhe rendeu conhecimentos relacionados aos direitos previdenciários do trabalhador. Hoje, cursa Fisioterapia, em uma Universidade privada, onde conseguiu bolsa parcial e subsidia o restante com o salário que recebe como auxiliar de escritório de uma empresa na área de agrotécnica.

Jovem João:

Eu consegui um emprego bom, na época, pra mim era bom aquilo, que eu nunca tinha trabalhado em outra área, então pra mim foi bem

bacana, eu fiquei quase um ano na empresa como office-boy e só sai porque assumi uma bolsa na faculdade e eu tinha outro trabalho concomitante ao da empresa, aí optei em ficar com as bolsas e com o outro trabalho que não era com carteira assinada, mas dava pra conciliar com a condição de bolsista (JOÃO, entrevista realizada no dia 04/09/2017).

João iniciou o Programa aos 17 anos com a intenção do primeiro emprego e de uma formação profissional. Hoje, com 22 anos de idade, está terminando a faculdade que havia trancado por motivos pessoais. Atua como professor da rede pública de ensino. Mora no município, com um amigo. Sua participação no Programa foi bem limitada, em virtude de conciliar o curso aos sábados e morar no interior da cidade. Mesmo com essa limitação, João conseguiu emprego numa instituição privada, mas optou por desistir do Programa e do seu emprego para assumir a bolsa de estudo.

Jovem Fatima:

Eu não continuo na mesma empresa, mas oportunidade nunca me faltou, por mais que eu fiquei um tempo assim, sempre me surgia uma oportunidade em virtude do que eu já tinha, o pessoal olhava, e quando conversava comigo via que eu tinha um diferencial dos meus concorrentes (FATIMA, entrevista realizada no dia 06/09/2017).

Fatima tem 20 anos, mora com seus pais e uma irmã mais nova. Iniciou o Programa aos 16 anos de idade, conseguiu emprego numa empresa privada, onde trabalhou os dois anos de contrato. Foi uma dos cinco (5) jovens que concluíram o curso. Fatima alega, que ao término do contrato, não permaneceu na empresa. Em 2018, a jovem termina o curso em Ciências Contábeis, curso este, subsidiado por ela com os recursos que recebe como funcionária de uma cooperativa do município.

Jovem Felipe:

Eu esperava que eu fosse entrar e já consegui um emprego que era o que eu tanto queria, mas eu vi que as coisas não são tão fáceis, só depois que eu terminei o curso que consegui um emprego, fiz o processo seletivo da prefeitura e passei aí entrei trabalhar numa escola, onde estou até hoje, mas na condição de estagiário por estar fazendo faculdade (FELIPE, entrevista realizada no dia 06/09/2017).

Felipe tem 20 anos, mora sozinho e atua como estagiário na rede pública de ensino, cursa Geografia numa instituição pública. O jovem iniciou o Programa com o objetivo de conseguir um emprego, mas, somente depois foi inserido como aprendiz por

meio do processo seletivo da prefeitura. Felipe afirma que os dois anos de curso contribuiu significativamente tanto em sua vida pessoal como profissional, ampliou seus conhecimentos em relação à postura, ética, sigilo, organização e administração. Felipe terminou a entrevista indicando o Programa para outros jovens que batalham pela conquista do primeiro emprego e que gostariam de uma formação profissional (FELIPE, entrevista realizada no dia 06/09/2017).

Jovem Celina:

Conseguí emprego no início do Programa, mas fiquei pouco e desisti. O pouco que fiquei no Programa não tinha muito haver não com o que eu fazia na empresa Esperava que ele pudesse me trazer um maior conhecimento e também direcionar pra uma área de trabalho, que até então eu não tinha, esperava como produto final – um emprego (CELINA, entrevista realizada no dia 06/09/2017).

Celina ingressou no Programa aos 17 anos de idade com o objetivo de conseguir um emprego, logo de início, foi contratada por uma instituição privada. No entanto, não ficou por muito tempo em virtude dos muitos afazeres que delegavam à ela, por esse motivo, acabou desistindo do Programa. Hoje, com 22 anos, graduada em História e cursando especialização na área de educação, afirma que seus propósitos estão em cursar mestrado. Trabalha como professora numa escola particular do município que oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental. Sobre o Programa, Celina alega que, durante o período de frequência, ela sentiu muito cansaço e dificuldade para conciliar trabalho, escola (cursava o magistério) e o Programa.

Jovem Luiz:

Eu preferia trabalhar né, mas aí não deu muito certo. Fiz os dois anos de curso, daí sei lá, deve ser alguma coisa contra mim que os cara tem, mas não deu, não foi dessa vez que consegui emprego. Cheguei a ir pra uma entrevista, mas não me escolheram (LUIZ, entrevista realizada no dia 08/09/2017).

Luiz tem 20 anos, mora com seus pais e a irmã mais nova, num bairro da cidade. O jovem foi o único a concluir o curso sem ter sido inserido no mercado de trabalho. Como vemos na fala de Luiz, durante o curso, ele participou de uma entrevista, mas não foi selecionado. O jovem alega ainda, que trabalhou como garçom sem registro na carteira de trabalho, além de exercer outras atividades remuneradas para ajudar no

sustento da família. Luiz, hoje, trabalha numa empresa de artefatos de concreto para construção civil e não deu continuidade aos seus estudos.

Jovem Cristina:

Eu acho que o Programa ajudou, porque eu estava lá dentro do projeto pra poder conhecer as empresas que precisavam, eu acho foi bem útil. Eu parei de fazer o curso porque fui trabalhar numa loja que precisava trabalhar no sábado, depois a empresa acabou fechando (CRISTINA, entrevista realizada no dia 08/09/2017).

Cristina tem 21 anos e, como os demais jovens procuraram o Programa na tentativa do primeiro emprego, fato que não aconteceu, o que levou a jovem procurar trabalho numa loja sem registro na carteira de trabalho. A jovem alega que uma de suas maiores dificuldades foi se deslocar do espaço rural para a cidade aos sábados, mas que os poucos meses que frequentou contribuiu na sua formação. Está finalizando o curso de Ciências Contábeis, mora com seus pais e trabalha numa empresa de materiais de construção.

Jovem Rogério:

Na verdade ele ajudou na questão do trabalho, sempre conversamos sobre o trabalho, na questão de se portar, lembro bastante da palavra ética, que era sempre bastante visada no curso que isso tive no meu serviço, tanto é que meu chefe nunca falava mal de mim no trabalho, no caso a questão de ética e isso acho que aprendi bastante no curso, isso sempre foi explicado (ROGÉRIO, entrevista realizada no dia 09/09/2017).

Rogério, jovem de 19 anos, concluinte do curso, afirma ter procurado o Programa para conseguir o primeiro emprego (empresa privada), porém ele conseguiu seu objetivo nos últimos meses. Hoje, estudante de Fisioterapia pela Universidade Pública, não mora em Santa Izabel e, no momento, só estuda. Rogério alega que o Programa proporcionou sua inserção no mercado laboral e auxiliou como forma de ser conhecido pela comunidade empresarial do município.

Jovem Mariana:

Primeiro nunca achei que iria trabalhar, aí eu trabalhei seis meses e depois sai porque havia conseguido bolsa na Universidade, onde

estudo matemática, hoje não trabalho, só estudo e recebo uma bolsa (MARIANA, entrevista realizada no dia 07/09/2017).

Mariana tem 19 anos, cursa matemática como bolsista de uma Universidade Pública. Frequentou o Programa Jovem Aprendiz, foi inserida no mercado de trabalho (empresa privada), porém, interrompeu seu contrato em virtude do ingresso na Universidade. Durante o Programa, alega que não sentiu dificuldade nos conteúdos desenvolvidos, somente o cansaço de conciliar trabalho, escola e o curso aos sábados.

A categoria trabalho aparece nos relatos dos jovens como determinante na trajetória da iniciação profissional, sendo ponto de partida e de chegada dos entrevistados. Para os jovens, o Programa é visto como forma de conquista do primeiro emprego e a porta de entrada para a carreira profissional.

As considerações iniciais nos aproxima dos reais interesses dos jovens em ingressar no mercado de trabalho, no entanto, é possível constatar alguns limites que o fizeram desistir do curso, como por exemplo, o deslocamento do interior para a cidade, a incompatibilidade de funções na empresa em que atuavam, o cansaço e a não contratação. De outro lado, constatamos que a maioria dos jovens ingressaram no Ensino Superior, sendo dois deles na área da administração, indicando uma contribuição importante do Programa na vida dos jovens.

Buscando nos aprofundar sobre a avaliação destes jovens em relação ao Programa, perguntamos sobre a contribuição e os limites do Programa na vida pessoal e profissional. De cinco (5) jovens que concluíram o Programa, três (3) afirmaram que os conteúdos trabalhados irão auxiliá-los na vida pessoal e profissional. A jovem comenta: *“com certeza, porque hoje estou fazendo faculdade na área em que trabalho (Maria, entrevista realizada no dia 03/09/2017).* Vale salientar, que a jovem demonstrou gratidão pelo Programa, primeiro pela oportunidade de trabalho e segundo, por descobrir o rumo a seguir, profissionalmente. Acrescenta Felipe: *“nossa muito, 100%. Formas de administração da gente mesmo, como a gente vai preparar nossa vida, administrar nosso dinheiro, isso já conta bastante” (entrevista realizada no dia 06/09/2017).*

A jovem Maria, no entanto, não tem o mesmo sentimento em relação ao Programa, embora aponte o curso como sendo a alavanca para a vida profissional, o mesmo deixou a desejar:

Pessoal, conhecimento que eu não tinha, embora não foi o que eu almejava, foi o que me alavancou e profissional por me dar o primeiro emprego, pois o pessoal aqui da região quer experiência,

quer uma pessoa desenvolvida, mas não querem te dar oportunidade e pra mim mostrar que o que eu queria era bem diferente do que eu estava fazendo (FÁTIMA, entrevista realizada no dia 06/09/2017).

O jovem a seguir, fala sobre as contribuições e limitações do Programa. No primeiro momento, alega a não contribuição do Programa, em seguida, atribui alguns pontos positivos apreendidos no decorrer do curso, como os valores éticos,

Pessoal acho que não, mas acho que a questão da ética sim, exemplo você não pode levar pra trabalho os problemas de casa, tanto é que no trabalho quando você está bem estressado você pensa: a ta estou no meu serviço não posso ficar de tal jeito porque estou no meu serviço e tenho que me portar de uma maneira diferente. Pra vida acho que não, na verdade, pouco (ROGÉRIO, entrevista realizada no dia 09/09/2017).

E por fim, Luiz o jovem que concluiu o Programa, mas o único que não conseguiu emprego, afirma sua opinião acerca da contribuição e dos limites do Programa:

Acho que não. Bom, talvez um pouco de valores e ética pra vida pessoal, pois desde casa a gente aprende aí depois do curso levei um pouco mais a sério, mas profissional nada, porque nem trabalho como auxiliar administrativo, trabalho totalmente diferente (LUIZ, entrevista realizada no dia 08/09/2017).

Os demais jovens entrevistados e, portanto, os não concluintes do Programa, que representaram cinco (5) jovens, todos confirmaram a contribuição do Programa, conforme Celina afirma: “[...] eu tinha contato com várias pessoas, conversar melhor e, nessa parte sempre fui bastante tímida em falar em público [...]” (entrevista realizada no dia 06/09/2017). Outro jovem acrescenta: “acredito que sim, porque eu consegui um emprego bom, na época pra mim era bom aquilo, que eu nunca tinha trabalhado em outra área, então pra mim foi bem bacana.” (JOÃO, entrevista realizada no dia 04/09/2017). Celina reitera: “sempre ajuda. No pessoal, como ser sigiloso, a ética no caso e isso dá pra aplicar também ao profissional” (CELINA, entrevista realizada no dia 06/09/2017).

Ana também confirma, porém sem afirmar a contribuição nos trabalhos futuros: “contribuiu na vida pessoal, ampliou meus conhecimentos sobre os direitos, aí eu só trabalhei uma vez, aí não sei se irá me auxiliar mais pra frente” (ANA, entrevista realizada no dia 04/09/2017).

Dos jovens entrevistados, 90% afirmaram que o Programa possibilitou ampliar suas possibilidades de emprego, atribuindo o quesito experiência como sendo um dos fatores que mais colaborou na caminhada profissional. Este dado leva-nos a inferir que as contradições geradas pelo desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista, leva a classe trabalhadora, em especial o jovem, a se aceitar outras formas de trabalho, como neste caso, na informalidade.

Vejamos, a primeira resposta da jovem sobre as dificuldades que enfrentou durante o Programa:

Logo de início achei que iria conseguir emprego, mas não é bem assim, tem que caminhar, pois comecei o primeiro módulo e não cheguei a concluir o segundo parei porque comecei a cuidar de uma criança como babá (ANA, entrevista realizada no dia 04/09/2017).

Quando perguntada sobre a contribuição do Programa, eis a resposta:

O programa ajudou, porque de início a digamos a gente era inocente no trabalho, se alguém quisesse passar a perna, passava, mas depois do curso você sabe quais são seus direitos, ajuda bastante, a gente fica mais informado (ANA, entrevista realizada no dia 04/09/2017).

Nos discursos da jovem é possível perceber que, a mesma, abandonou o Programa para trabalhar informalmente. Na sequência, ela afirma que o Programa auxiliou na sua formação, no entanto, ela não concluiu o curso. De outro lado, verificamos que a jovem alega que o Programa ajudou a ter bases sobre os direitos previdenciários, para que não a enganassem. Mas, a própria relação material em que a jovem foi exposta, a obrigou aceitar trabalho informal, o qual muitos trabalhadores se sujeitam a jornadas incansáveis diárias, em locais precários e sem amparo legal.

Os jovens pontuam algumas contribuições que permeiam a oportunidade do primeiro emprego, conhecimentos previdenciários, a aproximação com as empresas contratantes e principalmente a experiência.

No entanto, um apontamento sobre as funções exercidas na empresa nos chamou a atenção:

[...] meu cargo seria destinado a auxiliar de escritório, seria auxiliar no que fosse preciso na empresa e no decorrer desse emprego acabaram me destinando para outras funções que não eram condizentes com o início, aí eu tinha que cobrar conta, muitas vezes na chuva de um lado a outro da cidade e às vezes me colocavam no caixa, uma função de responsabilidade maior, então eu acho que foi

um ponto negativo, porque às vezes o menor aprendiz entra com uma vontade de querer aprender e às vezes tem se submeter a várias outras experiências que não caberia a ele, aí eu foi assim, numa dessas cobranças eu não tinha tanta experiência e o patrão exigia agilidade e eu não dava conta, aí ele me chamou pra conversar e disse que eu não estava conseguindo fazer as coisas, aí eu disse que aquele não era minha função e que eu não tinha muita experiência, aí decidi que não dava mais e sai da empresa e desisti do curso e comecei a trabalhar em outra instituição como auxiliar e estou lá até hoje (CELINA, entrevista realizada no dia 06/09/2017).

A fala da jovem nos remete às reflexões de Frigotto (2005) sobre a flexibilização. O cenário neoliberal tem um peso significativo na atualidade, as estratégias de desregulamentação e flexibilização das leis do trabalho explicitam uma forma viável do capital exercer sua exploração sobre o trabalhador.

Particularmente, tenho presenciado inúmeras reclamações vindas das funções delegadas aos jovens, os quais queixam-se por desenvolverem atividades não relacionadas ao que a empresa se propôs a contratá-lo, nem tampouco, ao que a lei apresenta. De acordo com o manual de aprendizagem: “designação da função e curso no qual o aprendiz estiver matriculado” (ver questão nº 33 sobre o arco ocupacional)⁴⁷ (BRASIL, 2013, p. 27);

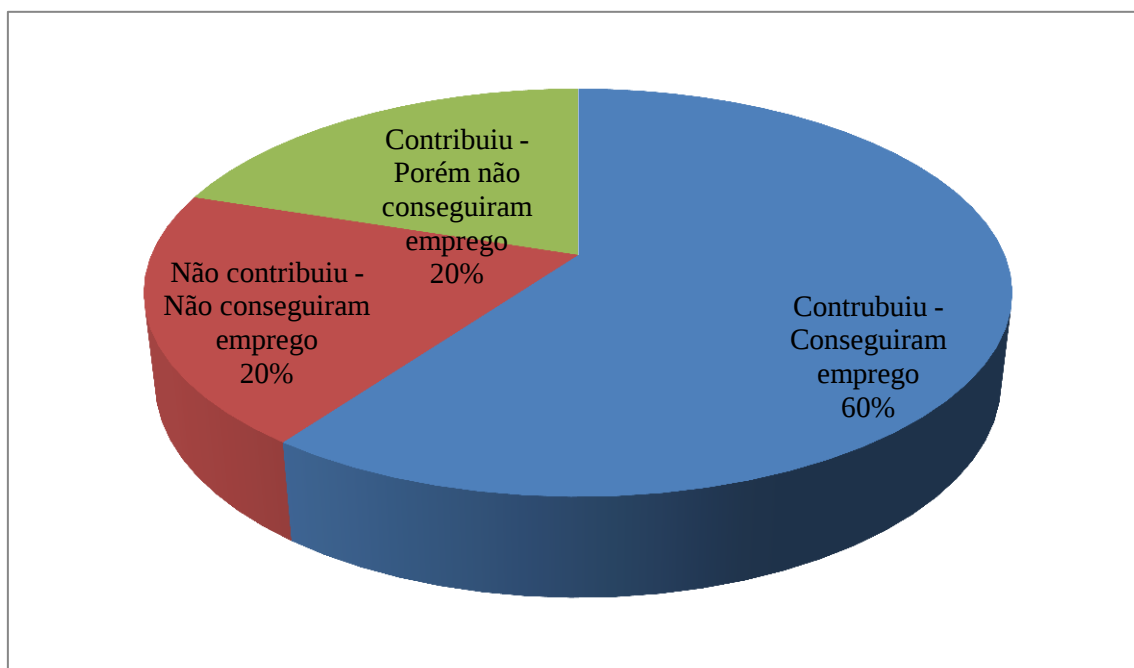
Desse modo, o arco ocupacional que abrange o curso em Auxiliar administrativo engloba as seguintes ocupações: Arquivista/arquivador, Almoxarife, Auxiliar de Escritório/Administrativo e Contínuo/Office-boy/Office-girl, ou seja, funções relacionadas à parte administrativa da empresa. Algumas funções se tornam incoerente à própria legislação e ao jovem, que se sente incapaz de realizar algumas atividades que não fazem parte da sua empreitada como Jovem Aprendiz.

Não podemos deixar de mencionar a contribuição importantíssima da autora Pfaffenselle (2014), quando faz considerações acerca da dicotomia entre a formação propiciada pela instituição e às funções exercidas pelo menor na empresa, fato conclusivo em sua dissertação de mestrado.

Na sequência, os dados sobre a efetivação e contribuição do Programa.

⁴⁷ O Arco Ocupacional é o agrupamento de ocupações relacionadas, que possuem base técnica próxima e características complementares. Cada um dos Arcos pode abranger as esferas da produção e da circulação (indústria, comércio, prestação de serviços), garantindo assim uma formação mais ampla, de forma a aumentar as possibilidades de inserção ocupacional do adolescente e/ou jovem trabalhador, seja como assalariado, auto emprego ou economia solidária (BRASIL, 2011, p. 63).

Gráfico 11: Contribuição do Programa



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Dos depoentes é possível verificar que, 80% dos jovens, afirmam que o Programa contribuiu para sua formação, seja ela, pessoal ou profissional. Destes, quatro (4) concluintes e quatro (4) desistentes. Vale destacar que dos 20% que alegaram não ter contribuído foram os jovens que não conseguiram emprego via Programa, sendo um (1) concluinte e um desistente, ou seja, a vida material leva à opinião de cada depoente.

O resultado nos possibilita dizer que, de certa forma, o Programa atingiu um nível significativo de contribuição e, portanto, cooperou na formação dos jovens izabelenses. Porém, como pontuamos há lacunas e contradições que acontecem na materialidade e que precisam ser melhor pensadas para que ocorra uma educação profissional preocupada com nossa juventude.

Sobre a dificuldade dos jovens na conquista pelo primeiro emprego na contemporaneidade. Nas falas dos jovens é possível constatar, explicitamente, que o principal agravante na conquista pelo primeiro emprego está na falta de experiência. Pochmann (2000) afirma que o mercado de trabalho tem-se mostrado cada vez mais competitivo e com um excedente de mão de obra a todos os seres humanos, não sendo diferente com os jovens, os quais enfrentam um cenário mais excludente, por diferentes razões, dentre elas, a mais cobrada: a inexperiência. Os jovens não conseguem emprego porque não tem experiência. Mas como podem ter experiência se não lhes dão emprego?

A afirmativa seguida da pergunta é visualizada pelos próprios jovens, diz João: “*acredito que a experiência é o que mais falta para o jovem, porque todos pedem experiência e como você vai ter experiência se nunca trabalhou na vida*”? (entrevista realizada no dia 04/09/2017).

A condição do jovem na atualidade tem sido esta, sentem-se engessados e impossibilitados de agirem quando o assunto é o mercado de trabalho.

Os jovens, também pontuam, a falta de vontade como sendo um determinante. Embora, já mencionado na pesquisa, a pedagogia das competências tem por objetivo transferir o sentimento de culpa aos trabalhadores, ou seja, o homem é educado para este fim – ser o único culpado dos seus fracassos.

Outro jovem salienta e de certa forma, consegue visualizar a crise em que o país passa, mas no final da sua fala, retorna à ideia de que o único culpado é o próprio jovem. Segue o depoimento:

Na verdade hoje em dia já tem a questão da escassez do trabalho, não é em escassez, mas tem pouca oferta e muita pouca gente procurando, porque não adianta ter oferta e você não procurar, ou não adianta ter oferta e você não ser capacitado pra exercer esse trabalho e também tem a questão do perfil, vamos dizer assim, você tem que ter perfil, sem preconceito nem nada, mas você tem que ter um perfil (Rogério, entrevista realizada no dia 09/09/2017).

Quando o jovem inicia sua fala nos dá a impressão de que conseguiram enxergar a exploração do capital, porém, na sequência, vem o sentimento de fracasso, fruto da semente plantada pela pedagogia das competências, a qual cada um é responsável por si mesmo.

Dos jovens entrevistados, três (3) permaneceram na mesma empresa e demonstraram uma gratidão pelo Programa, sendo ele a porta de entrada para o mercado de trabalho, três (3) não conseguiram emprego, dois (2) pediram demissão por encontrarem outros postos de trabalho que julgaram ser mais coerente com o momento de vida e dois (2), não foram efetivados no final dos dois (2) anos de contrato.

Sobre a não contratação desses jovens, Pfaffenselle (2014) e Amorim (2014) ressaltam que o Programa é importante instrumento de inserção dos jovens no mercado de trabalho, porém não garante permanência. Esse fato é um agravante muito significativo para o jovem, pois ao término dos dois anos de contrato, a empresa não o efetiva, isto é, ele volta a ser um desempregado.

As observações levantadas pelos jovens confirmam os depoimentos já realizados. A primeira, fala sobre a afinidade que ela desenvolveu entre o trabalho e a

faculdade atual. - *“Acho que as pessoas que ficaram no Programa, muitas entraram na prefeitura e descobriram sua vocação, acredito que isso é um ponto positivo do Programa de dar a primeira oportunidade pra pessoa ver o que realmente ela quer”* (Fátima, entrevista realizada no dia 06/09/2017). Fato lembrado e discutido anteriormente, em que a jovem se identifica com o trabalho e opta fazer faculdade na mesma área.

Na segunda observação, o jovem também confirmou o que já havia sido dito, da importância de mais profissionais para atuar e desenvolver o Programa, fato que desqualifica o Programa.

E o terceiro, pontua a evasão dos jovens e, na sequência, a desmotivação dos mesmos, pois, na maioria das vezes, os jovens constroem amizades e com as desistências de alguns, acaba prejudicando o grupo inteiro.

A evasão no Programa é bem acentuada, e uma das causas é a falta de trabalho. Muitos jovens acreditam que ao iniciarem o curso serão inseridos no mercado de trabalho, porém, isso não acontece de imediato e muitos acabam desistindo ou até mesmo, improvisando um trabalho que, na maioria das vezes, se enquadra na informalidade. De outro lado, devemos atentar para o recorte etário, o qual perpassa um momento em que os jovens terminam o Ensino Médio e adentram nas Universidades, consequentemente, acabam aumentando o número de aprendizes desistentes.

Embora, nossa realidade contemple um número reduzido de empresas contratantes, em virtude do porte das mesmas, bem como o tamanho do município, a realidade comportaria um número bem mais expressivo de jovens inseridos no mercado laboral. Porém, há certa resistência por parte do empresariado que bloqueia a transição do jovem na busca pelo seu primeiro emprego.

No entanto, percebemos que a realidade das ocupações, no município de Santa Izabel do Oeste/PR, traduz um cenário de deficiência no que tange o Programa e a inserção do jovem no mercado de trabalho. Gonzalez (2009), em uma análise das políticas de emprego para jovens, enfatiza a eficácia das mesmas quando o assunto é o desemprego juvenil:

Como visto anteriormente, o aumento do desemprego não se dá apenas entre os jovens e deve-se à geração insuficiente de postos de trabalho para abrigar toda a população trabalhadora. Assim sendo, aprimorar as habilidades dos jovens provavelmente não lhes garantirá um espaço muito maior no mercado de trabalho e, mesmo que o fizesse, seria tão somente à custa do aumento do desemprego entre os trabalhadores adultos, já isto tenderia simplesmente a aumentar a concorrência entre os trabalhadores por um conjunto limitado de

oportunidades de emprego. Em um contexto de desemprego em alta, a oferta de formação profissional é essencialmente compensatória, pois na melhor das hipóteses diminuirá a desigualdade interna ao mercado de trabalho, se for dirigida aos jovens de menor empregabilidade (GONZALEZ, 2009, p. 121).

O autor atenta para as oportunidades de formação profissional, as quais podem ser vistas como forma de ampliar a qualificação profissional juvenil, mas a inserção do jovem depende, também, da absorção dessas capacidades adquiridas pelos jovens, de tal forma, que venham a garantir a estabilidade do emprego e maiores salários.

A realidade nos apresenta, que mesmo empregados, os menores acabam não concluindo Programa, o que pode estar atrelado ao cansaço de conciliar escola, trabalho e Programa, sendo que a conciliação entre os três segmentos é uma condicionalidade expressa na Lei do Jovem aprendiz, que rege o Programa e que substancia a presente pesquisa.

Portanto, o Programa Jovem Aprendiz atendeu em partes aos anseios dos jovens izabelenses, a formação profissional e a conquista pelo primeiro emprego. Mas, na materialização do Programa encontramos muitas fragilidades, limites e contradições. Estes determinantes provieram, não somente das vozes dos jovens, mas dos conteúdos formativos que privilegiam a conformação comportamental do jovem - ordem burguesa, ou seja, busca-se formar o bom trabalhador, o cidadão conformado; da precariedade na oferta do curso, observada na formação dos profissionais que atuam na área, da própria organização social capitalista, que impõe limites a formação profissional dos jovens, e que no caso do Brasil, tem privilegiado para os jovens das classes populares, uma formação ainda em bases assistencialistas, mas agora, sob a égide do discurso das competências e da empregabilidade.

As contradições são encontradas na própria legislação voltada ao ensino profissionalizante, quando pontuam a importância do ensino como teoria e da prática como o trabalho, reforçando a fragmentação entre saber e fazer. Da não observância das políticas públicas direcionadas aos municípios sem consideração das particularidades de cada realidade.

Identificamos as inconsistências nas formas de qualificação, sem garantia de permanência ou alteração salarial. O que pressupõe uma qualificação desqualificada que segue a lógica do capital sem levar em consideração a formação humana.

Enfim, este capítulo nos proporcionou conhecer os avanços e limites do Programa Jovem Aprendiz no município de Santa Izabel do Oeste, revelando que neste município, embora o Programa tenha uma contribuição na vida dos jovens, ele

segue uma lógica assistencialista e apropria-se dos fundamentos da Pedagogia das Competências no seu processo formativo, contribuindo para adaptar o jovem a ordem social capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentarmos as considerações desta pesquisa, pensamos ser relevante mencionar que, ao longo dos dois anos, foram muitos aprendizados e que estes vieram a enriquecer a pesquisa e, principalmente, a prática que exerço como professora do Programa. Entregar a pesquisa foi desafiador e, ao mesmo tempo, primordial para que chegássemos à algumas respostas, das quais ainda precisam ser estudadas e analisadas. Por isso, acreditamos que a pesquisa serve para ampliarmos nossos horizontes e nos possibilitar enxergarmos além daquilo que nos é imposto. Ao descrevermos nossas considerações, abrimos caminhos para que outras pesquisas sejam tecidas, pois acreditamos que finalizar um trabalho seria impossível, quando ele nos causa inquietações.

Portanto, as considerações aqui apresentadas não se colocam como únicas, mas sim, são aproximações pelas quais nos torna possível refletir e abrir questões sobre o objeto da presente pesquisa. Buscamos com este trabalho estabelecer relações entre as políticas públicas de educação profissional e sua materialidade, abrindo espaço para outras reflexões sobre os Programas de aprendizagem.

O objetivo deste trabalho foi analisar a efetivação do Programa Jovem Aprendiz no município de Santa Izabel do Oeste/PR, bem como as contribuições e limitações na vida profissional do jovem.

O Programa Jovem Aprendiz, se insere enquanto uma política pública que tem como objetivo fundamental capacitar o jovem para o ingresso no mundo do trabalho. Desta forma, ao iniciarmos este estudo, tomamos como ponto de partida responder a seguinte questão: inserir o jovem em qual mundo do trabalho? Qual capacitação seria adequada para isto? Esta capacitação iria ao encontro dos interesses dos jovens atendidos pelo Programa? Responder a estes questionamentos nos levou a refletir, inicialmente, sobre a relação trabalho e educação no capitalismo. Na busca de respostas, no primeiro capítulo apresentamos a relação essencial entre trabalho e educação, como o trabalho se torna fundamental ao homem, quando se torna o processo de formação daquele que o faz e como ele tem se manifestado no capitalismo, de forma fragmentada e alheia ao seu criador. Olhando para a realidade brasileira identificamos que, historicamente, a relação entre trabalho e educação se manifestou de modo a ressaltar a dualidade estrutural de nossa sociedade. Desde o período colonial, se constitui um processo educacional dual: uma educação reservada às elites e outra, reservada às classes pobres, contribuindo para manter as desigualdades de classes existentes.

Fato que pode ser observado no caminho percorrido pela educação profissional, no Brasil. Focada num ideário assistencialista, surgem as primeiras escolas de formação profissional – escolas de artificies - voltada para os menores abandonados. Neste período, com a construção das estradas de ferro no Brasil e a expansão do café, ampliaram-se os ensinos de ofícios e surgem as escolas técnicas.

Em 1930, com o processo de industrialização brasileira, fez-se necessário uma nova formação profissional que viesse a atender ao novo processo de organização do trabalho, agora voltado à indústria. Neste contexto, cria-se o sistema S que em parceria com o ramo industriário, modela (va) o perfil requerido pelo ramo industriário.

Vale lembrar, que este novo modelo de formação profissional foi fortemente influenciado pelo taylorismo que, baseado no controle do trabalho, fragmentava o trabalho e dissociava o vínculo com os ofícios dos trabalhadores. De outro lado, o fordismo também desempenhou papel importantíssimo na formação da mão de obra no Brasil, o qual propagou, ainda mais, a divisão do trabalho com a invenção da esteira rolante e adequou o trabalhador ao novo processo produtivo.

A década de 1990 é marcada pelas políticas públicas de formação profissional, as quais foram impulsionadas pelas profundas transformações de ordem econômica e produtiva. Os programas criados neste período, denotam as novas ofertas de formação técnica e humana, realizadas por meio de ações específicas para a redução de pobreza. Neste contexto, a sociedade capitalista trouxe consigo a presença dos organismos internacionais que desempenharam e desempenham um papel fundamental na elaboração dos processos educativos.

Neste período, tem-se um ideário neoliberal sintetizado nas premissas de formar o trabalhador para atender aos anseios do capitalismo. A partir disso, surgem conceitos fundantes para a formação profissional, baseado na noção de competências para a empregabilidade. Fundamentado na ideia de que o jovem é responsável pela sua formação, fixa uma nova perspectiva de formação. O novo modelo de desenvolvimento neoliberal possui suas diretrizes voltadas ao ser humano sustentável, capaz de buscar adequação ao cenário competitivo, através da sua qualificação, sendo responsável pela sua inserção e manutenção no mercado de trabalho.

Neste contexto, o Programa Jovem Aprendiz, na realidade pesquisada, se insere numa lógica assistencialista, voltada ao atendimento de jovens oriundos de famílias menos favorecidas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com o intento de resgatar o jovem excluído, seja pelas relações de desigualdades que se materializam nos municípios ou pelas questões de risco social, os programas de

formação profissional, em especial o Jovem Aprendiz, se tornam ações voltadas ao assistencialismo. Fazendo o velho modelo de formação profissional vir a ser o novo.

A partir dos documentos norteadores do Programa, podemos observar que seu discurso está relacionado com a formação profissional desenvolvida nas escolas de artífices, criadas em 1900. Pautada numa concepção de formar os deserdados de fortuna, o Programa se aproxima dos mesmos ideais, quando enfatiza o resgate social daqueles que se tornam, em sua grande maioria, sujeitos excluídos, marginalizados e rotulados pela comunidade como um risco social, pelos índices de delinquência.

O discurso recorrente de vulnerabilidade e pobreza, levou-nos a seguinte reflexão em torno dos termos usados para inserção do jovem no mercado de trabalho: se os organismos internacionais, Estado e empresariado procuram formar esta demanda para o enfretamento do desenvolvimento econômico, como podem usufruir de um discurso atrelado à igualdade quando, na verdade, reafirmam a desigualdade.

De outro lado, as políticas públicas implementadas para a juventude, isentam, em grande parte, a responsabilidade do Estado. Através da análise dos dados, foi possível perceber que os jovens carregam consigo o sentimento de culpa pelos seus fracassos. Essas políticas, incluindo o objeto da presente pesquisa, possuem um caráter neoliberal, pautado em estratégias desenvolvidas a partir da pedagogia das competências. O próprio documento, norteador da prática pedagógica, explicita os conceitos fundantes de uma pedagogia voltada para o atendimento da classe trabalhadora em prol do capitalismo, sem levar em consideração a formação humana.

Ao tomar posse da presidência, em 2011, ano de implantação do Programa Jovem Aprendiz no município, Dilma Rousseff, eleita presidenta do Brasil, afirmou em seu discurso, a luta pela erradicação da pobreza e a criação de oportunidades para todos. Suas prioridades estavam direcionadas, em particular, nas áreas da saúde, da educação e da segurança. No que tange à educação, a presidenta investiu fortemente na educação profissional, fato evidente com a expansão do PRONATEC. O Programa foi fruto da pressão do empresariado sobre o Estado. Com o discurso de que a mão de obra não dava conta de atender o crescimento da economia, forçou o Estado à tomar providências, criando-se assim, um emaranhado de programas e projetos voltados ao público em geral, especialmente aos jovens brasileiros.

A movimentação da associação comercial e do empresariado para os cursos aligeirados do PRONATEC, trouxe ao município uma percepção de emprego rápido. O cenário favoreceu a disseminação do Programa, visto que a batalha pelo primeiro emprego tem sido alvo das discussões entre a juventude.

A política pública vem no sentido de amenizar esta situação, mas ainda, no caso do Programa Jovem Aprendiz no município estudado, seguindo uma perspectiva de educação assistencialista. Os discursos das políticas e o documento que fundamenta o Programa, nos remete a um ideário voltado a diminuição da pobreza e resgate social, algo meramente assistencial.

Nesse sentido, a formação exigida não representa, nem se aproxima da democratização da educação, mas torna-se uma inserção precarizada no mundo do trabalho. Vem ao encontro com as propostas do capitalismo com vistas de um ideário marcado pelo discurso da flexibilização, da polivalência, da empregabilidade, entre outros conceitos fundantes do cenário difusor do capital. Porém, à luz da concepção marxista, entendemos que tomar o trabalho como princípio educativo, implica tomá-lo como referência para construção de uma educação contrária aos interesses hegemônicos. O trabalho, como base fundante da educação, deve determinar o currículo escolar atrelado à vida social e de interesse da classe trabalhadora, pois, é por meio do trabalho que o homem produz e define sua própria existência.

É importante lembrarmos que a ampliação dos programas direcionados à juventude, nos anos de 2011 e 2012, não aumentaram as oportunidades de emprego para os jovens brasileiros. Como vimos, nos índices apresentados no capítulo II, grande parte da população juvenil, entre 14 a 24 anos, se encontram fora do mercado de trabalho. Além de exprimirem uma parcela significativa de desempregados, os jovens apresentam uma realidade preocupante relacionada ao grupo “Nem nem” - nem estuda e nem trabalha. Frente à concretização das reformas educacionais, na área da formação profissional, é possível apreendermos que os números continuam crescendo e representando uma falácia. São propostas não condizentes com as necessidades dos jovens e da classe trabalhadora, que expressam uma política hegemônica de cunho burguês.

As questões apresentadas acima, puderam ser observadas em Santa Izabel do Oeste/PR, município particularmente pequeno, com cerca de 13.134 habitantes e que conta com uma parcela significativa de jovens. Caracteriza-se também como um município que transita entre espaço urbano e rural.

A base econômica do município está voltada para a prestação de serviços, o que repercute diretamente na composição da classe trabalhadora, na sua formação educacional e profissional e, conseqüentemente, na sua base salarial. Neste movimento, o trabalhador recebe uma formação simples, custando menos ao empregador, sendo superexplorado na forma assalariada. Portanto, a questão assistencialista paira sobre o

Programa no município de Santa Izabel do Oeste/PR e prevalece, nos cursos oferecidos, a formação do jovem para o trabalho simples.

O Programa afirma o caráter de adaptação ao modelo capitalista vigente, pautado numa percepção de formação simples para o trabalho com ênfase nos comportamentos, habilidades e competências. Foi possível revelar que não somente os conceitos fundantes do Programa se pautam numa formação flexível, como os próprios conteúdos buscam desenvolver a proposição de adestramento e subordinação do jovem trabalhador ao caráter imediato do mundo da produção e das vicissitudes do desemprego/emprego. Assim, as propostas da burguesia para a educação articulam-se com seus interesses de manutenção e ordem.

Neste contexto, é importante lembrarmos que o Programa está focado no comportamento dos jovens. Os temas estruturantes, os conceitos (como ética e cidadania, por exemplo) e as falas dos jovens nos levam a refletir que, além de promoverem a adaptação do jovem por meio do curso formando um trabalhador manipulável e controlado, essa formação vem ao encontro com o ideário assistencialista da instituição que desenvolve o Programa.

Identificamos que todos os jovens procuraram o Programa com o objetivo de alcançar o primeiro emprego, ou seja, suas expectativas se voltam à remuneração mensal. Na sua minoria, afirmaram que se preocupavam, também, com sua preparação profissional, o que demonstra que eles não são desinteressados, mas preocupam-se com sua formação. Porém, alguns jovens, alegaram ter abandonado o Programa pra trabalhar informalmente, acentuando a precariedade do trabalho desenvolvido por estes jovens, pois na grande maioria são explorados e não possuem seus direitos assegurados.

Vale destacar, que os jovens ao não serem selecionados para uma vaga de emprego, sentem-se incapazes e culpados, atributos de uma sociedade que reforça a lógica individual e da culpabilidade. O discurso das políticas públicas está voltado à igualdade de oportunidades, a diferença está na dedicação de cada um. A afirmativa é confirmada pelos jovens quando questionados sobre as dificuldades em conseguirem um emprego. Muitos jovens atribuíram a falta de vontade como principal empecilho. Afirmam ainda, que as oportunidades são variadas, que cabe a cada um fazer a diferença, caso não consiga, faltou esforço. Os depoimentos afirmam o caráter neoliberal das políticas públicas e a concretização de seus ideais.

Os jovens são vítimas do tempo presente que promove uma intensa ampliação do desemprego, da precarização do trabalho e que gera uma situação de permanente angústia e insegurança daqueles que, para sobreviver, têm apenas sua força de trabalho.

A análise nos permitiu concluir que entre o propõe a lei de aprendizagem e a efetividade do Programa, no município, existem algumas oposições, de um lado, o documento norteador apresenta os profissionais que deveriam atuar nas diferentes áreas e de outro, como bem lembraram os jovens, uma professora para atuar com todos os conteúdos, o que implica ser insuficiente. Além da ausência dos profissionais requeridos pela política e pelo documento que norteia o Programa, a infraestrutura e os materiais apresentam-se inapropriados para a relação teoria e prática. Já afirmava Pistrak:

O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas, e, de outro a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de curso sistemático. Assim, o trabalho se tornaria anêmico, perderia sua base ideológica (PISTRAK, 1981, p. 38).

De fato, uma educação profissional voltada aos termos utilizados pelo capitalismo, como por exemplo, empregabilidade, habilidades e competências ou então, a concepção de profissionalização na produção flexível, não interessa à formação profissional, mas à formação para empregabilidade. É o mercado e o Estado transferindo a responsabilidade para os trabalhadores; cabe a cada um resolver da melhor forma possível. Daí, a formação em competências e habilidades para a adaptação à uma sociedade em que não há lugar para todos no mercado de trabalho. A solução está em ser empreendedor de si mesmo (FRIGOTTO, 2015). No que tange os conteúdos há evidências desse mesmo pressuposto, no entanto, a APMI não impede que o professor trabalhe e selecione outros materiais e os utilize como apoio, o que realmente amplia as possibilidades de uma reflexão em torno dos temas trabalhados. Nos depoimentos é visível a confirmação dessa autonomia no trabalho do professor. .

A forma como está organizado o Programa, seus conteúdos e as vozes nos permitiram confirmar que o trabalho pedagógico realizado no Programa Jovem Aprendiz se afasta de nossos pressupostos – de que o trabalho deve ser o princípio orientador da educação - uma vez que os jovens se mostraram alheios à relação previamente estabelecida entre escola, Programa e empresa.

Em contrapartida, ao ensino profissional oferecido para os jovens trabalhadores, a escola do trabalho supõe a estreita ligação do ensino com a produção. Os educadores socialistas russos expressam a busca por maneiras de subverter a forma histórica escolar capitalista. E as experiências desenvolvidas pelos pedagogos socialistas, seguindo as

orientações dos escritos de Marx, ensinaram que construir uma educação socialista implica incorporar obrigatoriamente no processo educacional o trabalho como princípio educativo, por meio das mais variadas formas de trabalho socialmente necessário, articulando-as à leitura crítica da realidade, da vida, bem como da autogestão do trabalho pedagógico, fazendo uso da auto-organização dos educandos, tendo ainda, como objetivo final, a formação politécnica e multilateral de homens e mulheres.

Por outro lado, as contribuições do Programa na vida profissional do jovem está atrelada à inserção do jovem no mercado de trabalho, visto que este caráter ficou explícito nas falas. Os jovens afirmaram que o curso possibilitou ampliar suas possibilidades futuras de emprego, pois relatam que depois do Programa, a comunidade empresarial conseguiu enxergá-los como trabalhadores.

Dos jovens entrevistados, oito (8) deles confirmaram que o Programa contribuiu na vida profissional. Embora, essa afirmativa esteja ligada ao comportamento disciplinador do curso, os jovens destacam essa característica de forma positiva. As informações sobre ética e direitos trabalhistas são consideradas importantes para os jovens. A maioria deles afirmaram que, depois do curso, conseguiram ter uma visão maior e mais crítica em relação aos seus direitos como trabalhadores.

De certa forma, o Programa contribuiu na definição para a continuidade dos estudos, como apresentamos na análise. Dois (2), dos jovens concluintes, ingressaram no Ensino Superior na área de administração. Os demais cursistas, com exceção de um, deram continuidade aos estudos, e hoje estão cursando ou terminando a graduação.

Neste contexto, o Programa apresenta algumas contribuições, mas está focado numa concepção que valoriza os preceitos da sociedade flexível de um perfil de trabalhador que se adapte aos caprichos do capital. É possível visualizarmos que as formas de contratação da força de trabalho é transferida ao trabalhador, a este, cabe a responsabilidade de seu sucesso ou fracasso no mercado de trabalho. O jovem aprendiz é submetido à programas com conteúdos técnicos e comportamentais, visando a formação e perfil requerido pela ordem vigente, mascarado pelos discursos de “inclusão” do jovem, o qual deve moldar-se de acordo com a lógica do mercado.

Em geral, o Programa se constituiu como importante na vida dos jovens. No entanto, possui limites já mencionados. De outro lado, o Programa dá oportunidade, mas, não garante permanência, uma vez que ao término do contrato, o menor será demitido, dando lugar para o próximo menor, visto que a obrigatoriedade é uma condicionalidade expressa na lei do Programa. Dessa forma, não havendo a efetivação do menor na empresa, podemos considerar uma forma de exploração da mão de obra

dos jovens, visto que, por mais que haja dedicação e competência por parte do menor, ele não continuará na empresa e dará lugar a outro aprendiz, ou seja, há uma contradição pois, se a qualificação profissional é elemento de inserção do jovem no mercado de trabalho, se torna ao mesmo tempo, ao término do contrato, a não garantia de emprego aos jovens aprendizes.

É possível perceber, nas falas dos jovens, que eles compreendem, ainda que de maneira não muito explícita, o curso como promotor de atitudes. Encaram como mais um elemento que tem por finalidade o controle da vida (corpos, tempo, atitudes, comportamentos). A partir disso, podemos inferir que a juventude em si, consegue visualizar o caráter controlador do curso, porém ainda sem problematizá-lo. Entendemos a importância dos jovens num processo de luta contra hegemônico. Ao refletirmos voltamos-nos as discussões de Sanfelice (2013), o autor deixa claro que o espaço escolar é o campo mais indicado para se travar a batalha pelo acesso ao conhecimento qualificado. Pistrak (2009), ainda ressalta que os jovens são soldados à frente da luta, que por meio do conhecimento adquirido na escola do trabalho, o jovem saberá usar seu saber em prol de uma revolução que vise a educação igualitária a todos.

Contudo, podemos concluir esta pesquisa enfatizando que as políticas públicas de educação profissional não intuíram formar para o trabalho, e sim para a empregabilidade. O Programa Jovem Aprendiz segue uma lógica mercadológica e assistencialista que apresenta uma série de limites, os quais devem ser repensados. Primeiro, a curto prazo, as políticas devem estar minimamente voltadas a atender as particularidades de cada município, à médio prazo, faz-se necessário criar um espaço de possíveis lutas, ao qual os jovens tenham voz e vez, criando sujeitos autônomos, críticos e atuantes e, à longo prazo, a revolução e a conquista dos direitos reservados à classe trabalhadora e uma educação mais igual a todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS:

- ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In.: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo M. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ANDRADE, E. R; PINHEIRO; D. ESTEVES, L. C.G. **Juventude como tema na Educação**. Em Aberto, Brasília, v. 25, n. 87, p. 193-204, jan./jun. 2012.
- AQUINO, L. A Juventude como foco das Políticas públicas. In: CASTRO, J. A; ANDRADE, C. C; AQUINO, L. M.C. (ORG). **Juventude e políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.
- ANTUNES, C. **A educação em Mészáros**: trabalho, alienação e emancipação. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA. **Informação e documentação do Programa Jovem Aprendiz**. Santa Izabel do Oeste, PR, 2014.
- BOGDAN, Robert C; SARI, KNOP, BIKLEN. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal, Porto editora, 1994.
- BOTTOMORE, Tom. (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1988.
- BRANCO, P. P. M. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. 2. Reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 5452** (promulgado em 1º de maio de 1943). Consolidação das leis do trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 23 de out. 2015 Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/
- _____. **Lei nº 5.692** (Promulgada em 11 de agosto de 1971). Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm. Vários acessos.
- _____. **Lei nº 7044** (Promulgada em 18 de outubro de 1982). Lei referente a profissionalização do ensino de 1º e 2º grau. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7044.htm. Vários acessos.
- _____. **Lei nº 8.069** (Promulgado em 13 de julho de 1990) Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 06 de abril de 2016.
- _____. **Lei nº 10.097** (Promulgado em 19 de dezembro de 2000). **Lei da Aprendizagem**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm. Acesso em 19 out. 2015.
- _____. **Lei nº 5.598** (Promulgada em 1º de dezembro de 2005). Regulamenta a contratação de aprendizes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm. Vários acessos.

_____. **Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz.** Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. – Edição revisada e ampliada. Brasília: Assessoria de Comunicação do MTE, 2013.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (Promulgado em 10 de abril de 1937). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Vários acessos.

_____. **Lei nº 12.852**, Estatuto da Juventude. de 05 de agosto de 2013. Brasília, 2013.

_____. **Decreto nº 47.038** (Promulgado em 16 de outubro de 1959). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47038.htm. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

_____. **Decreto Nº 5.154** (Promulgado em 23 de julho de 1904). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5154.pdf>. Vários acessos.

_____. **Decreto nº 2.208/1997** (Promulgado em 17 de abril de 1997). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/legislacao/decreto2208-97tec.pdf>. Vários acessos.

_____. **Políticas Públicas de Juventude:** Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2013.

_____. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude** – Brasília: MTE, SE, 2011.

_____. **Pronatec Jovem Aprendiz.** Disponível em: <http://www.pronatec2015.com/pronatec-jovem-aprendiz-2015/>. Acesso em 07 de abril de 2015.

_____. **Mistério da Educação Centenário da rede Federal de Educação Profissional e tecnológica.** Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 04 de julho de 2017.

_____. **Ministério da Educação: Ensino médio integrado à educação profissional.** Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto07.pdf Acesso em 04 de julho de 2017.

_____. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85650&btOk=ok> Vários acessos.

_____. **IBGE.** Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/santa-izabel-do-oeste/panorama>. Vários acessos.

_____. **IBGE.** Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. SIDRA. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1552#resultado>. Acesso em 23/01/2018.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

CAMARANO, A. A; MELLO, J. L; KANSO, S. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: CASTRO, J. A; ANDRADE, C. C; AQUINO, L. M.C. (ORG). **Juventude e políticas Sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009.

CIAVATTA, M. **O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral**. Por que lutamos?. Trabalho & Educação (UFMG), v. 23, p. 187-205, 2014.

CRUZ, R. M. "Formação profissional e a formação humana na modernidade" . In: FRIGOTTO, G (org). **Educação para os des (emprego)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo** 2 ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte". Educação e Sociedade** [online]. vol.23, n.79, pp. 257-272, 2002.

FERREIRA, B; ALVES, F. Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A; AQUINO, L. M; ANDRADE, C. C. (Org). **Juventudes e Políticas Sociais no Brasil** . Brasília: Ipea, 2009.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Zahar editora. 2º ed. Rio de Janeiro, 1975.

FONSECA, C. S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961. v.1.

FRIGOTTO, G (org). **Educação para os des (emprego)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____,G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidade, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Fundação Perseu Ramos, 2004. p. 180-216.

_____, G. **A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas**. Trabalho necessário, v. 1, p. 206-233, 2015.

_____, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta; Marise Ramos. (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradição**. 1ed.São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G, CIAVATTA, M, R. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado**. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v. 1, p. 45-60, 2003.

FRIGOTTO, G, CIAVATTA, M, RAMOS, M.A **política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico convertido**. Educ.Soc., Campinas, vol.29, n.92.p.90-130, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf> Acesso em: Out de 2017.

GONZALES, R. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado d trabalho é a saída? In: CASTRO, J. A; ANDRADE, C. C; AQUINO, L. M.C. (ORG). **Juventude e políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 6v.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. 14 ed. Porto Alegre: L&PM, 1996.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

INFOJOVEM. **Portal de informação Juvenil**. Disponível em: <http://www.infojovem.org.br/sobre/>. Acesso em: 09 jul. 2017, 15:07:03.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2004.-(Coleção primeiros passos; 23).

KUENZER, A. Z; FRANCO, L; RAMIREZ, F; VERHINE, R. **Educação e trabalho**. Salvador: Fator, 1988.

_____. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado Neoliberal**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Pedagogia da Fábrica** – 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Exclusão includente e inclusão excludente. In: LOMBARDI, J. C; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: autores associados, Histedbr, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIRA, C. D. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In (orgs). SILVA, Maria Ozanira e YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2008.

MADEIRA, F. R. **Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e surgindo pistas**. Cadernos de pesquisa – Fundação Carlos Chagas. São Paulo (58): 15-48, agosto 1986.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARX, K; ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In.: MARGULIS, Mario (ed.). **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MINAYO, M. C. S; SANCHEZ, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? In: **caderno de saúde pública da escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz**. Rio de Janeiro. Fiocruz, 1993.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (des) qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

PERFIL DA JUVENTUDE BRASILEIRA (2003/2004). **Uma iniciativa do Projeto Juventude/Instituto Cidadania, com a parceria do Instituto de hospitalidade e do Sebrae**. Foi realizada sob a responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em pesquisas, retomando e ampliando temas e questões investigados em outubro de 1999 pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 1ed. Editora brasiliense. São Paulo, 1981.

_____, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 1ª ed. Expressão Popular. São Paulo, 2000.

PISTRAK, M. M. **A Escola-comuna**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

PISTRAK, M. M. **Ensaio sobre a escola politécnica**. Expressão Popular. São Paulo, 2015.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação do jovem no mercado de trabalho**. São Paulo – Publisher Brasil. 2000.

POCHMANN, M. “Rumos da política do trabalho no Brasil” in: SILVA, M. O. S; IAZBECK, M. C. (org). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**.- 2 ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

POCHMANN, M. “Juventudes na transição para a sociedade pós-moderna” In: MACANBIRA, J; ANDRADE, F. R. B, (ORG): Autores, AMARAL, M. P. [ET AL]. **TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL Juventudes em Transição**– Fortaleza: IDT, UEDCE, BND, 2013.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. “Dois em cada dez jovens brasileiros nem estudam e nem trabalham”, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/07/dois-em-cada-dez-jovens-brasileiros-nao-estudam-e-nem-trabalham.html> . Acesso em: 14 de jul de 2017.

RODRIGUES, J. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas: Autores Associados, 1998.

RAMOS. M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** – São Paulo: Cortez, 2001.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico] / Marise Nogueira Ramos. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 585 kilobytes). – Curitiba : Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5).

RUGIU, A. S. **Nostalgia do mestre artesão**: tradutora Maria de Lourdes Menon. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SANTOS, G. P. G. “Juventudes, trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. Por quê?” In: MACANBIRA, J; ANDRADE, F. R. B, (ORG): Autores, AMARAL, M. P. [ET AL]. **TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL Juventudes em Transição** – Fortaleza: IDT, UEDCE, BND, 2013.

SANFELICE, J. L. **Breves Reflexões sobre “Juventude”, Educação e Globalização**. 1962- 1964. In: MACHADO, Otávio Luiz. (Org.). Juventudes, democracia, direitos humanos e cidadania. 1 ed.Frutas/MG: Prospectiva, 2013, v. , p. 66-87.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SMIONATTO, I. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: Gramsci. **A vitalidade de um pensamento**. Alberto Aggio (Org.); apresentação Leandro Konder. – São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas).

SOUZA, Celina. **Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, fev. 2003. São Paulo: ANPOCS, EDUSC, p. 15-20.

SOUZA, S. M. P. S; PEREIRA, M. E. F.D. A apropriação da noção de competência nas políticas de educação profissional desenvolvidas no Brasil a partir dos anos 1990. In:

(orgs.) SILVA, Maria Ozanira e YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Paulo M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Peseu Abramo, 2005.

_____, Marília Pontes (coord.). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. v. I, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SILVA, E. R. A; ANDRADE, C. C. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, J. A; ANDRADE, C. C; AQUINO, L. M.C. (ORG). **Juventude e políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria Marxista de Educação**. Lisboa: Editora Estampa, 1976.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TONET, I. A educação numa encruzilhada. In: TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007. 93p.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 1ª ed.- Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de ciencias sociales – Clacso; São Paulo: Expressão Popular, Brasil. 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS JOVENS EGRESSOS DO PROGRAMA

1. Quantos anos você tem?
2. Mora com os pais?
3. Qual a renda mensal, individual e da família?
4. Atualmente trabalha, estuda, trabalha e estuda?
5. Onde você mora?
6. Como você tomou conhecimento do Programa Jovem Aprendiz?
7. Qual idade tinha quando ingressou no Programa?
8. O que te levou a ingressar no Programa?
9. O que você esperava?
Quais suas expectativas antes de iniciar o Programa Jovem Aprendiz?
10. Você encontrou dificuldades durante o Programa Jovem Aprendiz? Quais foram?
11. Conseguiu conciliar trabalho e escola?
12. Como eram trabalhados os módulos no Programa?
13. Quais eram os recursos didáticos oferecidos pelo Programa? Condiziam com a necessidade exigida para o curso em Auxiliar administrativo?
14. Como você avaliou a metodologia adotada pela instituição executora do programa?
15. O Programa Jovem Aprendiz serviu para ampliar as possibilidades de emprego? Por quê?
16. O Programa proporcionou conhecimento necessário para o seu trabalho na empresa? Por quê?
17. O Programa contribuiu para sua vida pessoal e profissional? Como?
18. Como foi a relação entre a escola, empresa e o Programa?
19. Quais as maiores dificuldades dos jovens no mercado de trabalho?
20. Como você vê o mercado de trabalho para o jovem na atualidade?
21. Você conseguiu emprego após o término do contrato? Continua na mesma empresa?
22. Você indicaria o Programa para outros jovens? Por quê?

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: Trabalho, Juventude e Educação: o Programa Jovem Aprendiz no município de Santa Izabel do Oeste/PR.

Nome do pesquisador: Kelli Damer Pogorzelski

Telefone: (46) 988357233

Convidamos você a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de analisar o Programa Jovem Aprendiz no município de Santa Izabel do Oeste/PR. Esperamos, com este estudo, contribuir para a reflexão acerca dos limites e alcances do Programa na vida do jovem izabelense. Para tanto, necessitamos de sua participação por meio de entrevista que resgate sua participação no Programa. Esta entrevista será gravada e depois, transcrita.

Esclarecemos que, durante a execução do projeto, no momento da entrevista, poderá ocorrer algum tipo de desconforto, como por exemplo, o tempo de duração previsto para a entrevista poderá exceder ao desejado ou ocorrer alguma situação em que o entrevistado precise se ausentar durante a entrevista. Neste caso, será agendado outro dia para a continuidade da entrevista, de acordo com a disponibilidade do entrevistado. O pesquisador prestará o atendimento ao sujeito no caso de imprevistos durante a execução da entrevista.

Sua identidade não será divulgada e seus dados serão tratados de maneira sigilosa, sendo utilizados apenas para fins científicos. Você também não pagará nem receberá para participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar a pesquisadora pelo telefone mencionado acima.

Este documento será assinado em duas vias, sendo uma delas entregue ao sujeito da pesquisa.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto e participar da pesquisa.

Nome do sujeito da pesquisa: _____

Assinatura – Entrevistado

Eu, Kelli Damer Pogorzelski, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Assinatura – Pesquisadora – Kelli Damer Pogorzelski

Santa Izabel do Oeste/PR, _____ de _____ de _____.

APÊNDICE 3**TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DADOS EM ARQUIVO**

Título do projeto: Trabalho, Juventude e Educação Profissional: o Programa Jovem Aprendiz no município de Santa Izabel do Oeste/PR.

Pesquisadore(s): Kelli Damer Pogorzelski

O(s) pesquisador(es) do projeto acima identificado(s) assume(m) o compromisso

de:

1. preservar a privacidade dos sujeitos de pesquisa e dados coletados
2. preservar as informações que serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão
3. divulgar as informações somente de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa
4. respeitar todas as normas da Resolução 510/2015 CNS/MS e suas complementares na execução deste projeto

Santa Izabel do Oeste/PR_____,_____de_____de_____.

(Nome e assinatura do pesquisador responsável)

(Nome(s) e assinatura(s) do(s) pesquisador(es) colaboradores)

APÊNDICE 4

Lista de dissertações de mestrado sobre o programa Jovem Aprendiz defendidas entre 2013 e 2015, por ordem crescente de ano de conclusão.

ALMEIDA, S. S. **Educação não formal e o Programa Jovem Aprendiz: uma análise sobre os resultados pelo olhar dos jovens e educadores**, 2013. 117 f. Dissertação (mestrado em educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

PIRES, R. S. A. **Formação profissional e juventude: análise de um programa de qualificação profissional derivado da Lei do aprendiz**. Rio de Janeiro, 2013. 93 f. Dissertação (mestrado em educação). - Universidade Estácio de Sá, 2013.

AMORIN, C. M. **O currículo por competências: limites e possibilidades da inserção e permanência de jovens no mundo do trabalho**, 2014. 150f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2014.

LÔBO, C. **O Programa jovem aprendiz em Porto Velho-RO: A educação para o (des) emprego**, 2014. 107 f. Dissertação (mestrado em educação) - Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Rondônia, 2014.

SOUZA, J. P. **As organizações multilaterais, estado e empresariado na lei de aprendizagem nº 10.097/2000: Ações e contradições**. Guarapuava, PR.: 2014. 111 fls. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Centro Oeste, 2014.

PFAFFENSELLER, C. **A formação de jovens para o mundo do trabalho a partir da Lei da aprendizagem**, 2014. 208 f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2014.

CAPUCHINHO, J. P. M. **Trajetórias de jovens fluminenses em busca de qualificação profissional** – Rio de Janeiro, 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, 2015.

Luz, P. R. M. **Programa jovens aprendiz: um estudo de caso da política pública e suas implicações no mundo do trabalho**, 2015. 171 f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade do Estado da Bahia, 2015.

ROCKENBACH, D. S. R. **Jovens aprendizes contemporâneos – “Eu acredito é na rapaziada” – Problematizando o programa de aprendizagem profissional**, 2015. 94 f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2015.